BRASIL AÇUCAREIRO

Ministério da Indústria e do Comércio

Instituto do Açúcar e do Álcool

ANO XXXVII — VOL. LXXIV — SET./DEZ. DE 1969 — N.os 3/6

Ministério da Indústria e do Comércio

Instituto do Açúcar e do Álcool

CRIADO PELO DECRETO N.º 22-789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caxa Postal 420 — Endereço Telegráfico: "Comdecar"

CONSELHO DELIBERATIVO

Delegado do Ministério da Indústria e do Comércio — Francisco Elias da Rosa Oiticica — Presidente
Delegado do Ministério do Interior — José de Queiroz Campos
Delegado do Ministério da Fazenda — Fernando Egidio de Souza Murgel
Delegado do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral — Amaure Rafael de Araújo Fraga
Delegado do Ministério dos Transportes — Juarez Marques Pimentel
Delegado do Ministério do Trabalho e Previdência Social — Boaventura Ribeiro da Cunha
Delegado do Ministério da Agricultura — Oswaldo Ferreira Jambeiro
Delegado do Ministério das Relações Exteriores — Carlos Augusto de Proença Rosa
Delegado da Confederação Nacional de Agricultura — José Pessoa da Silva
Representantes dos Usineiros — Arrigo Domingos Falcone: Mário Pinto de Campos
Representantes dos Fornecedores — João Soares Palmeira; Francisco de Assis Almeida Pereira
Suplentes: José Taylor de Lima; José Joaquim Sampaio; Carlos Madeira Serrano; Adérito Guedes Cruz; Paulo de Medeiros: Aderbal Loureiro da Silva; Christovam Lysandro de Albernaz: Cândido Ribeiro Toledo; Augusto Queiroga Maciel; José Maria Teixeira Ferraz; Maurício Bittencourt da Gama: Oto Agripino Maia. João Carlos Petribu Dé Carli

TELEFONES:

Presidência

Presidente	231-2741
Chefe de Gabinete	
Jarbas Gomes de Barros	231-2583
Assessoria de Imprensa	231-2689
Assessor Econômico	231-3055
Portaria da Presidência	231-2353

Conselho Deliberativo

Secretária	
Marina de Abreu e Lima	231-2653

Divisão Administrativa

Francisco Franklin da Fonseca Passos

Gabinete do Diretor	231-2679
Secretaria	231-1702
Serviço de Comunicações	231-2543
Serviço de Documentação	231-2469
Serviço de Mecanização	231-2571
Serviço Multigráfico	231-2842
Serviço do Material	231-2657
Serviço do Pessoal	231-2542
(Chamada Médica)	231-3058
Seção de Assistência Social	231-2696
Portaria Geral	231-2733
Restaurante	231-3080
Zeladoria	231_3080
Armazém de Açúcar ...... / Garagem ...... / Arquivo Geral .. — Av. Brasil	234-0919

Divisão de Arrecadação e Fiscalização

Elson Braga

Gabinete do Diretor ...	231-2775
Serviço de Fiscalização ..	231-3084
Serviço de Arrecadação .	231-3084
Iisp. Regional GB	231-1772

Divisão de Assistência à Produção

Júlio de Miranda Bastos

Gabinete do Diretor	231-3091
Serviço Social e Financeiro	231-2758
Serviço Técnico Agronômico	231-2769
Serviço Técnico Industrial	231-3041
Setor de Engenharia ..	231-3098

Divisão de Contrôle e Finanças

Normando de Moraes Cerqueira

Gabinete do Diretor	231-3690 / 231-3046
Subcontador	231-3034
Serviço de Aplicação Financeira	231-2737
Serviço de Contabilidade	231-2577
Tesouraria	231-2733
Serviço de Contrôle Geral	231-2527

Divisão de Estudo e Planejamento

Antônio Rodrigues da Costa e Silva

Gabinete do Diretor	231-2532
Serviço de Estudos Econômicos	231-3720
Serviço de Estatística e Cadastro	231-0503

Divisão Jurídica

Hélio Cavalcanti Pina

Gabinete Procurador Geral	231-3097 / 231-2732
Subprocurador	231-3223
Seção Administrativa ...	231-3223
Serviço Forense	231-3223

Divisão de Exportação

Francisco Watson

Gabinete do Diretor	231-3370
Serviço de Operações e Contrôle	231-2839
Serviço de Contrôle de Armazéns e Embarques	231-2839

Serviço do Álcool (SEAAI)

Joaquim de Menezes Leal

Superintendente	231-3082
Seção Administrativa .	231-2656

Escritório do I.A.A. em Brasília:

Edifício JK	
Conjunto 701-704	2-3761

compact

Em menos de 10 segundos a centrífuga "COMPACT" carrega 650 kg de massa cozida, e 130 segundos depois está pronta para outra carga ..

... e mais!

- Estabilidade perfeita
- Rendimentos elevados
- Economia de instalação
- Limpeza rigorosa
- Segurança absoluta
- Fácil manutenção
- Carga regular
- Ótima centrifugação
- Freiagem rápida
- Descarga completa

INTEIRAMENTE AUTOMÁTICA

BRASIL

FIVES LILLE DO BRASIL

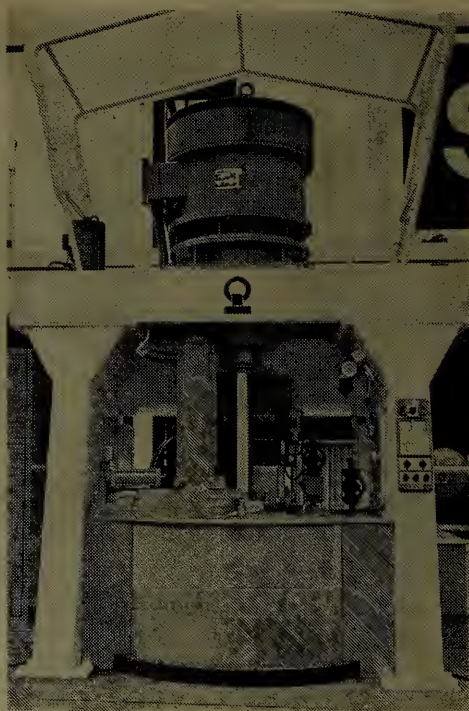
Av. Presidente Vargas, 417-A • 21° andar • Tels.: 243-5564 e 223-4847 • GB
Filial São Paulo, • Av. Ipiranga, 318 • Bloco B • 1° andar • SP

Zanini foi a Holanda e a Alemanha para que você não precise mais importar qualidade internacional.

WERKSPOOR

SALZGITTER.

ZANINI está muito interessada em produzir no Brasil o mais alto gabarito internacional de qualidade. ZANINI vinha pesquisando, há muitos anos, o comportamento dos equipamentos WERKSPOOR e SALZGITTER. Depois de comprovar que - no mundo inteiro - nenhuma outra indústria tinha condições de fabricar cristalizadores como o WERKSPOOR ou centrífugas como a SALZGITTER, ZANINI celebrou dois contratos de fabricação sob licença, com exclusividade: ZANINI-WERKSPOOR e ZANINI-SALZGITTER, para todo Brasil

Agora, a sua indústria açucareira já pode se atualizar em têrmos de equipamento e de lucros, sem necessidade de importação. ZANINI acha que esta é a fórmula mais doce que sua usina de açúcar poderá fornecer ao Brasil na economia de divisas.

OFICINA ZANINI S. A.

SERTÃOZINHO - SP - Km 2 da Rodovia da Laranja
Bairro São João - Cx. Postal 139 - Tels: 10, 53 e 265
SÃO PAULO - SP - Rua Boa Vista, 280 - 14.º andar
tels.: 34-2233, 33-3839 e 32-3272
RECIFE - PE - Av. Conde da Bôa Vista, 85 - 1.º andar
conj. 1004 - fone: 2-1035
RIO DE JANEIRO - GB - Rua Ipiranga, 13 - VC-01
fone: 225-5970 e 225-2445

propago

AÇUCAR
BARCELOS
60 QUILOS

Orgão Oficial do Instituto do Açúcar e do Álcool

(Registrado sob o nº 7.626 em 17-10-34, no 3º Ofício do Registro de Títulos e Documentos).

DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Diretor
Francisco Franklin da Fonseca Passos

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Rua do Ouvidor, 50 — 9º andar
Fone 231.2469 — Caixa Postal 420

ASSINATURA ANUAL:
Brasil .... NCr$ 12,00
Exterior .... US$ 5,00
Via aérea .... US$ 6,00
Nº avulso .... NCr$ 2,00

Diretor
Claribalte Passos

Editor
Sylvio Pélico Filho

Circulação
Nicio de Lima Barbosa

Agente de Publicidade
Durval de Azevedo Silva
Expediente
Darcyra de Azevedo Lima
Revisão
Neline Rodrigues Mochel
José Silveira Machado

COLABORADORES: *Wilson Carneiro, Nelson Coutinho, J. Motta Maia, Omer Mont'Alegre, Paulo de Oliveira Lima, Oswaldo Gonçalves de Lima, Frederico Veiga, Dalmyro Almeida, Gilberto Freyre, Mauro Mota, Franz O. Brieger, Elmo Barros, Bento Dantas, Herval de Souza, M. Coutinho dos Santos, Nertan Macêdo, Georges Rousselet, Bernard Enaers, Tobias Pinheiro, Théo Brandão, Fernando da Cruz Gouvêa, Lycurgo P. Veiloso, Octávio Valsechi*

As remessas de cheques, devem ser feitas à ordem de BRASIL AÇUCAREIRO e contra banco na cidade do Rio de Janeiro — Guanabara.

Pede-se permuta.
On démande l'échange.
We ask for exchange.
Pidese permuta.
Si richiede lo scambio.
Man bittet um Austausch.
Intershangho deziruta.

Sumário

SETEMBRO/DEZEMBRO — 1969 — N.ºs 3/6

●

CAPA: Hélio Estolano

NOTAS e COMENTÁRIOS

CICLAMATOS

A DECISÃO adotada pelo Govêrno dos Estados Unidos, suspendendo a fabricação e estabelecendo escala para a retirada do mercado de alimentos, refrigerantes e medicamentos que contenham ciclamatos, bem como estipulando que, daquele momento em diante, o uso dessa droga sòmente poderia ser feito mediante surpervisão médica, resultou de pesquisas que vinham sendo conduzidas, pacientemente, há quase dez anos, tendo em vista as dúvidas quanto à inocuidade dos adoçantes sintéticos preparados à base de ciclamatos.

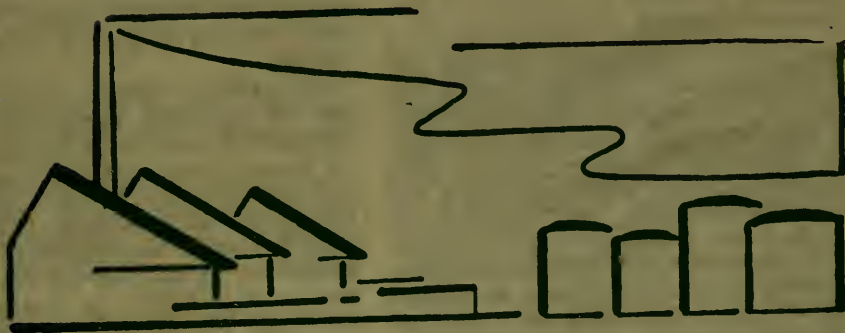
Os índicios que vinham sendo arrolados nos laboratórios dos países mais desenvolvidos, mediante a aplicação de ciclamatos na alimentação de cobaias, eram mais que suficientes para a adoção de uma medida de prevenção, especialmente levando em conta que refrigerantes, chocolates, doces, balas, caldas de frutas e outros alimentos vendidos livremente, estavam ao alcance de crianças e pessoas de menor discernimento, para as quais uma simples advertência do possível risco não chegava a ter qualquer sentido.

Já em 1963 a "Medical Letter", publicação técnico-científica norte-americana, do mais alto conceito, reclamava persistentes investigações oficiais sôbre todos os possíveis efeitos dos sintéticos no feto humano e nas enfermidades crônicas. Mais recentemente, a revista "Nature", da Grã-Bretanha, explorava a controvérsia sôbre possíveis efeitos do uso dos ciclamatos na reprodução, ocupando-se posteriormente, num outro artigo, da relação do uso de ciclamatos com o processo do metabolismo. Pesquisadores do Instituto Paracelso, da cidade de Band-Hall, na Áustria, divulgaram resultados de trabalhos realizados segundo os quais "pacientes com problemas cardíacos, circulatórios e de fígado, pareceram estar em perigo quando fizeram uso não controlado de ciclamatos".

Pesquisadores japonêses, por seu turno, há cêrca de dois anos, chegavam à conclusão de que a ingestão de ciclamatos pelos ratos aumentava a freqüência de adenoma nesses animais. Conforme o testemunho de especialistas brasileiros, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista que funcionou em 1968, constituída a requerimento do Deputado Maurício Goulart, certos pacientes

são sensíveis a determinado tipo de distúrbio digestivo, caracterizado por surtos diarréicos, ou acusaram dermatite limitada de áreas expostas à luz.

A pá de cal foi lançada pela National Academy of Science, dos Estados Unidos, confirmando a hipótese de que ciclamatos haviam provocado câncer em animais, conforme está no "statement" do Secretário de Saúde e Assuntos Científicos, Sr. Robert H. Finch. Em face do verificado, não havia outra alternativa, no resguardo da saúde e do bem-estar dos cidadãos, a não ser o banimento dos ciclamatos do consumo humano, não obstante tendo plena consciência das grandes implicações econômicas que adviriam dessa decisão.

Na medida em que se tornaram conhecidas, as razões do Govêrno dos Estados Unidos geraram uma reação em cadeia: país após país seguiram-lhe as pégadas, inclusive o Brasil. Alguns, de forma objetiva, outros, em têrmos condicionantes. O Brasil optou pela última forma, na expectativa da evolução de novas pesquisas.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO TEM NÔVO TITULAR

O general Edmundo de Macedo Soares e Silva transmitiu o cargo de Ministro da Indústria e do Comércio, em 31/10/69, ao sr. Fábio Yassuda afirmando que o nôvo titular da pasta terá a missão de conduzir a atuação de um autêntico Ministério da Economia, tal a amplitude de suas atribuições e suas responsabilidades sôbre o bom funcionamento dos mais diversos setôres da produção nacional.

Após fazer referência à longa carreira do sr. Fábio Yassuda na iniciativa privada e na administração pública, o general Edmundo de Macedo Soares e Silva desejou-lhe êxito em sua gestão e declarou: "O primeiro período da Revolução foi de formulação; o segundo, de implantação; e o terceiro será de plena execução".

É o seguinte o texto, na íntegra, do discurso de transmissão de cargo pronunciado pelo general Edmundo de Macedo Soares e Silva:

Senhor Ministro:

Os homens demonstram vocação pública através de suas vidas. Lendo sua biografia, Sr. Ministro, descobre-se, desde logo, propensão firme para o trabalho organizado, de grupo, e, nêle, para funções de direção que muito têm a ver com o interêsse geral. Daí, julgo, a atração de Vossa Excelência pela agricultura já em 1948, numa Cooperativa, bem antes de completar 30 anos de idade. Sua formação fôra tôda nesse sentido, com passagem pela "Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz".

Na Cooperativa de Cotia ocupou Vossa Excelência grandes postos, subindo sempre, até atingir a Superintendência. Cotia é um centro de experiências extraordinárias, projetado não mais apenas em São Paulo, ou, mesmo, no Brasil, mas no Mundo. Nas vêzes que tivemos ocasião de conversar, pude apreciar sua compreensão dos problemas gerais da indústria ligados ao amanho da terra, e de sua estreita ligação com técnicos afamados da Europa e dos Estados Unidos.

Em nenhum período de suas atividades, deixou Vossa Excelência de estar vinculado a funções de caráter público, ou mesmo, puramente publicas. Assim foi, em São Paulo, no exercício da vice-presidência da Associação Rural do Litoral Paulista e da Associação Rural de São Paulo, da qual foi um dos fundadores; assim, também, na vice-presidência da União das Cooperativas do Estado; depois, membro do Conselho do Centro Estadual de Abastecimento-CEASA, e Conselheiro da Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), como representante das Cooperativas; membro do Conselho Consultivo de Tecnologia Aplicada da Secretaria de Agricultura do Estado (1960). Atualmente, além da posição de Superintendente da Cooperativa

Agrícola de Cotia, é Vossa Excelência membro do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda e de várias Comissões oficiais. Estêve na Reunião Continental da ALALC em Montevidéu, indicado pela Confederação Nacional da Agricultura, e é ainda ligado à Comissão de Desenvolvimento da Associação Agrícola Brasileira, do Departamento de Defesa e Inspeção Agro-Pecuária do Ministério da Agricultura; pertence igualmente ao Conselho de Administração do Fundo de Pesquisa do Instituto Biológico, como representante da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo, e ao Conselho de Administração da Escola de Administração de Emprêsas da Fundação Getúlio Vargas, na Paulicéia. Finalmente, na impossibilidade de citar tôdas as suas atividades, lembro sua presença no Alto Conselho Agrícola da Secretaria de Agricultura de São Paulo, no Conselho Departamental da Faculdade de Medicina Veterinária e Agronômica de Jaboticabal; Comissário Geral do Brasil para a Exposição 1970 de Osaka (Japão), conforme designação do Sr. Presidente da República em 12 de fevereiro do corrente ano; e Secretário de Abastecimento da Prefeitura de São Paulo. Como prova de seu espírito cívico, é interessante notar sua passagem, como membro, por um Diretório Regional da UDN.

Está retratado seu pendor pela Administração Pública, de que nunca estêve afastado, ao longo de suas atividades até hoje.

Agora Vossa Excelência é parte do Govêrno Federal, como Ministro da Indústria e do Comércio. Graves e difíceis problemas necessitarão o seu estudo e decisão.

· Para o desempenho do seu trabalho, há neste Ministério, dos seus quadros e requisitados, funcionários de larga experiência e de grandes conhecimentos, além de dedicação inigualável. Costuma-se julgar o Ministério da Indústria e do Comércio pelo total de suas verbas orçamentárias; é um êrro, pois se somarmos os orçamentos de suas autarquias e sociedades de economia mista, veremos que o Ministério da Indústria e do Comércio se apresenta bem no quadro das Unidades que compõem o conjunto ministerial. De fato, o Ministério é **gerador de meios** e não **dispendedor de verbas**. Só o café e o açúcar exportados produzem metade das divisas arrecadadas pelo Brasil.

Por outro lado, na sua organização, reformulada no Govêrno Castello Branco e posta em prática no Govêrno do Marechal Costa e Silva, estão Conselhos e Departamentos do mais alto valor na administração brasileira. Quem observa o organograma do Ministério da Indústria e do Comércio tem a impressão de que êle é o Ministério da Economia. Os órgãos formuladores de política (Conselhos e Comissões) têm a ver com os desenvolvimentos industrial e comercial, com o comércio exterior, com o contrôle e fixação de preços, com os seguros privados, com o turismo, com a indústria siderúrgica, com o sal e a borracha. Como órgão de contrôle, de estudos e de aplicação de política, devemos citar o Instituto Nacional de Tecnologia, o Instituto Nacional de Pesos e Medidas, o Departamento Nacional da Propriedade Industrial, o Departamento Nacional de Registro do Comércio e o Centro de Estudos Econômicos. E como órgãos executivos possui o Ministério da Indústria e do Comércio; o Instituto Brasileiro do Café, o Instutito do Açúcar e do Álcool, a Superintendência de Seguros Privados, a Superintendência da Borracha, o Instituto de Resseguros do Brasil, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Nacional de Álcalis, a Emprêsa Brasileira de Turismo (Embratur) e a Superintendência da Expo-72, que comemorará o sesquicentenário da Independência do Brasil.

Encontrará Vossa Excelência três Relatórios de minha gestão: o de 1967, o de 1968 e o de 1969 (10 meses), além de um fascículo sôbre o funcionamento do Ministério, um volume sôbre Legislação, Supervisão e Mercado de Seguros e 2 volumes sôbre o Plano Siderúrgico Nacional.

Muitas vêzes, no exercício do meu trabalho, tive a impressão de que o Ministério da Indústria e do Comércio não é perfeitamente conhecido na sua vastíssima área de ação. Será um ângulo que irá preocupar Vossa Excelência.

Não vou citar as realizações no quase triênio da gestão Costa e Silva (2 anos, 7 meses e 15 dias). Os documentos que deixo, e os relatórios que resumem a ação, são suficientes.

O que desejo, agora, é agradecer aos meus colaboradores diretos e a todo o funcionalismo da Casa o trabalho que executaram, durante meu exercício como titular da Indústria e do Comércio.

A Vossa Excelência, Senhor Ministro Fábio Yassuda, auguro grande êxito e muitas felicidades. O primeiro período da Revolução foi de formulação; o segundo da implantação; e o terceiro será de plena execução. Oxalá, tenha passado a época difícil que acabou vitimado, com cruel enfermidade, o grande brasileiro que é Arthur da Costa e Silva. Que a fase atual, sob a orientação firme do Presidente Garrastazu Médici, seja de grandeza para o nosso País, e que Vossa Excelência, Sr. Ministro, só tenha alegrias e glória no desempenho de sua difícil missão.

RESPOSTA

É o seguinte, na íntegra, o discurso pronunciado pelo Sr. Fábio Yassuda:

Excelentíssimo Senhor Ministro Edmundo de Macedo Soares e Silva

Neste momento, recebo das mãos do Exmo. Sr. General Edmundo de Macedo Soares e Silva o cargo de Ministro de Indústria e Comércio, a mim confiado, em honrosa escôlha por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, que nesta hora tão importante da nossa História assumiu a suprema condução da Pátria brasileira.

Não se considere um gesto ritual de minha parte a forma pela qual aceito do Exmo. Sr. General Macedo Soares o Ministério de Indústria e Comércio. Seu nome adquiriu aquela rara distinção de poder apresentar-se sem adjetivos nem explicações. Passou a significar uma obra, na administração, na siderurgia, na indústria, na implantação de nova tecnologia. Aceite, pois, Sua Excelência, a manifestação de respeito com a qual dêle recebo o cargo.

Ao assumir esta Pasta e falar pela primeira vez, na qualidade de Ministro de Indústria e Comércio, sinto-me um pouco na posição de alguém que começa por romper uma tradição. A manifestação inicial de qualquer membro de um nôvo Gabinete costuma a vir sempre cercada de natural curiosidade, por mais que se compreenda constituir, antes de tudo, um gesto político ritual êsse primeiro esfôrço de caracterizar uma imagem e dizer ao que vem.

Pois bem, com tôda a sinceridade, devo dizer que o Ministro de Indústria e Comércio que ora assume não tem a oferecer, de fato, mensagem sua própria, nem pretende fixar nos olhos do público nenhuma imagem pessoal diferenciada. Sua mensagem está contida nos pronunciamentos de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, sua orientação é a de cooperar integralmente com todos os membros do Govêrno na realização da obra nacional. Serei responsável apenas pelos meus erros e limitações. Tudo aquilo que de certo e bom se fizer nesta Pasta, será obra coletiva, será o produto das deliberações e do modo de operar de um Govêrno, no qual estarei como servidor e participante.

Êste estilo e orientação, tão bem explicitados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, representam, no meu entender, um profundo reclamo da Nação brasileira. Sinto-me com êles solidário por uma inata disposição de espírito e pelo meu próprio aprendizado de longos anos entre homens de produção e no movimento coöperativista. Sinto que esta posição se impõe pela lógica interna das coisas, pela exigência máxima de racionalidade da ação administrativa, para tornar os meios adequados aos fins, e fazer a êstes ultimos compatíveis entre si e claramente inteligíveis ao povo brasileiro.

Assumo esta Pasta movido por profunda convicção interna. Em minha plena consciência, penso que o Brasil se encontra hoje diante de uma guerra, e para esta tem de mobilizar-se integralmente. Guerra do seu desenvolvimento, do seu engrandecimento, de sua afirmação histórica.

Talvez pareça a expressão um pouco forçada, excesso de hipérbole para um Ministro de Indústria e Comércio, e ainda mais para alguém cuja biografia faz

supor que esteja habitualmente voltado para as coisas concretas e dados empíricos.

E, contudo, creio que a idéia quando não a palavra — é perfeita e justa. Nosso desenvolvimento, nossa grandeza, dependem do emprêgo mais racional e eficiente dos nossos meios de ação para a realização dos grandes objetivos nacionais permanentes. É postulado compreendido hoje por todo o país que, por muitas e complexas causas, havíamos chegado a uma situação histórica dificílima, na qual permanecer era impossível e da qual sair teria de custar um grande preço. Nesse momento, só uma opção é válida, a da eficiência integral e completa mobilização. Na ação ora de nós exigida deve entrar um compromisso total, um engajamento que nos leve mais além do que o esfôrço simplesmente razoável, uma procura de vitória, não apenas de maior conveniência.

Neste sentido é que entendo o meu cargo — sou participante de um esfôrço que é de todo o povo brasileiro, — êste povo bom e sério que sabe curto o tempo e muitos e grandes os problemas a vencer. E dos muitos sentidos em que me senti honrado pelo convite do Senhor Presidente da República, o mais caro à minha alma foi a oportunidade de participar desta luta no centro da ação, de me realizar naquilo que me parece o mais feliz dos destinos de um homem, lutar entre outros homens ao serviço de todos.

O Govêrno é um todo, que exprime, na atual circunstância brasileira, a convergência das grandes fôrças nacionais. A determinação dos rumos é a obra do todo, no processo do diálogo nacional. A nós, instrumentos do Govêrno, restanos a definição dos objetivos operacionais, a análise dos meios, a coordenação das atividades executivas, a organização dos instrumentos mais eficazes e a aferição dos resultados.

Para resumir tudo em poucas expressões, diria que nossas incumbências são racionalidade, eficiência e seriedade. E existem os elementos de ação e os homens para ativá-los.

Temos, no Brasil, dentro e fora da Administração Pública, um enorme reservatório de competência, de informações e dados, de pessoal responsável e dedicado.

Mas o Brasil tem pressa. Não há tempo a perder. A cada dia que passa, cêrca de 8 mil brasileiros vêm aumentar a nossa população — um contingente a maior, de sêres humanos que terão expectativas de uma vida decente, de dignidade, de orgulho de pertencerem a uma grande nação. Tôdas as coisas que se traduzem em valôres intangíveis, identificação nacional, sentido de tradição e, ao mesmo tempo, confiança no futuro, mas também em condições materiais, escolas, assistência médica, oportunidades de trabalho e cultura, segurança de vida. Cada dia de hesitação é um dia perdido às custas dêsses 8.000 brasileiros.

No quadro do que há por fazer, o MIC vê reservado para si um amplo papel. Suas atribuições cobrem uma enorme área das atividades materiais do país. Não o fazem com exclusividade. Outros órgãos públicos exercem funções de diversa natureza dentro dessa mesma área. Mas, tal situação, na verdade, acrescenta novas responsabilidades à atuação dêste Ministério.

Nosso rumo, evidentemente, é o desenvolvimento do país, o que significa, no caso, o máximo aumento do produto nacional.

Traduzí-lo em objetivos operacionais mais imediatos, temos de responder à seguinte pergunta: quem cria a riqueza nacional? A resposta evidente é que são todos quantos trabalham neste país: nas atividades primárias, na agricultura e nas indústrias extrativas; os que, nos setores manufatureiros, transformam o produto primário em novos bens mais valiosos; o comércio e as atividades intermédias; os técnicos, os empresários, os administradores, os servidores públicos, e todos os produtores de bens imateriais, professôres, cientistas, artistas, os construtores da cultura que constitui a condição mesma de nossa identidade humana e nacional.

E quê lhes podemos pedir, mais em concreto? Pois bem, que trabalhem todos, cada vez mais e com maior eficiência, e compreendam que, nas opções entre o presente e o futuro, é ao futuro que deve agora caber a prioridade. Acei-

tem parte do pagamento em orgulho nacional, em satisfação ínfima de estar criando um país maior, a satisfação do soldado em campanha, não a do consumidor regalado.

Nas tarefas que cabem ao MIC, figuram a de cooperar para que as fôrças produtivas nacionais possam operar com o máximo vigor. Muito em particular, incumbe ao empresariado brasileiro um papel de vanguarda em que não pode falhar. A indústria e o comércio têm a responsabilidade de se atirar para a frente, de crescer, de investir agressivamente, com dureza de ação e sobriedade de comportamento, com austeridade de maneiras, com descaso pelas amenidades do consumo e da doçura do viver, conscientes de que os bens materiais e o poder de decisão que lhes está nas mãos não é um dom absoluto e inconseqüente, mas uma grave e honrosa procuração que lhes confia a Nação brasileira em nome de seu futuro.

Diante de nós postula-se também a questão central do aumento da produtividade nacional em todos os campos da economia.

Temos de realizar um esfôrço global de desenvolvimento tecnológico e êsse esfôrço vai desde a pesquisa pura nos laboratórios até o estudo e implantação de rotinas de informação e normas e ao treinamento de pessoal em todos os níveis.

Aos empresários e técnicos, assim como aos administradores de órgãos públicos, cabe a atuação pioneira, que tem de ser implacável e agressiva. Cabe fazer, mas também cabe o dever de assessorar e de reclamar contra os que não fazem. Está em andamento neste país uma Revolução nacional e é bom que todos se capacitem dêste fato. Estamos na Revolução para fazer um Brasil melhor, não há lugar para privilégios vazios, e nenhum privilégio é mais vazio do que a ineficiência.

Trago esta convicção para o Ministério de Indústria e Comércio. Tenho, e temos todos, o dever da eficiência. Estamos cercados de nações que se desenvolveram mais, que chegaram a um nível mais alto de produtividade, que dispararam à frente na corrida tecnológica.

E não se julgue que são apenas os grandes setores da tecnologia industrial contemporânea o que merece a concentração das nossas atenções. Não precisamos apenas de computadores e servomecanismos. A simples boa embalagem ou padronização de um produto, a eficiência da comercialização, a precisão e rapidez nas informações e a seriedade no cumprimento de um contrato podem muito bem representar a diferença entre ganhar ou perder um mercado externo.

Todos conhecem a desfavorável situação dos preços internacionais de muitos dos nossos produtos primários, assim como as injustificáveis restrições que encontram alguns artigos exportáveis. O que nem todos sabem, porém, é que, em muitos casos, nossos produtos sofrem deságios nos mercados mundiais por defeitos de padronização ou de comercialização, e isto por culpa nossa.

Da atuação oficial depende, em parte, a progressiva correção dêsses maus hábitos, pela cooperação e pela assistência e pela permanente defesa e ampliação dos nossos mercados externos. A ação global do Govêrno concentrar-se-á na luta contra o aviltamento dos nossos preços e pelo aumento do grau de industrialização dos nossos produtos.

Nas atividades públicas e privadas é imperativo que tudo se faça sem desrespeito às regras do jôgo, sem espoliação da comunidade brasileira, sem abuso da confiança pública incorporada na honrosa investidura de cargo ou função oficial sem fraude das normas que regulam o uso da propriedade e defendem o bem-estar geral.

Omitirmo-nos neste ponto, acreditar que o desenvolvimento seja um mata-borrão feito para enxugar tôdas as manchas, é fechar os olhos para o fato de que a desordem social acaba por tornar-se o mais pesado dos freios a êsse próprio desenvolvimento, o gerador de impasses para os quais só restam soluções muito penosas.

Uma nação, em última análise, é uma identidade moral, é um projeto comum. Os que recebem o privilégio do cargo público, da condição empresarial, da propriedade, devem aos que o não têm o respeito profundo que se manifesta na

Ao assumir a Pasta da Indústria e do Comércio, o Sr. Fábio Yassuda afirmou, entre outros pontos, que "temos que realizar um esfôrço global de desenvolvimento tecnológico e êsse esfôrço vai desde a pesquisa pura nos laboratórios até o estudo e implantação de rotinas de informação e normas e ao treinamento de pessoal em todos os níveis".

Em discurso pronunciado na solenidade de transmissão no MIC, o General Edmundo de Macedo Soares e Silva fêz ligeiro retrospecto da vida pública de seu sucessor. Ao final de seu pronunciamento, dirigindo-se ao Sr. Fábio Yassuda, disse: "Que a fase atual, sob a orientação firme do Presidente Garrastazu Médice, seja de grandeza para o nosso País, e que V. Excia. Sr. Ministro, só tenha alegrias e glória no desempenho de sua difícil missão".

Para combater as pragas nos canaviais de Pernambuco e Alagoas, o I.A.A. adquiriu 3 aeronaves Piper Pawnee C. *(foto), modêlo 235-C, equipadas com acessórios e que serão operadas pela Comissão de Combate às Pragas. A foto à esquerda registra o momento em que o Presidente Francisco Oiticica assinava convênio com aquela entidade.*

Durante sua permanência no Brasil o Presidente do Sugar Board, de Londres, Sir George Dunnet, visitou o I.A.A., sendo recebido pelos Srs. Francisco Oiticica e Omer Mont'Alegre (foto).

Fotos de Clovis Brum

Ao ensejo do transcurso de seu aniversário natalício, a 1 de outubro, o Presidente do I.A.A., Sr. Francisco Oiticica, recebeu amigos e funcionários. Na foto quando era abraçado pelo Diretor da D.A., Sr. Francisco Franklin da Fonseca Passos.

consciência do dever e na observância das normas de conduta.

Permita-se-me, entretanto, trazer aqui uma nota de ufanismo. O brasileiro é um povo essencialmente bom e realizador, corajoso e livre. Quem, como eu, veio do interior, do campo, muito cedo aprendeu a distinguir com clareza essa nossa dimensão humana, a nossa condição de grande povo. O brasileiro é gente. Até mesmo a nossa disposição constante para a autocrítica, às vêzes para um pessimismo ácido, é um sinal de que em nós habita uma sêde profunda de dignidade e grandeza e a capacidade de não nos conformarmos passivamente com a nossa realidade circunstancial.

Está em nossas mãos, em última análise, criar a nossa realidade melhor. O futuro se faz de razão e de vontade e quem o tem, também tem o presente. O Govêrno defenderá a justa quota do produtor nacional e impedirá as iniqüidades e não trocará por vantagens imediatas a segurança nacional. Ao empresariado nacional, muito particularmente, por estar mais diretamente vinculado à área de ação do MIC, quero dizer que é nossa tarefa ajudá-lo a fortalecer-se e a ganhar eficiência. Não podemos esperar que outros venham a fazer o nosso enriquecimento, enquanto que ficamos parados a gozar dos juros do passado. Na verdade, o desenvolvimento real consiste no poder de decisão. Mas é importante que o empresariado nacional se engaje integralmente no seu papel e exija sempre o direito de exercê-lo, porque não será com protecões passivas contra a técnica, a capacidade de organização, o domínio dos meios racionais e a eficiência gerencial dos estrangeiros, e sim com o enrijecimento dos nossos próprios músculos, que estaremos em condições de sobreviver e prosseguir. Por assim dizer, temos de nos tornar capazes de bater os nossos concorrentes no seu próprio jôgo.

Tudo isto que aqui foi dito nada mais é do que uma suscinta reafirmação das diretrizes contidas nos pronunciamentos de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Com essas diretrizes tenho, repito, uma profunda identidade de consciência, por acreditar que revelem as aspirações mais íntimas do povo brasileiro, por mais que, na sua realização concreta, vozes diferentes se façam ouvir no diálogo, nesse diálogo de que falou Sua Excelência em sua primeira manifestação ao povo brasileiro.

Por fim, quero deixar uma palavra de cautela. Os problemas concretos não raro desafiam soluções simples e rápidas e as opções práticas se situam, não no nível do ótimo, mas entre alternativas relativamente insatisfatórias. Haverá inevitàvelmente diferenças de opiniões e conflitos entre interêsses diversos, muitas vêzes, legítimos em si mesmos, que será preciso dirimir em têrmos de orientação do Govêrno como um todo já que êste Ministério não será senão uma parte dêsse todo, com o dever de cooperar com tôdas as demais para os objetivos comuns.

Assumo o cargo, por conseguinte, com profunda consciência das muitas e inevitáveis dificuldades e limitações, minhas e dêle próprio. Tenho a minha parte a cumprir no programa do Govêrno e as contribuições, análises, dados e informações que possa dar êste instrumento, ora a mim confiado, só depois de processados pela máquina global, e, por assim dizer, metabolizados, é que se tornarão diretrizes e decisões específicas, de nível operacional, por cujo cumprimento serei então responsável.

Ao finalizar meu pronunciamento, desejo registrar que não andei muito para aqui chegar, pois venho de perto. Venho do Vale do Paraíba, que tanto contribuiu no Império e que tanto hoje volta a contribuir para o país. Venho de Pindamonhangaba, de quase trezentos anos, onde se sente ainda a presença de seus velhos e respeitados vultos históricos. Venho de uma casa rural, onde, guiado pelas mãos honradas e capazes de meu saudoso pai — vanguardeiro de uma corrente imigratória — e pelas mãos carinhosas de minha mãe, hoje aqui presente para minha alegria, aprendi, juntamente com meus irmãos (como aprenderam os filhos de imigrantes que contribuíram para formar o povo brasi-

leiro) a amar o Brasil, a cultuar envaidecido os nossos maiores e os nossos episódios históricos, sem perder o respeito às tradições da terra de meus ancestrais.

Às amáveis palavras do ilustre General Macedo Soares e a todos quantos aqui tão generosamente compareceram, o meu sincero agradecimento.

PRESIDENTE WASHINGTON LUIZ: CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO

Francisco Franklin da Fonseca Passos

ENCONTRARAM ampla ressonância na opinião pública nacional as homenagens prestadas ao Presidente Washington Luiz pela passagem do centenário de seu nascimento.

Na realidade, dentre os que ocuparam a Presidência da República, êle merece um estudo à parte.

Chegara ao supremo Govêrno da República precedido da reputação de um valoroso administrador. Com êle se encerra a República Velha, tão cheia de contrastes, entre as deturpações do regime e fulgores de inteligência de que foi cenário.

Fluminense de nascimento, exerceu, contudo, em São Paulo, atuação das mais sólidas e eficientes. Essa circunstância só pode honrar o grande Estado do Sul, considerado por muitos, bairristas por excelência, mas que mostrou que sabia recorrer às personalidades de outros Estados, de que foram exemplos prestigiosos, Bernardino de Campos, das Alterosas e Albuquerque Lins, do Estado de Alagoas.

Na composição de seu Govêrno, Washington Luiz julgou encontrar na designação dos "leaders" de bancada, o elemento suficiente para interpretar os anseios dessas unidades federativas, mas em verdade não lhe foi propícia essa idéia, porquanto jamais tendo exercido mandato federal perdeu contacto com as influências políticas da época.

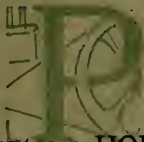
Washington Luiz, cheio de altos predicados morais confiava em absoluto nas informações de seus auxiliares que nem sempre correspondiam à seqüência e à verdade dos fatos.

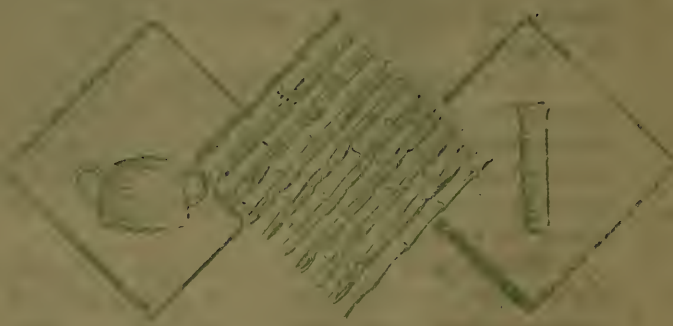
O que lhe realça a figura é, porém, a sua bravura acrescida da circunspecção inalterável que soube exercer no ostracismo político, não deixando que no estrangeiro pairasse dúvida sôbre o destino do Brasil. Nenhuma queixa, nenhuma amargura foi por êle proferida. Conservou-se inatacável, a sua resignação perante o destino.

Homem de boa fé julgava não errar. O que lhe amargurava a existência foi a decepção profunda que os fatos posteriores lhe causaram.

Nunca lhe passou pela mente que o 24 de Outubro de 1930 se transformasse em carnaval de rua.

Retornando à pátria continuou com o mesmo ânimo varonil, recebendo, na ocasião, consagradora manifestação do povo brasileiro que enfim praticava um ato de reparação e justiça ao seu ex e grande Presidente. Há uma circunstância para assinalar o seu Govêrno. O pôsto que confiou na Capital Federal de então a um digno representante da aristocracia rural de São Paulo, Prado Júnior, cuja memória os habitantes da Guanabara ainda reverenciam, pelos bons e assinalados serviços que prestou à comunidade carioca.

Infelizmente os efeitos da depressão econômica nos Estados Unidos influíram desfavoràvelmente nas iniciativas do seu Govêrno. Atribulado foi êle, mas guardou sempre o Presidente Washington Luiz a serenidade e a grandeza moral.

No plano econômico êle foi o precursor, com o slogan "governar é abrir estrada", dessa política que a partir de 1967 se instalou no Brasil.

Honra pois seja feita à memória dêsse varão impoluto da dignidade, e no escrúpulo com que dirigiu os destinos da República.

SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA

CLARIBALTE PASSOS

POR inspiração do sociólogo *Gilberto Freyre* foi criado no Recife, Pernambuco, um seminário à semelhança do de Tannenbaum, reunindo, hàbilmente e de forma a mais perfeita, especializações as mais diversas no concernente ao complexo e amplo tema das relações entre o HOMEM e o TRÓPICO.

Sabe-se, aliás, que tal idéia não sòmente foi aplaudida como imediatamente apoiada pelo Reitor da Universidade de Pernambuco, *Murilo de Barros Guimarães* e de idêntica maneira recomendada pelo eminente Professor *Newton Sucupira*. Verificou-se, em seguida, no ano de 1966, o Seminário de Tropicologia do Recife, na Universidade Federal de Pernambuco.

Há poucos dias, chegou-nos às mãos, obra em dois alentados volumes sob o título — "TRÓPICO &
COLONIZAÇÃO
NUTRIÇÃO
HOMEM
RELIGIÃO
DESENVOLVIMENTO
EDUCAÇÃO E CULTURA
TRABALHO E LAZER
CULINÁRIA
POPULAÇÃO"

Êste livro constitui o primeiro de uma série expressiva, de indiscutível valor, considerando que reúne importantes problemas cingidos à situação do Brasil como nação tropical, abordando temas agronômicos, antropológicos, além de alguns outros sôbre Demografia, Economia, Engenharia, Educação, Filosofia, Literatura, Medicina, História, Biologia, Nutrição, Geografia, Química e Sociologia.

Podemos afirmar, ao ensejo dêste breve comentário, que se trata não sòmente de um roteiro admirável para uma mais acurada e objetiva compreensão da vida nacional, mas ainda, serve de repositório de informações indispensáveis a alunos e professôres

das nossas universidades, atingindo certamente, o interêsse dos pesquisadores, administradores, políticos, industriais e diferentes profissões liberais.

Sob a dinâmica e competente direção do sociólogo Gilberto Freyre, esta edição de 1969 do livro "TRÓPICO &...", engloba trabalhos esplêndidos de Froes da Fonsêca, Arthur Reis, Nelson Chaves e muitas outras personalidades do ambiente cultural brasileiro, através dos debates travados no Seminário de Tropicologia do Recife, no transcorrer do ano de 1966.

Participaram como membros efetivos do aludido Seminário, naquêle ano, Marco Aurélio de Alcântara (jornalista), Gilberto Osório de Andrade (geógrafo), Renato Carneiro Campos (sociólogo), Roberto Cavalcanti (economista), o Prof. Nelson Chaves (nutrólogo), Bezerra Coutinho (biólogo), Gilberto de Mello Freyre (sociólogo e antropólogo), Antônio Carolino Gonçalves (estatístico), Murilo Humberto de Barros Guimarães (jurista), Elemér Janovitz (empresário), Jônio Lemos (engenheiro), Oswaldo Gonçalves de Lima (químico), Carlos Frederico Maciel (humanista e educacionista), Ruy João Marques (médico), Mário Lacerda de Melo (geógrafo), José Antônio Gonsalves de Mello (historiador), Maria do Carmo Tavares de Miranda (filósofa), Pessoa de Morais (sociólogo), Mauro Mota (geógrafo), Antônio Carlos da Silva Muricy (militar), Nilo Pereira (humanista e jornalista), Estêvão Pinto (antropólogo e historiador), Arlindo José Amorim Pontual (engenheiro), Sylvio Rabello (psicólogo), René Ribeiro (antropólogo), Dias da Silva (psicólogo), Camilo Steiner (industrial), Ariano Suassuna (escritor), Newton Sucupira (humanista e educacionista) e João de Vasconcelos Sobrinho (agrônomo).

Nas notas informativas em tôrno do livro "TRÓPICOS", o sociólogo Renato Carneiro Campos, acrescenta que: "O próprio Professor Tannenbaum, recentemente falecido, antigo mestre de Sociologia da História, na Universidade de Columbia, chegou a reconhecer o mérito e as inovações do empreendimento cultural recifense, falando de um nôvo tipo de Seminário: Tannenbaum-Recife".

Dada a importância da iniciativa e o interêsse despertado, com a edição em dois volumes de "TRÓPICO", abrimos aqui espaço em "Brasil Açucareiro" com o propósito não apenas de recomendar a obra, mas sobretudo, no sentido de felicitarmos a Universidade Federal de Pernambuco pelo êxito cultural do referido Seminário.

UM LIVRO DE ATUALIDADE

SILVA XAVIER

PUBLICADO pela primeira vez em 1934, o livro de Leonardo Truda "A Defesa da Produção Açucareira", conserva, não obstante os anos transcorridos, singular atualidade. Trata-se de uma coletânea de conferências e exposições abordando os aspectos fundamentais da política canavieira implantada no país pouco depois de 1930, e enriquecida na segunda edição aparecida em 1940, de outros trabalhos da mesma natureza, com a vantagem, como assinala o próprio autor, de "abranger um período maior permitindo, assim, analisar com mais amplitude e maior segurança o que tem sido o ensaio de organização econômica que a defesa da produção açucareira representa".

Aliás, Leonardo Truda insistia, deliberadamente, neste conceito de considerar a defesa da produção açucareira como um ensaio de organização na economia brasileira. Longe de ser o fruto de qualquer preocupação de ordem doutrinária ou política, o plano se impuzera por exigências de ordem econômica, "pelo clamor dos produtores ameaçados de ruína total e incapacidade não só de reerguer-se pelos seus próprios esforços, como, até mesmo, de coordenar e conjugar êsses esforços para o objetivo de salvação comum". E, advertia o primeiro presidente do I.A.A.: "Foi, sem dúvida, uma manifestação de intervencionismo do Estado, um apêlo à economia dirigida. Nem o primeiro nem, muito menos, o único no Brasil. Mas, por certo, diversos dos demais, com características e métodos próprios, dentro dos quais o Estado entra com o seu cabedal de prestígio oficial e com a sua fiança, para realizar uma ação que, embora compulsória, é, sobretudo, de orientação e de coordenação, deixando aos interessados diretos não apenas uma predominante participação como a mais ampla faculdade de contrôle".

Quando se lêem, hoje 35 anos passados, as páginas dêsse livro de tão assinalados méritos, duas impressões ressaltam de imediato, a explicar não apenas o seu êxito inicial mas também a sua perenidade. Em primeiro lugar, a clareza das idéias expostas, a sua lógica, a sua sustentação, o seu poder de convencimento. Em

segundo lugar, a forma precisa de expô-las, num estilo sóbrio, enxuto, direto, a revelar o grande jornalista que Leonardo Truda tinha sido tôda a sua vida, antes de vir a ocupar a presidência do Banco do Brasil e do I.A.A.· Idéias claras, corretamente expostas constituem, portanto, o grande mérito do livro, tanto mais de destacar no campo da economia onde, via de regra, idéias confusas se tornam ainda mais difíceis de digerir pela forma mofina de expô-las.

Abre-se o livro com a conferência realizada em São Paulo, na Sede da Sociedade Rural Brasileira, em janeiro de 1934, e dedicada às diretrizes da defesa açucareira. Neste primeiro trabalho Leonardo Truda começa enfrentando a questão do intervencionismo estatal no setor econômico. Depois de admitir a existência de forte preconceito contra a intervenção do Estado, mostra como são os próprios fatos de cada dia que tornam indispensável essa intervenção· "Entre a volta ao liberalismo "tornada irrealizável nas condições atuais" e a adoção do socialismo, que se situa no extremo oposto, tornou-se necessário procurar aquela solução intermediária a que se refere Paul Alpert "deixando lugar à iniciativa individual e à ação coordenadora da coletividade".

Assinala Leonardo Truda que quem examinar com ânimo desprevenido, o que se fazia no Brasil na execução do plano da defesa açucareira, não poderá deixar de concluir sinceramente "que a intervenção do Estado se fêz precisamente no sentido da conjugação, da coordenação de esforços dos produtores, para ampará-los no rude combate econômico que para êles seria, sem isso, inevitàvelmente desigual." Acrescentava que os produtores exerciam função predominante na autarquia, à qual o Estado delegava a sua função de árbitro, pondo limitações às exigências de uns como às imposições de outros· E concluia, neste ponto, que a contribuição da indústria açucareira para o funcionamento do sistema que a amparava era aplicado em seu exclusivo proveito, sob a vigilância e de acôrdo com as determinações dos próprios contribuintes, através de seus delegados. "E o que é mais: vai sobejando para a formação de um patrimônio mercê do qual podemos já considerarnos habilitados a dar início à solução de um problema tão transcedental para a economia brasileira como é o da produção em grande escala, do álcool combustível."

Ainda nessa mesma conferência em São Paulo, Leonardo Truda abordara o sentido nacional da política de defesa da produção açucareira. E mostrava que essa política tinha de encarar o problema sob o ângulo dos interêsses nacionais "Sòmente nessas condições seria exequível a solução; sòmente assim seria praticável e eficiente o método adotado". E explicava o autor do livro: "Num país de estrutura econômico-política do nosso, a superposição de interêsses regionais aos gerais traria aparelhada, sem dúvida, a dissolução dos vínculos nacionais, uma vez que a unidade política não

poderia subsistir se não a acompanhasse a unidade econômica, seu principal alicerce e seu mais forte e positivo agente de fixação". Prosseguia Leonardo Truda pondo à mostra os perigos inerentes às tentativas de se "desconhecer a interdependência econômica, cuja violação dentro das fronteiras de uma Nação, opondo umas às outras as suas diferentes regiões, importaria na proclamação mais brutal da dissolução ou da inexistência da unidade nacional e representaria o mais perigoso instrumento de destruição que contra esta se poderia forjar".

Lembrava aos paulistas o fato de que as vendas dos seus produtos industriais alimentavam fartamente um intenso intercâmbio com os demais Estados. Alinhando as cifras das exportações da época de São Paulo para Pernambuco, Leonardo Truda mostrava que o seu crescimento decorria do aumento da capacidade aquisitiva do consumidor pernambucano, a qual, por sua vez, tinha apenas uma explicação lógica: "a estabilidade que, a partir de 1931, se estabeleceu no mercado açucareiro, assegurando a Pernambuco, com os melhores preços alcançados pelo seu produto principal, uma prosperidade renascente, cujos efeitos se não fazem mais evidentes porque são ainda vivíssimas as conseqüências que, à sombra dela, se hão de reparar, das graves crises dos anos antecedentes".

Por mais que o tempo transcorrido tenha feito sentir o seu influxo no conjunto da economia brasileira, ainda conserva tôda a sua fôrça de convicção a afirmativa de Leonardo Truda, segundo qual no interêsse de São Paulo, como no de qualquer outro Estado, "o problema da produção açucareira (e o que se diz desta pode referir-se a todos os grandes ramos da atividade produtora do país) só pode ser razoàvelmente encarado e solucionado do ponto de vista dos superiores interêsses nacionais. E é dentro dêsse critério que se impôem os freios estabelecidos na lei reguladora daquela produção e se legitima a limitação, recurso preventivo de desastres de outro modo inevitáveis, em relação a uma mercadoria que superproduzimos já para as necessidades nacionais, quando ela vem de há muito sofrendo as duras contingências da sua superprodução mundial".

A defesa do princípio da limitação da produção é feita por Leonardo Truda de forma completa. Nessa conferência feita em São Paulo a limitação é definida como uma forma de resguardar a riqueza atual, para aumentá-la quando o primeiro objetivo fôsse alcançando, mediante uma obra indispensável mas relativamente fácil de adaptação e de transformação, interessando aos dois produtos da cana o açúcar e o álcool. Numa exposição feita aos produtores, por ocasião de uma reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Açúcar e do Álcool, Leonardo Truda mostra porque se tornara imprescindível a limitação. O fenômeno não era apenas

brasileiro, mas antes universal. Numerosos países produtores de açúcar de cana e de beterraba tinham sido forçados a limitar a produção respectiva, para evitar a derrocada do mercado. Se algo distinguia a posição do Brasil no particular era o que se poderia denominar de privilégio. Com efeito, entre nós a situação tinha dois aspectos positivos evidentes. Primeiro, o mercado interno assegurava consumo a pelo menos nove décimos da produção de açúcar; segundo, o aproveitamento do excedente da matéria-prima papa a fabricação de álcool combustível, atendia à necessidade flagrante de economisar divisas no pagamento dos carburantes importados.

Nessa exposição Leonardo Truda já assinalava os indícios promissores de reerguimento da economia canavieira, decorrentes da política de defesa aplicada. "Com a melhora dos condições econômicas gerais, com o restabelecimento do anterior nível de vida, com a restauração da capacidade aquisitiva e do poder de consumo de nossas populações, fàcilmente será absorvida quantidade de açúcar bem superior à que hoje constitui excedente". Tão confiante era a sua previsão que não hesitava em afirmar: "No Brasil, a limitação representará, por um ano ou dois, quiçá redução mínima de produção, ainda atenuada pela indispensável elasticidade que à medida se terá de dar para ficar a coberto de surpresas nocivas ao consumidor. Mas ela será, sobretudo, medida preventiva; será menos restrição que manutenção das condições atuais, barreira contra a superprodução, isto é impedimento à criação de um estado de coisas dentro do qual, subvertidas completamente as condições atuais da produção e alterados os dados presentes do problema se tornariam ou inexequíveis ou completamente inoperantes as próprias medidas de defesa que ora aplicamos, com a plena, absoluta, irrecusável que, no decurso de três anos os fatos comprovam".

O livro tem um capítulo dedicado à situação do açúcar antes da defesa. Trata-se de uma exposição feita por Leonardo Truda, na qualidade de presidente do I.A.A., perante os convencionais do açúcar reunidos no Rio de Janeiro, em 1935, como delegados das diversas regiões produtoras. Nesse trabalho Leonardo Truda dá um balanço realista do panorama açucareiro na época imediatamente anterior à adoção, pelo Govêrno Provisório, da política de defesa da produção. Os dados irrefutáveis mostram que nem as usinas mais eficientes, as dotadas de melhor aparelhamento ou dispondo de mais ricas lavouras e de canaviais de mais alto rendimento agrícola, nem mesmo essas poderiam longamente resistir. O primeiro resultado dessa política foi libertar o produtor do jugo da especulação. O segundo foi a estabilidade dos preços, alcançada em proveito do produtor sem sacrifício do consumidor, pois o movimento era de defesa do produto e não de sua valorização. "Assim

foi ao lucro excessivo do intermediário, ao jôgo desenfreado da especulação que aruinava a indústria, à oscilação desnortante das cotações, que se arrancaram os recursos necessários para dar à produção açucareira situação de tranqüilidade e de prosperidade, sem sobrecarregar ou sacrificar o consumidor". Tão convincente a argumentação do então presidente do I·A.A., tão realista o quadro de crise anterior e tão evidentes a melhora registrada em função da política de defesa, quo os convencionais votaram moção proclamando que, "nas condições atuais, da indústria e da lavoura açucareira, só o regime de limitação da produção pode impedir o colapso dessas atividades e que as medidas em via de execução para estabelecer dentro de bases nacionais, o equilíbrio estatístico da produção açucareira transformando em álcool anidro os excessos de safras representa a solução a mais econômica e acertada e a que mais atende aos interêsses das classes produtoras e aos de todo o país".

Ao renunciar, em dezembro de 1937, à presidência do I·A.A. Leonardo Truda tinha uma visão precisa do comportamento da defesa da produção aplicada sob sua direção, com inflexível energia. No balanço de sua gestão, feito sob a forma de uma exposição verbal à Comissão Executiva da autarquia, e que integra o livro, volta êle a destacar a importância de que se reveste, no quadro da política de defesa, o princípio da limitação da produção. "Princípio que não foi fácil fazer admitir e aceitar, mas que tem sido incomparàvelmente mais difícil manter invulnerável; princípio que encontra com freqüência, mesmo da parte de muitos com êle inteiramente acordes do ponto de vista coletivo, as restrições do caso individual que se afigura sempre digno de uma excepção; princípio em tôrno do qual a luta se faz mais áspera, ainda, quando do plano dos interêsses pessoais passar para a esfera dos interêsses regionais". Mas, o próprio Truda mostra que o simples aumento do consumo interno num prazo de poucos anos, conduzirá a uma cifra igual à do total da limitação tão combatida. Estará, então, acrescenta, alcançada a etapa final." Assegurado o equilíbrio, ao mesmo tempo que criado um formidável aparelhamento industrial para a produção de álcool, abrir-se-á uma larga estrada à expansão de centenária indústria, permitindo, dentro do plano de prosperidade atingido, alcançar o nível de transformação das condições de produção que outros países atingiram nos campos e nas fábricas e olhar com maior largueza para os aspectos sociais que se ligam ao padrão de vida de quantos têm o seu destino jungido ao do açúcar".

Ao solicitar do autor licença para a publicação da segunda edição do livro "A Defesa da Produção Açucareira", em 1938, afirmava o sr. Barbosa Linha Sobrinho, que substituira Leonardo Truda na presidência do I.A·A., constituírem ainda os trabalhos

reunidos no volume "a melhor justificativa da existência do Instituto e de sua orientação, desde a fase da Comissão de Defesa da Produção Açucareira". Nada indica que de 1938 para cá a situação se tenha alterado no particular. Outros trabalhos surgiram sôbre a política canavieira, alguns de inegável alcance para a sua melhor compreensão. Mas nenhum logrou superar o de Leonardo Truda, no que diz respeito, aos fundamentos e aos resultados dessa política de defesa da produção. É isso, certamente, o que preserva a atualidade do trabalho do saudoso administrador e aconselha a sua reedição, como uma expressão feliz das letras brasileiras no capítulo econômico.

O GERAN, SUA ORGANIZAÇÃO E SUA FINALIDADE

Ivan Ruy Andrade de Oliveira

A crise social que abalou o Brasil, nos anos que antecederam a Revolução Democrática de 31 de março de 1964, teve seu clímax na região nordestina e o Estado atingido foi, exatamente, o de Pernambuco — o maior produtor de açúcar da região.

Êste fato encontra explicação no progressivo desgaste que vem sofrendo a economia açucareira do Nordeste, constituindo-se numa grave ameaça com que se defronta a realidade brasileira, seja do ponto-de-vista econômico, seja do político-social. Face a êsse desgaste, a massa de trabalhadores rurais empregada na agroindústria canavieira apresentava e, infelizmente, ainda apresenta fortes contingentes de sub-emprêgo, sub-alimentação, analfabetismo, precários níveis de saúde e condições de miséria, incompatíveis com a dignidade humana.

Destas condições se aproveitaram os que, por interêsse político ou por convicção ideológica, desejavam criar um clima de agitação para a subversão da ordem e implantação no País de um regime comunista, contrário à índole religiosa e democrática do povo brasileiro.

A história se repete e mais uma vez o Exército deixa os seus quartéis, para atender aos anseios da quase totalidade do povo brasileiro e recolocar o BRASIL no seu rumo certo, ao lado das nações democráticas do mundo livre.

Em junho de 1965, o Govêrno Revolucionário volta as suas vistas para o problema social do NORDESTE, principalmente, onde se apresenta mais grave, na Zona da Mata, cuja economia tem como base a cana-de-açúcar, criando o GTIA — GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL DO AÇÚCAR.

Em julho de 1966, o então Ministro JOÃO GONÇALVES, Ministro Extraordinário para a Cooordenação dos Organismos Regionais, no ofício em que encaminhou ao Presidente CASTELLO BRANCO a minuta do decreto de criação do GERAN, ressaltou os seguintes enunciados:

— A consumação do progressivo desgaste da economia açucareira do NORDESTE acarretará sérias conseqüências, inclusive para a própria segurança nacional;

— A criação do GERAN significa o afastamento completo do protecionismo que tem, ao longo dos anos, caracterizado a atitude dos govêrnos no encaminhamento das soluções para a problemática açucareira da região nordestina, e o incio de uma nova fase onde se procurará atingir as verdadeiras causas das contínuas crises e tensões sociais, que vêm abalando a economia da região;

— Dar à agroindústria açucareira do Nordeste uma nova dimensão por meio de uma correta administração das políticas governamentais, objetivando um aumento de produtividade e eliminando o custo mais alto de produção do açúcar, em relação às áreas produtoras do SUL;

— Ao lado da racionalização da agroindústria, será visada a formação de uma classe média rural, através da utilização objetiva das terras ociosas e sub-empregadas da área canavieira, de modo a redistribuir mais equitativamente a renda derivada da terra e aumentar a oferta de alimentos às cidades em crescimento, dentro de uma perspectiva ampla de Reforma Agrária;

— A criação do GERAN, além de ser uma medida vigorosa, se apresenta como enfatização das grandes soluções do Govêrno para problemas fundamentais da economia do País;

— A oportunidade de criação do GERAN;

— A abertura, pela primeira vez, da perspectiva de uma solução real, econômica, so-

cial e sobretudo objetiva, de modo a poder o NORDESTE competir com as demais regiões produtoras do País.

No dia 8 de agôsto de 1966, o Presidente CASTELLO BRANCO, em Decreto n.º 59.033-A, criou o GERAN.

A atual administração do órgão apresentou ao seu Conselho Deliberativo, formado por representantes da SUDENE, IAA, INDA, IBRA e BANCO DO BRASIL, a seguinte organização:

— SECRETARIA EXECUTIVA

— Gabinete
— Assessoria de Relações Públicas
— Assessoria Jurídica
— Assessoria de Coordenação Técnica
— Unidade Administrativa
— Unidade de Capacitação de Recursos Humanos
— Unidade de Levantamentos Básicos
— Unidade de Racionalização Agrária
— Unidade de Racionalização da Lavoura Canavieira
— Unidade de Racionalização Industrial

O GERAN promove a racionalização da agroindústria canavieira do Nordeste através da execução de programas ou medidas que visem à melhoria e à modificação da respectiva estrutura de produção.

Os programas ou medidas objetivam:

— A modernização e diversificação das atividades agrícolas desenvolvidas na área ocupada pela agroindústria canavieira do Nordeste;

— A modernização e diversificação das atividades industriais que utilizem como matéria-prima a cana-de-açúcar e seus derivados;

— A modificação da estrutura agrária para absorção de mão-de-obra através do aproveitamento de terras excedentes.

Pelo que acabamos de expor, os senhores poderão constatar a grandiosidade e a complexidade da missão do GERAN.

Para garantir a sobrevivência do parque açucareiro do Nordeste, a despeito dos índices de produtividade inferiores aos do Centro-Sul, mas tendo em vista a sua posição de realce no contexto da economia desta região e a elevada oferta de emprêgo que representa, tem o Govêrno nacional, através do Instituto do Açúcar e do Álcool, reunido um elenco de providências, dentre as quais merecem ser lembradas as seguintes:

1) — o preço diferencial;
2) — a conquista do mercado preferencial norte-americano;
3) — a divisão do mercado interno brasileiro.

O GERAN atua:

— Na administração de incentivos destinados à modificação de estrutura das unidades produtoras;

— Na elaboração e execução de programas destinados a criar as pré-condições necessárias à modificação de estrutura das unidades produtoras;

— Na promoção de empreendimentos específicos de reestruturação agrária, decorrente da modificação de estrutura das unidades produtoras, em articulação com outros órgãos interessados;

— Na elaboração e execução de programas e projetos que visem à melhoria das condições de vida do trabalhador na agroindústria canavieira.

A concessão de incentivos financeiros dependerá da aprovação de projetos integrados ou projetos que visem à correção de pontos de estrangulamento da indústria.

A atual administração do GERAN acaba de ultimar o Regulamento do FUNDO DE RACIONALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO NORDESTE (FURAGRO), que será, na próxima segunda-feira, levado à reunião do Conselho Deliberativo para discussão e aprovação.

O FURAGRO será instrumento hábil e vital para o incremento das atividades do órgão, pois possibilitará a mobilização de novos recursos financeiros e, conseqüentemente, uma mais larga faixa de assistência à agroindústria.

Os recursos do FURAGRO se destinam à assistência financeira a:

— empreendimentos privados;
— empreendimentos governamentais.

A assistência financeira a empreendimentos privados será prestada:

— pela complementação de financiamentos de projetos integrados de racionalização das unidades produtoras;

— pelo financiamento parcial de despesas com a elaboração de projetos integrados;

— pelo financiamento de projetos destinados diretamente à melhoria das condições de vida do trabalhador na agroindústria canavieira;

— pelo financiamento de projetos que visem à eliminação de pontos de estrangulamento na unidade industrial, permitindo, assim, a eficiente utilização do equipamento já instalado e tendo em vista facilitar a futura racionalização.

Investimentos governamentais serão realizados, tendo em vista criar as pré-condições necessárias à modificação de estrutura das unidades produtoras, compreendendo:

— Capacitação de recursos humanos;

— Levantamentos básicos, inclusive aerofotográficos, dos recursos e condições naturais das áreas canavieiras;

— Pesquisas e experimentos para identificar as possibilidades de diversificação do uso da terra nas diferentes sub-unidades regionais das áreas canavieiras;

— Outras iniciativas, a juízo do Conselho Deliberativo.

Os projetos integrados, apresentados pelos produtores de açúcar ou fornecedores de cana, poderão ser acompanhados de projetos de colonização para atendimento do problema social, tendo em vista o aproveitamento da mão-de-obra excedente nas terras já ociosas ou tornadas ociosas pela racionalização.

Tais projetos, opcionais de acôrdo com as Normas específicas da reestruturação agrária, deverão basear-se nas condições naturais e econômico-sociais e nos objetivos do GERAN e do IBRA, admitindo-se:

— que se implantem em núcleos distintos, à medida que forem entreguas as terras excedentes;

— que o parcelamento seja feito mediante levantamentos expeditos;

— que o assentamento de colonos seja simultâneo com a liberação de mão-de-obra;

— que as benfeitorias de interêsse comunitário se realizem durante o período de assentamento;

— que os lotes variem de tamanho para atender à exploração mais adequada, conciliando-se viabilidade econômica com o objetivo social;

— que as glebas sejam entregues antes de construídas as benfeitorias;

— que se assegure ao parceleiro assistência creditícia e técnica;

— que se adotem outros requisitos a critério do Conselho Deliberativo.

O GERAN foi criado pela Revolução Democrática de março de 1964, como uma solução real, econômica, social e, sobretudo, objetiva, capaz de deter o progressivo desgaste da economia açucareira do Nordeste.

Foi revitalizado no Govêrno do Marechal COSTA E SILVA, ampliada a sua capacidade executiva e aumentada a sua responsabilidade, colocado no mesmo plano da SUDENE, DNOCS, SUVALE e BNH, como órgão de desenvolvimento do Nordeste.

Tem condições para lutar pela eliminação dos desníveis sociais na área de sua jurisdição, e colocar a nossa agroindústria canavieira em condições de competir em preço e qualidade com a do SUL do País, esperando, para isso, a colaboração dos empresários evoluidos.

A confiança que o órgão vem desfrutando em meio não só do empresariado, mas entre os fornecedores e trabalhadores de cana; o oferecimento de assistência da parte de govêrnos estrangeiros, onde a Ciência e a Técnica já atingiram um nível de eficiência excepcional, como é o caso da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos; e o apoio que vem recebendo dos estabelecimentos oficiais de crédito, são uma prova de que o GERAN está realmente integrado na destinação para que foi criado.

O GERAN, órgão do Govêrno COSTA E SILVA, tem a seu cargo a solução do problema de melhoria das condições de vida do trabalhador rural, que tem sido o sustentáculo da economia do Nordeste, dentro da orientação governamental, que encara o HOMEM como sua meta prioritária.

É com orgulho que, juntamente com a nossa equipe de técnicos, participaremos dêste esfôrço.

Recife, agôsto de 1969

OS PRESIDENTES DO I. A. A. (conclusão)

Hugo Paulo de Oliveira

MANOEL GOMES MARANHÃO — (Vice-Presidente)

(De 12/9/62 a 28/1/64)

Com a saída do Embaixador Barbosa da Silva e até que nôvo Presidente fôsse nomeado, voltou o Dr. Manoel Gomes Maranhão ao exercício da Presidência, pois, na ocasião, era o Representante do Ministério da Fazenda na antiga Comissão Executiva e, por conseqüência, o Vice-Presidente da Casa.

Já tivemos oportunidade de nos referir à personalidade do Dr. Gomes Maranhão quando descrevemos a sua administração ocorrida no período de janeiro de 1957 a fevereiro de 1961. Nada, pois, nos cabe aqui acrescentar sôbre o que então foi dito, senão reiterar os conceitos ali emitidos.

Nêste nôvo período, destacam-se entre as realizaçãо do I.A.A., sob a orientação do Vice-Presidente em exercício, a criação de cotas de açúcar para a montagem de novas usinas nos Estados do Rio Grande do Sul e do Amazonas, num volume global de 260.000 sacos, cabendo ao primeiro 160.000 e ao segundo 100.000 sacos. A elaboração e aprovação do Plano de Álcool para a safra 62/63 dispondo, entre outras providências rotineiras, sôbre a aplicação do regime de cotas para a produção de álcool e prevendo a exportação dos volumes do produto excedente às necessidades do consumo. A fixação das atribuições e responsabilidades da Fiscalização do I.A.A. face às inovações regulamentares introduzidas no sistema de remuneração da classe. O estabelecimento de novos preços para o açúcar, na conformidade dos resultados obtidos com a atualização dos levantamentos de custos de produção. A normalização do abastecimento de açúcar refinado nos Estados do Centro-sul do País. A aprovação do Plano de Defesa da Safra 63/64 que, entre outras medidas, destinou o contingente de 5.600.000 sacos de açúcar demerara para a exportação. O aprimoramento das normas vigorantes para a exportação de açúcar. As providências para a realização, na Guanabara, de um Seminário de Estudos da Legislação Canavieira objetivando o levantamento e o estudo crítico da legislação, a análise da administração e funcionamento dos Serviços Jurídicos do Instituto e, finalmente, a apresentação de estudos e sugestões sôbre a estrutura e funcionamento do sistema brasileiro de organização da agroindústria canavieira. A fixação de nôvo contingentamento da produção açucareira nacional pelos diversos Estados produtores em conseqüência da elevação do limite teórico do País para 100.000.000 de sacos de açúcar. O estabelecimento das normas para a concessão da montagem de novas usinas.

MANOEL GOMES MARANHÃO (De 28/1 a 27/4/64)

Em 28 de janeiro de 1964, o Dr. Gomes Maranhão foi efetivado na Presidência que vinha exercendo na qualidade de Vice-Presidente desde setembro de 62, como já foi exposto, tomando posse do cargo na mesma data.

Porém, logo aos primeiros dias de abril do mesmo ano deixaria o lugar, registrando-se, antes, nêsse curto período, as providências tomadas para a uniformização dos preços de venda de açúcar em tôdas as usinas do País, conforme normas constantes da Resolução n.º 1.822/64.

Precisamente a 27 de abril de 1964, o Dr. Gomes transferia os encargos e responsabilidades da Presidência do I.A.A. ao nôvo Presidente nomeado.

HILDEBERTO NUNES SANGLARD
(De 27/4 a 12/5/64)

Foi o primeiro Presidente nomeado depois da Revolução de 31 de março. Recebendo o cargo das mãos do Dr. Gomes Maranhão em 27/4, o Sr. Sanglard, alto funcionário do Banco do Brasil, não chegou pròpriamente a exercê-lo, pois já a 13 de maio o transferia, em virtude de ter o Sr. Ranieri Mazzili deixado a Presidência da República que exercia provisòriamente, na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados.

PAULO FREDERICO DO RÊGO MACIEL
(De 13/5/64 a 24/6/66)

Pernambucano, advogado, Professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia do Recife, Secretário de Finanças do ex-Governador Cid Sampaio, foi o primeiro Presidente nomeado pelo Govêrno do Marechal Castelo Branco.

Como providências iniciais, a Administração Paulo Maciel autorizou o início antecipado da safra 64/65 no Sul do País, estabelecendo medidas de alteração de preço e de abastecimento do produto nos centros consumidores. Foi, em seguida, aprovado o Plano de Defesa da Safra 64/65, no qual, entre muitas providências, destacamos a da destinação do volume de 8.000.000 sacas de açúcar demerara para a exportação. Foi estabelecido o critério para a conceituação de usinas sub-limitadas, reservando-se para completar a lotação de cada uma a parcela de 5.000.000 de sacos por conta dos saldos finais não utilizados pelas fábricas nas respectivas regiões. Em estreita colaboração com a SUNAB, foram planificadas e executadas diversas medidas relativas à distribuição, abastecimento de mercados consumidores, contrôle de preços, etc., do açúcar cristal e refinado. Na safra 65/66 o contingente de açúcar demerara destinada à exportação aumentou para 14.000.000 de sacos (8.000.000 na safra anterior), além de ser reservado o volume global de mais 1.300.000 sacos na conformidade do comportamento da produção e do consumo na região norte-nordeste.

Deve ser registrada, como da maior importância na Administração do Dr. Paulo Maciel, a promulgação da Lei n.º 4.870, de 1.º de dezembro de 1965, contendo uma série de modificações nas normas legais até então vigentes para a defesa da agroindústria canavieira, principalmente no que se refere ao critério da tributação que passou a ser *ad-valorem*, libertando o Instituto da infinidade de recursos de sobre-taxas de que se socorria em cada safra, objetivando a indispensável complementação da receita efetiva que teòricamente, baseava-se ainda na taxa de Cr.$ 3,10 antigos por saco de açúcar estabelecida pelo Decreto-Lei 1.831, de 1939 (26 anos eram já decorridos!). Também os valôres das multas a serem aplicadas aos infratores da legislação passaram a obedecer novos padrões, devidamente atualizados, pois até então conservavam-se, como no caso dos tributos, no mesmo nível que lhes conferiu o Decreto-Lei de 1939 (a multa para sonegação de taxas era de Cr.$ 10,00 antigos por saco sonegado!). A Lei n.º 4.870 cuidou, também, com muita propriedade, do estabelecimento das cotas mensais de comercialização para as usinas, visando a disciplinar o ritmo de escoamento da produção e a estabilizar, subsidiàriamente, o preço do açúcar no mercado interno. Foi, finalmente, uma Lei que estabeleceu verdadeiro marco no setor das atividades agroindustriais do açúcar e do álcool e no comportamento do próprio I.A.A. em relação ao contrôle dessas atividades.

Mas, concentrados na Lei maior, de âmbito geral, quase nos esquecíamos de uma especial referência ao Decreto n.º 57.020, de 11 de outubro de 1965, que cuida de um detalhe cujo conteúdo social reclama êste registro, dispondo sôbre a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira com mais de um ano de serviço contínuo na mesma emprêsa, segundo as normas estabelecidas no próprio corpo do diploma citado, regulamentadas, aliás, por ato do nosso atual Presidente.

Lembramo-nos, ainda, de que na Administração do Dr. Paulo Maciel foi introduzido, com regulamentação adequada e completo êxito nos resultados, o sistema de cotas de comercialização de açúcar, criado pela Lei n.º 4.870, consistindo tal êxito em que a providência interrompeu o hábito arraigado e prejudicial do escoamento imediato da produção que se ia verificando nas usinas,

de sorte que, em determinada época, os mercados consumidores eram invadidos por volume maciço do produto, enquanto que, como conseqüência lógica, passada aquela época, entrava-se nos períodos de falta de açúcar, tudo permitindo que a mercadoria permanecesse em mãos de açambarcadores para, na ocasião propícia, ser negociada com os preços majorados, a mercê e na proporção da voracidade dêsses açambarcadores.

As cotas mensais de comercialização são constituídas dos volumes de vendas do açúcar que o Instituto estabelece para cada usina, considerada uma série de fatores, tais como a produção da fábrica, os mercados que abastece, o ritmo de escoamento que não prejudique o movimento financeiro da emprêsa mas que permita uma reserva de estoque para a entre-safra, etc.

Finalmente, ainda no tempo do Dr. Paulo Maciel, foi promulgado, por sugestão do Instituto, o Decreto n.º 58.373, de 9 de maio de 1966, constituindo o Grupo Especial dos problemas relativos ao aproveitamento do álcool e sua vinculação com a COPERBO *(Cia. Pernambucana de Borracha)*, objetivando a utilização dos excessos da produção nordestina de álcool na fabricação de borracha sintética e na exportação de polibutadieno, bem como dos produtos acabados com a sua utilização.

Em junho de 1966, desejando o Dr. Paulo Frederico do Rêgo Maciel candidatar-se a Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, deixou a Presidência do I.A.A.

JOSÉ MARIA NOGUEIRA
(De 24/6/66 a 4/4/67)

Natural de Vitória, Espírito Santo, formado em odontologia, alto funcionário do Banco do Brasil, Chefe da Assessoria Bancária do Ministro Otávio Gouvêa Bulhões, da Fazenda, Representante do Ministério da Fazenda na Comissão Executiva do Instituto, o Dr. José Maria Nogueira assumiu a Presidência em 24 de junho de 1966.

De início, sob a Administração do Dr. José Maria, o contingente global de açúcar para exportação foi complementado de .... 5.000.000 de sacos de demerara a serem produzidos pelas usinas paulistas, para oportuno aproveitamento de uma abertura no mercado externo e, ao mesmo tempo, o desafôgo do mercado interno saturado pelo volume impressionante da produção atingida na safra 65/66, mercê de condições excepcionais do tempo para a lavoura e do reaparelhamento do parque industrial.

De capital importância, no tempo do Presidente José Maria Nogueira, foi a promulgação de decretos diversos, baseados em anteprojetos propostos pelo Instituto ao Govêrno Central, que possibilitaram o seu funcionamento nas bases de eficácia, já então prejudicadas por um conjunto de leis e regulamentos inteiramente desatualizados e em cuja trama estava envolvido sem que pudésse acompanhar, através de providências consentâneas, a dinâmica dos fatôres determinantes da evolução ocorrida no seu âmbito de ação.

Assim é que foram promulgados os seguintes decretos, pelo Govêrno do Marechal Castelo Branco, naquele período:

N.º 59.033-A, de 8 de agôsto, criando o GERAN (GRUPO ESPECIAL PARA RACIONALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO NORDESTE), órgão integrante da campanha de desenvolvimento do Nordeste, como descentralizador das atividades da SUDENE no setor da agroindústria canavieira daquela região;

N.º 59.190, de 8 de setembro, dispondo sôbre a adição de álcool anídro à gasolina automotiva consumida no País, numa confirmação legal definitiva à prática da mistura carburante já há longos anos adotada através do Instituto, com a finalidade de economizar divisas na importação de gasolina e, subsidiàriamente, de absorver o excesso de canas que seriam destinadas à produção de açúcar;

N.º 56 (Decreto-Lei), de 18 de novembro, estabelecendo normas sôbre a arrecadação de taxas pelo I.A.A., a produção, o comércio e o transporte do açúcar e do álcool. Por êste decreto, o recolhimento das taxas de defesa passou a incidir sôbre as saídas de açúcar comercializado no último dia do mês subseqüente ao da verificação das saídas, enquanto que, no sistema anterior, a taxa indicidia sôbre as saídas de açúcar, a medida em que iam se processando. Além disso, pelo referido Decreto-Lei, passou a constituir crime, passível de punição com a pena de detenção de 6 meses a 2 anos, o cometimento de infrações relacionadas com a produção clandestina de açúcar ou de álcool. Ainda o Decreto-Lei n.º 56 consagrou em definitivo o sistema de remuneração dos funcionários fiscais incumbidos da

execução dos preceitos legais punitivos da legislação específica, bem como de zelar pelo exato cumprimento das normas estabelecidas para o recolhimento de tributos destinados à defesa de tôda a agroindústria canavieira do País;

N.º 308 (Decreto-Lei), de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sôbre a receita do Instituto, enquadrando na técnica tributária adequada as taxas de defesa que vinham sendo adotadas, mediante a extinção de tôdas elas e a sua substituição por contribuições equivalentes; estabelecendo o percentual da receita resultante das citadas contribuições a ser especìficamente aplicado no custeio administrativo do I.A.A. e seus programas de assistência à produção, na constituição do Fundo Especial de Exportação, no Fundo Especial destinado ao GERAN e, finalmente, determinando, o citado Decreto-Lei, a adoção de medidas diversas de caráter administrativo, financeiro e econômico da maior oportunidade.

N.º 60.452, de 13 de março de 1967, entre outras providências determinadas, elevando para 200.000 sacos o limite mínimo autorizado para as usinas do País que ainda não haviam atingido aquêle volume de produção.

Não poderiamos encerrar êste despretencioso comentário sôbre a Administração em foco, sem registrar, com o reconhecimento e a admiração devidos, o empenho do Presidente José Maria Nogueira na luta para adaptar o nosso Instituto às contingências da época, quando se equacionavam múltiplas soluções objetivando a reforma administrativa do País, nelas se envolvendo muitas vêzes o I.A.A., com hipóteses de sua transformação em órgãos bancários, o desmembramento dos seus setôres de atividade e a anexação de cada um a diferentes Ministérios, a sua simples extinção, enfim, um rosário das mais diversificadas idéias, naturais, afinal, àquêle momento em que o Govêrno tinha de considerá-las no panorama geral, em cujo emaranhado viria a encontrar, mercê do providencial assessoramento do Dr. José Maria Nogueira, as diretrizes certas em que a atualização da legislação viria a colocar o Instituto.

E foi assim que, em 11 de abril daquêle ano de 1967, o Presidente José Maria Nogueira deixou o Instituto na mesma posição em que o encontrou, de entidade autárquica da administração pública federal jurisdicionada ao Ministério da Indústria e do Comércio, conquanto agora regido por legislação atualizada. Enfim, o mesmo Instituto, as mesmas Divisões, os mesmos órgãos regionais, tal como, na melodia popular, canta o seu famoso filho Ronnie Von: a mesma praça, o mesmo banco, as mesmas flôres, o mesmo jardim...

ANTÔNIO EVALDO INOJOSA DE ANDRADE
(De 4/4/67 a 5/6/68)

Pernambucano de nascimento, mas radicado em Alagoas, onde reunia as atividades de Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado, Diretor do Banco Agro-Mercantil, Presidente da "Projectec" (emprêsa especializada na elaboração de projetos para a instalação de indústrias) e Diretor-Presidente da Usina Cachoeiro do Mirim, o Agrônomo Antônio Evaldo Inojosa de Andrade assumiu a Presidência do I.A.A. em 4 de abril de 1967.

Deparou-se, de início, com os problemas resultantes da manutenção do preço do açúcar por dois anos consecutivos, enquanto os custos de produção continuavam crescendo, circunstância que cada vez diminuía o número de emprêsas que podia operar econômicamente, de modo que, no fim de 1966, poucas eram as usinas que não apresentavam *deficits* crescentes nas suas campanhas de produção.

Para contornar tal situação, a Comissão Executiva presidida pelo Dr. Inojosa aprovou as Resoluções de nos. 1.985 e 1.987/67, pelas quais os preços de liquidação do álcool e do açúcar foram reajustados na proporção do agravamento apresentado nos custos de produção levantados na ocasião.

A Administração Inojosa passou a preocupar-se, então, com a adaptação à prática dos dispositivos contidos nas novas leis e decretos promulgados nas Administrações imediatamente anteriores.

Foram, assim, baixadas pela Comissão Executiva as Resoluções de nos. 1.987/67, dispondo sôbre a correção monetária dos débitos fiscais; 1.989/67, estabelecendo normas para a inscrição e funcionamento dos depósitos não anexos às usinas de açúcar e álcool; 1.990/67, fixando a maneira de acondicionamento, pelas usinas e refinarias, de açúcar de qualquer tipo em sacos de pêso inferior ou superior a 60 quilos; 1.991/67, dispondo sôbre a aplicação do Artigo 3.º do

Decreto n.º 60.452; 1.994/67, aprovando normas para a exportação dos excedentes de melaço e álcool; 1.995/67, dando nova redação à alínea "f" das normas para a venda de açúcar baixadas pela Resolução 1.662/67, relacionada com a garantia para interposição de recursos dos autos de infração.

Ainda no tempo do Dr. Inojosa, precisamente em 24 de novembro de 1967, foi promulgado o Decreto n.º 61.777, pelo qual a Comissão Executiva do Instituto foi estruturada e ajustada aos termos do Artigo 177, do Decreto-Lei n.º 200, de 25/2/67, passando a ter a denominação de Conselho Deliberativo.

Os Regimentos Internos do Conselho assim criado, como órgão administrativo e como órgão de julgamento, foram objeto das Resoluções de nos. 1.998 e 1.999/67, ambas propostas pelo então Presidente daquêle órgão, o mesmo Dr. Antônio Evaldo Inojosa de Andrade.

E, como Presidente do Conselho, o Dr. Inojosa assinaria, ainda, as Resoluções de nos. 2.000/68, sôbre preços de álcool; 2.001/68, dispondo sôbre pagamento de cota parte aos autuantes; 2.003/68, estabelecendo novos preços de álcool para a safra 67/68; 2.004/68, aprovando o Plano de Defesa da Safra 68/69; 2.005/68, regulamentando o processo de apuração das infrações à legislação canavieira; 2.006/68, dando nova redação a artigos da Resolução 2004/68 relacionados com os preços de liquidação do açúcar; 2.007/68, estabelecendo normas para o pagamento de canas com base no teor de sacarose e índice de pureza, consoante os termos da Lei 4.870; 2.008/68, dispondo sôbre a aplicação do § 2.º do Artigo 3.º do Decreto-Lei 3.855, de 21/11/41.

Foram, também, baixados inúmeros atos pelo Presidente Inojosa, principalmente relacionados com as cotas mensais de comercialização conferidas às usinas, os preços de liquidação do açúcar e de álcool, as estimativas de produção e o reajustamento de autorizações individuais de produção deferidas às usinas.

Merecem destaque, na Administração Inojosa, as providências para a construção do terminal do Recife, destinado à exportação de açúcar e de melaço e de inestimável importância para racionalizar as operações de embarque, bem como a assinatura de Convênios entre o I.A.A. e o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, pelo qual o Instituto passou a proporcionar àquêle órgão os recursos necessários para a drenagem e saneamento de portos, rios, etc. da zona canavieira da baixada fluminense.

Em junho de 1968, o Dr. Inojosa deixava a Presidência do Instituto para radicar-se em Campos, E. do Rio, onde logo passou a desfrutar de grande prestígio entre as classes ligadas à agroindústria canavieira da região.

FRANCISCO ELIAS DA ROSA OITICICA (Atual Presidente)

Tomou posse em 5 de junho de 1968.

Poucas pessoas poderiam, como o Dr. Oiticica, reunir tantas qualidades para ocupar o cargo de Presidente do I.A.A.

Nascido em Alagoas, terra que tem como base de economia a agroindústria canavieira, filho de ilustre e tradicional família ligada àquelas atividades, advogado de sólida cultura jurídica, o Dr. Francisco Oiticica ingressou no Instituto em janeiro de 1942, no cargo inicial da carreira de Procurador da qual viria a percorrer todos os escalões, atingindo o elevado pôsto de Diretor da Divisão Jurídica e, conseqüentemente, de Procurador Geral do I.A.A. Nêsse pôsto permaneceu por largos anos, elaborando ou participando da elaboração de quase todos os anteprojetos de lei, decretos, regulamentos, Resoluções da COMEX, Atos da Presidência, Circulares, enfim, de tudo quanto se relacionasse com a legislação específica de defesa da agroindústria canavieira.

Também na qualidade de Procurador Geral, o Dr. Oiticica, anos a fio, assessorou a ex-Comissão Executiva, hoje, transformada em Conselho Deliberativo, prestando os informes e esclarecimentos jurídicos que lhes eram solicitados por quaisquer membros daquêle órgão colegiado, nos debates dos mais variados assuntos levados a plenário, nas sessões realizadas. E tivemos oportunidade de assisti-lo, inúmeras vêzes, a se desencumbir de tão difícil tarefa com tal desembaraço e precisão que parecia trazer gravado na memória todo aquêle intrincado acêrvo de leis, decretos, resoluções, etc., com que lhe fustigavam os conhecimentos através das mais recônditas indagações, quando lhe afloravam as respostas adequadas numa rapidez de raciocínio verdadeiramente impressionante.

Posteriormente, viria a ocupar brilhantemente a representação dos usineiros de Alagoas na mesma Comissão Executiva.

Alvo da estima e do respeito que soube merecer do funcionalismo da Casa, pela lhaneza de trato sempre a todos dispensado no decurso de tôda uma brilhante carreira que chegou ao seu término natural com a aposentadoria por tempo de serviço, alcançada em pleno vigor físico e intelectual, o Dr. Oiticica somou, ainda, às múltiplas credenciais já descritas, esta circunstância de conhecer em profundidade o pessoal com que iria contar para a escolha da equipe dos seus auxiliares imediatos de Administração.

Mas permitímo-nos deixar os comentários sôbre a obra que está realizando, cujas premissas são dignas dos maiores encômios e justificam os mais promissores augúrios, para quem, de futuro, venha a se intetressar pela continuação dêste trabalho. Falar sôbre sua Administração quando ela ainda está se processando sería o mesmo que erigir uma estátua a uma pessoa viva: conquanto a homenagem fôsse justa e não houvesse a hipótese de que viesse a ser imerecida, ficaria o constrangimento do homenageado a lembrar a inoportunidade do homenageante. Conheço o nosso atual Presidente, sei de sua simplicidade, de sua modéstia, e não iria terminar esta série suceptibilizando tão nobres qualidades humanas, logo em relação ao meu velho e estimado amigo Oiticica.

* * *

Finalizando esta série de "OS PRESIDENTES DO I.A.A.", desejo agradecer à Secretaria do Conselho Deliberativo, ao Serviço de Documentação, à Seção Financeira do SP., ao Serviço de Fiscalização, à Biblioteca, ao Gabinete da Presidência, enfim, a todos os órgãos do I.A.A. que me facultaram os seus arquivos para as pesquisas necessárias à elaboração do trabalho. Muito obrigado, também, de maneira tôda especial, aos colegas e amigos Helena Arruda, José Augusto Maciel Câmara, Claribalte Passos, Sílvio Pélico Filho, Inésio Azevedo, Francisca de Carvalho, Mercedes Hoffman, Arnaldo March, Erival Uchôa, José Alves e outros cuja omissão dos nomes será certamente perdoada, mas que, como os mencionados, me ajudaram carinhosamente em tudo o que puderam para que eu concluísse êstes escritos.

Rio (GB), 2 de agôsto de 1969.

O GERAN

OCTAVIO DE MELLO CARVALHO

mês de agôsto de 1969 marcou o terceiro aniversário de um dos mais importantes órgãos criados após o movimento revolucionário de 1964: o GERAN·

Recordemos, por oportuno, as condições em que vivia ou, melhor dizendo, sobrevivia todo um setor de atividade de real expressão na economia do nordeste.

Refiro-me à agro-indústria canavieira que, já de algum tempo, vinha atravessando séria crise financeira e de estrutura, com reflexos tão evidentes que a todos era lícito duvidar até mesmo de sua sobrevivência.

É que fundada em conceitos já superados, técnica obsoleta e maquinaria deficiente, via resultar inúteis seus esforços no sentido de recuperar-se, acercando-se cada vez mais do desespêro que alcançava também as diversas camadas sociais que lhe são diretamente ligadas.

Inúmeras emprêsas de baixa rentabilidade, quando não deficitárias, viam-se obrigadas a sucessivas dispensas de seus empregados o que vinha ampliando a faixa de desemprêgo naquela região.

Òbviamente, tal situação se agravava a cada momento e não tardavam em aparecer as suas naturais e lamentáveis conseqüências, como concordatas preventivas, processos falimentares e a marginalização de grande número de trabalhadores rurais.

Configura-se, portanto, a crise econômica social em que se via envolvida a agro-indústria canavieira do Nordeste.

O problema reclamava providências e soluções as mais urgentes, capazes de devolver a necessária tranqüilidade e condições normais de trabalho a todos quantos exercem aquela atividade.

Mas, por outro lado, desprezava-se o retôrno à política paternalista do socorro casuístico, que se limita a procurar o alívio imediato para os efeitos do mal, sem contudo atentar para as suas verdadeiras causas.

A situação exigia medidas de maior profundidade e mais largo alcance, que abrissem novas perspectivas, criassem novas

oportunidades a uma agro-indústria que pode apresentar uma tão expressiva fôlha de serviços à história de nosso país.

Impunha-se a transformação de fisionomia da agro-indústria canavieira do Nordeste, que, em condições as mais adversas, lutava por não fugir à sua tradição.

A nova tecnologia recomendava que fôssem revistos os métodos e costumes até então adotodos pelas emprêsas para poder atingir performances mais condizentes.

Paralelamente, a modernização daquela agro-indústria surgia como cláusula indispensável ao seu desejado soerguimento ao mesmo tempo em que a diversificação era o conselho unânime.

Cuidou então o Govêrno de criar um órgão com atribuição específica de dar nova orientação, imprimir técnicas mais modernas e de incentivar a necessária diversificação da lavoura, da agro-indústria e da indústria rural, para que aquêle setor de atividade pudesse reencontrar seu justo lugar de destaque na economia brasileira.

Assim, foram convocados os órgãos oficiais com atuação direta na zona canavieira do Nordeste: Instituto do Açúcar e do Alccol — IAA, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA e o Banco do Brasil para que somassem seus esforços e recursos disponíveis no sentido de proporcionar ao organismo que se pretendia criar as condições necessárias ao efetivo atendimento aos urgentes reclamos que ditavam a sua criação, não permitindo que o mesmo viesse apenas acrescentar-se ao já alentado rol de siglas.

Sensíveis ao chamamento, os referidos órgãos tornaram comum a preocupação de fortalecer e dar os meios de atuação ao GERAN.

Muitas das reuniões de estudos e debates que antecederam o aparecimento do GERAN, contaram com a honrosa presença do então Ministro do Interior, Dr. João Gonçalves de Souza, que, mercê sua esclarecida orientação e elogiável espírito público, já prenunciava o êxito a que estava destinado o órgão proposto.

Foi-se dado o honroso encargo de participar da elaboração do projeto do decreto criador de tão importante organismo, bem como do Convênio Básico que lhe fixou as diretrizes.

Afinal, pelo Decreto n.º 59.033-A, de 8 de agôsto de 1.966, foi criado o Grupo Especial para a Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste — GERAN, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, e as atribuições que serão examinadas mais adiante.

A área delimitada para atuação do nôvo órgão compreende a do setor canavieiro que está incluído na jurisdição da SUDENE.

Constituindo-se a diversificação da lavoura, da agro-indústria canavieira e sobretudo da indústria rural em uma das finalidades do GERAN, cuidou-se de estabelecer que com relação aos planos, programas e projetos do IBRA, na área prioritária de Reforma Agrária do Nordeste, assim declarada pelo Decreto n.º 56.583, de 1965, deveria ser observado o que contém nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 24 da Lei n.º 4.504, de 1964 (Estatuto da Terra).

Parece-me assim oportuna a transcrição dêsses dispositivos:

"§ 1.º — Uma vez aprovados, os Planos terão prioridade absoluta para atuação dos órgãos e serviços federais já existentes nas áreas escolhidas.

§ 2.º — As entidades públicas e privadas que firmarem acôrdos, convênios ou contratos com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, nos têrmos desta Lei, assumirão igualmente o compromisso expresso quanto à prioridade aludida no parágrafo anterior, relativamente assuntos e serviços de sua alçada nas respectivas áreas."

Dentre as inúmeras atribuições conferidas ao GERAN, seja-me permitido destacar:

— elaborar um Convênio Básico a ser firmado pelos órgãos que o integram e destinado a fixar as diretrizes para a correta adequação do problema da racionalização, bem como definir a participação técnica e administrativa de cada um dos referidos órgãos.

— cuidar da reestruturação da agro-indústria canavieira através de planos, programas e projetos estaduais que elaborará, dentro naturalmente dos princípios do Convênio Básico.

— opinar conclusivamente sôbre os planos, programas e projetos que lhe sejam submetidos por órgãos públicos ou privados que digam respeito ao setor agro-industrial canavieiro.

— coordenar as atividades de outros órgãos públicos ou privados nacionais ou estrangeiros, que direta ou indiretamente possam influir no programa de racionalização

— opinar sôbre a concessão, por órgãos públicos de favores, de incentivos e empreendimentos privados que se relacionem com a atividade agro-industrial canavieira, verificando se os mesmos estão de acôrdo com as diretrizes do GERAN.

— estudar e cooperar nos levantamentos básicos e indicativos de safras e de mercados, visando o desenvolvimento

é a diversificação da agricultura, da agro-indústria e em especial da indústria rural.

— diligenciar no sentido de que os planos, programas e projetos que interessem à racionalização obtenham os necessários financiamentos.

Eis aí algumas das atribuições que dão a exata noção da importância e da competência do GERAN de fazer com que mesmo organismos privados, nacionais ou estrangeiros, adaptem corretamente seus planos e projetos às diretrizes que traçou para a racionalização daquela agro-indústria, para que possam pleitear financiamentos e demais benefícios.

Para o bom desempenho de tão relevante incumbência, foi o GERAN dotado de um Conselho Deliberativo e uma Secretaria Geral, facultando-se a esta a possibilidade de contar com o pessoal necessário altamente qualificado, mediante requisição de outros órgãos ou contratação, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas.

A composição do Conselho Deliberativo do GERAN foi primeiramente assim disciplinada:

"Art. 4.º — O Conselho Deliberativo será integrado pelo Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que o presidirá, pelo Superintendente da SUDENE e pelos Presidentes do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Banco do Brasil S.A. e de um representante, respectivamente, da Fundação Açucareira do Nordeste, dos Fornecedores de Cana e dos Trabalhadores Rurais".

§ 2.º — Os representantes da Fundação Açucareira do Nordeste e dos Órgãos de Classe referidos na parte final dêsse artigo, participarão dos debates do Conselho, com direito a voto."

Vê-se, portanto, que as diversas classes ligadas à agro-indústria canavieira do Nordeste têm assento no Conselho, participando de seus debates e votando suas deliberações.

Posteriormente, o referido Conselho teve alterada a sua constituição, que passou a ser a seguinte:

"O Conselho Deliberativo do Grupo Especial para Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste será constituído pelos Presidentes do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA),

do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Banco do Brasil S.A. e pelo Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), *com direito a voto,* e por um representante, respectivamente, do Govêrno do Estado de Pernambuco, do Govêrno do Estado de Alagoas, da Fundação Açucareira do Nordeste, dos fornecedores de cana e dos trabalhadores rurais canavieiros no Nor*deste, sem direito a voto*".

Outra alteração introduzida foi a estabelecer o sistema de rodizio para a presidência do Conselho, antes privativa do Sr. Presidente do IAA (artigo 18 e seu § 3.º do Decreto n.º 63.915, de 26 de dezembro de 1968, que regulamentou parcialmente a Lei n.º 5.508, de 11 de outubro daquele mesmo ano).

É a chamada democrática, aliás prontamente atendida para a total participação de todos aquêles que têm enfrentado o problema que lhes é comum e que, por conseguinte, conhecem em minúcias.

Mas, como já tivemos oportunidade de ressaltar, o GERAN ao ser criado já encontrou instalados em plena atividade os órgãos oficiais que o integram e que têm atuação direta na zona canavieira do Nordeste.

Conseqüentemente, a competência que lhe foi deferida não poderia jamais importar em qualquer restrição às atividades de caráter legal e regulamentar, programáticas ou executivas dos órgãos competentes.

Essa a precaução do artigo 11 do Decreto 59.033-A.

Uma vez criado o GERAN, era urgente a elaboração do Convênio Básico que promovesse a perfeita integração dos objetivos específicos de cada um dos órgãos que o integram, para o desenvolvimento do Nordeste e lhe assegurasse os princípios e a necessária estrutura, disciplinando o seu funcionamento.

Assinado o documento fundamental, pôde o órgão tomar as primeiras providências destinadas ao soerguimento da agro-indústria canavieira e dedicar-se a exame dos projetos que já lhe haviam sido encaminhados.

Vencida aquela primeira fase de implantação e passando o GERAN a reunir-se em sua sede, vi-me forçado a declinar da honrosa suplência do Sr. Presidente do INDA e agora à distância, não me tem sido possível acompanhar, regularmente, as efetivas realizações do órgão.

Confio, entretanto, que o mesmo esteja marcando sua presença através de realizações que atendem a expectativa de todos e que faltou, como não faltará jamais, à operosidade e aos inegáveis méritos da agro-indústria canavieira do Nordeste.

DOÇARIA CAMPISTA

FRANCISCO DE VASCONCELLOS

MUITO se tem escrito sôbre a cultura açucareira do Nordeste Brasileiro, através de inúmeros livros, de incontáveis periódicos, de um sem número de artigos.

Pernambuco, muito particularmente, tem liderado os estudos e as pesquisas nêsse setor, com Gilberto Freyre, o vanguardeiro de sempre, agora mais uma vêz em evidência com o lançamento da 2ª edição de "Açúcar", feito pela coleção Canavieira do Instituto do Açúcar e do Àlcool.

No Carirí Cearense, José de Figueiredo Filho tem sido incansável na divulgação da cultura açucareira de sua região, tendo reunido o melhor de seus trabalhos numa de suas mais destacadas obras, "Engenhos de Rapadura do Cariri'.

E, por tôda parte, elementos nordestinos e até não nordestinos têm se preocupado com aspectos sócio-culturais da vida nos canaviais e nos engenhos, do Ceará à Bahia. Mauro Mota, Waldemar Valente, Waldemar Cavalcante, Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo, Renato Almeida, Edison Carneiro, para citar os que mais aparecem, têm trazido a lume alentadas contribuições sôbre alimentação, usos e costumes, crendices e lendas, folguedos e artezanato, palavreado e expressões, tipicamente das zonas canavieiras do nosso Nordeste.

E, esta Revista "Brasil Açucareiro," vem se tornando pródigo repositório de muitas dessas marcantes conquistas da pesquisa de campo.

Entretanto, ao tempo em que todas as vistas se voltam para o Nosdeste, como se fosse êle o único pedaço do Brasil onde se plantou e se planta cana, onde se fabricou e se fabrica açúcar, rapadura, melado ou aguardente, o mais importante centro açucareiro da região Leste, São Salvador dos Campos dos Goitacazes, que há quatrocentos e trinta anos, viu medrar o primeiro pé de cana em seu solo plantado, vai passando desapercebido e ficando mesmo no esquecimento, até de seus filhos, que nada pesquisam e nada escrevem em tôrno da riquíssima cultura açucareira da região.

Se fizermos uma leve incursão pela História podemos demonstrar o *quantum satis,* que não há exagêro nenhum na avançada idade da vida canavieira campista. Júlio Feydit em seus "Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes" — desde os tempos coloniais até à Proclamação da República — Edição da Tipografia J. Alvarenga e Cia., Campos, 1900, transcreve às pags. 7 e 8 um trecho do Capítulo Terceiro da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, que nos é de grande valia para o momento. Vejamos:

"Em companhia de Pedro Lopes de Souza, andou por esta costa do Brasil Pedro de Goes fidalgo honrado muito Cavaleiro e pela afeição que tomou à terra pediu a El Ray Dom João que lhe desse nela uma Capitania, e assim lhe fez mercê de cincoenta legoas de terra ao longo da Costa ou as que se achassem donde acabassem as de Martin Affonso de Souza athé que entestasse com as de Vasco Fernandes Coutinho; da qual Capitania foi tomar posse com huma bôa frota que fêz em Portugal à sua custa bem fornecido de gente e de todo o necessário e no rio chamado da Parahyba, que está em vinte e um grau e dous terços, se fortificou e fez huma povoação em que esteve bem os primeiros dous anos, e depois se lhe levantou o gentio, e teve em

guerra cinco a seis anos, fazendo as vêzes pazes que logo quebravam e o apertavam tanto que forçado a despejar a terra e passar-se com toda a gente para a Capitania do Espírito Santo, em embarcações que para isso lhe mandou Vasco Fernandes Coutinho donde ficou com toda a sua fazenda gastada, e muitos mil cruzados de um Martim Ferreira *que com ele armava para fazerem muitos engenhos de assucar*".

À pag. 21 de seus "Subsídios", é o próprio Julio Feydit quem explica:

"Em *1539* veio de Lisbôa, tendo obtido a Capitania em 26 de março daquele ano, Pedro de Goes. A Donataria teve o nome de Capitania de São Tomé do Cabo, que se acha em sua costa o qual foi baptizado por Cabo de São Tomé a 21 de Dezembro de 1501..."

E, à pag. 22 afirma o nosso historiador:

"Pedro de Goes viveu em paz com os selvagens os primeiros dous annos e foi *nêsse período que edificou o engenho.*"

(Os grifos são nossos).

Ora, se o donatário chegou à sua Capitania em 1539, se aí viveu dois anos em paz e, se foi nêsse período que construiu o engenho, claro está que a cana viceja em Campos e nas áreas circunvizinhas (pertencentes a antiga Capitania de São Tomé) há exatamente quatrocentos e trinta anos.

São portanto mais de quatro séculos de estratificação de uma cultura popular forjada na lida açucareira, que nos tem legado uma variedade multicôr e multiforme de folguêdos, de comedorias, de utensílios, de meios de transporte, de usos e técnicas nìtidamente canavieiros, cultura essa que nada fica a dever à sua similar do Nordeste Açucarado.

Muito pelo contrário, existem mesmo tantos pontos de contato entre ambas, tantas afinidades, que teriamos pela frente um trabalho ciclópico e apaixonante, se nos dispusésssemos a um estudo comparativo.

Campos também teve a sua aristocracia rural, hoje decadente, também trouxe para os seus canaviais e engenhos, desde os seus primórdios, abundante escravaria, na maior parte de origem bantu, também viveu dias de grandeza em seus solares magníficos (Ayrizes, Colégio, Santo Antonio, Beco, Guriry), também conheceu o lamento das senzalas. Campos ouviu desde os tenros anos o ranger de seus carros de boi, Campos andou de carroção, à cavalo e em lombo de burro. Campos viu multiplicarem-se através dos séculos, os seus engenhos, no começo toscos, de pau, tocados a boi ou pelo braço escravo, depois mais modernos até a Primeira Grande Guerra, quando deu-se na terra goitacá a verdadeira revolução nos métodos da produção açucareira, com a implantação da Usina São José, obra imorredoura do espírito lúcido e empreendedor do Coronel Francisco Ribeiro de Vasconcellos (1871 — 1965). E o campista de tôdas as gerações nunca deixou de conhecer o tacho, a gamela e o pilão, nunca deixou de tomar o seu caldo de cana, jamais deixou de comer rapadura, goiabada vendida na palha de milho sêca, pamonha embrulhada na folha de bananeira, carne socada com melancia (réplica da paçoca nordestina), peixe cozido com pirão de farinha, quibebe de abóbora, tapioca e bijú.

Aproveitando a oportunidade que me concede BRASIL AÇUCAREIRO, venho à estas páginas, qualificado pela tradição que me dá a ascendência de ambos os lados, falar um pouco da doçaria campista, já que os homens da minha família há dois séculos e meio radicados em Campos, nada mais fizeram que plantar cana e produzir açúcar e as mulheres nunca arredaram pé das imensas cozinhas das fazendas, onde deram o melhor na confecção da impressionante variedade de doces, bolos pudins e biscoitos.

Minha avó Hermengarda de Vasconcellos Passos (1890 — 1963), foi exímia doceira, tendo herdado os seus dotes da avó materna, por quem foi criada, Amelia de Vasconcellos Cordeiro. Com Doca, velha quituteira da família, aprendeu muitas receitas, que incorporou ao seu caderno, feito ainda no tempo de solteira (1910), caderno êste que veio ter às minhas mãos e que será verdadeiramente o objeto do presente trabalho. Por uma questão de ordem vou começar pelos, bolos, passando pelos pudins, pelos biscoitos e roscas, para findar nos doces em geral.

BOLOS

Bolo Inglêz: Seis ovos bem batidos, sendo três com clara e três sem ela, com meia libra de açúcar refinado, meia de manteiga do reino e meia de farinha de trigo. Põe-se em uma fôrma untanda com manteiga e leva-se ao fôrno.

Nota: Gilberto Freyre, em "Açúcar", Coleção Canavieira, nº 2, IAA, Rio 1969, traz à pag. 198 a receita de um bolo com o mesmo nome do supra mencionado. Vejamos: "1 libra de manteiga, 1 libra de farinha de trigo, 1 libra de açúcar, 18 ovos, sendo seis com claras, dois cálices de vinho do porto. Batem-se os ovos com açúcar até que estejam bem fôfos. junta-se a manteiga (que deve ser lavada) ao vinho e por último a farinha. Não se mexe mais depois."

Bolos Podres: Limpa-se uma libra de açúcar, quando estiver em ponto de pasta, ajunta-se um côco ralado, sete a oito gemas, água de flôr. Deixar-se a massa enxugar, depois leva-se ao fôrno para tomar côr. Depois polvilha-se o bolo com açúcar e canela.

Bolo de Amôr: Uma libra de amendoas bem socadas, quinhentas gramas de açúcar em ponto de pasta, doze gemas, meia libra de manteiga, meia libra de sidrão socado e água de flôr de laranja. Põe-se tudo a ferver, tira-se e deixa-se esfriar. Faz-se o bolo e cobre-se com massa de farinha de trigo, leva-se ao fôrno, depois tira-se, passa-se em calda grossa e polvilha-se com açúcar e canela.

Nota: Gilberto Freyre, (op. cit.) traz à pág. 136, uma receita com o mesmo rótulo: "Toma-se 1/2 quilo de açúcar em calda no ponto do espelho (calda grossa), no qual se deitam 18 gemas de ovos mexendo-se sempre até ficar em massa compacta; quando estiver frio, fazem-se os bolinhos que se polvilham com farinha de trigo ou fubá mimoso. Estes bolinhos vão ao fôrno em tabuleiro de fôlhas de flandres. Depois de prontos polvilha-se os bolos com açúcar e canela.

Bolos de Milho: Ferve-se duas vêzes um pouco de leite, sendo uma de manhã e outra à noite. Na última vez, ajuntam-se um pires de fubá de milho e faz-se o angú. No dia seguinte ajuntam-se quatro gemas, açúcar quanto adoce, erva doce quanto baste e uma colher de manteiga.Amassa-se bem e deita-se em fôrma untada com manteiga. Leva-se ao fôrno quente.

Nota: Gilberto Freyre, (op. cit.) à pag. 134 dá conta de uma receita de bolo de milho, versão pernambucana: "Escolhem-se 12 espigas de milho maduro: rala-se o milho e em seguida passa-se numa peneira de arame. Faz-se um angú da massa com o leite de um côco (tirado com água), uma colher de sopa de manteiga (50 gramas), um pouco de erva doce e açúcar a gôsto. Feito isto põe-se o angú numa caçarola e leva-se ao fôrno para cozinhar. Depois de cozido deixa-se esfriar na mesma caçarola. Quando estiver frio batem-se 4 ovos como para pão de ló e mistura-se ao angú. Em seguida põe-se o bolo numa fôrma untada com manteiga deitando-se por cima uma colher de leite de côco puro, Leva-se ao fôrno quente para assar.

Bolo Noivado: Uma dúzia de gemas bem batidas com bastante açúcar, duas colheres de manteiga do reino, duas de farinha de trigo e água de flôr de laranja.

Bolo Branco: Nove claras bem batidas com nove colheres de açúcar, metade de um côco, nove colheres de farinha de trigo e meia libra de manteiga do reino.

Bolinhos de Polvilho: Dois pires de polvilho, um de farinha de trigo, meio de açúcar, três ovos, erva doce e canela. Assa-se bem a massa e fazem-se os bolinhos.

Bolo Americano: Seis ovos, três xícaras de açúcar, três de farinha de trigo, duas colheres bem cheias de manteiga, uma colheirinha de pó royal e uma xícara de leite.

Bolo de Amizade: Oito gemas, quatro claras, duas libras de farinha de trigo, uma de araruta, duas colheres de manteiga e duas de gordura.

Carrancas Quantro ovos batidos como para pão de ló. Ajunta-se uma colher de sôpa de canela socada, adicionando-se ainda uma colher de chá de bicarbonato, meio quilo de açúcar meio de farinha de trigo, uma quarta de manteiga e uma garrafa de leite.

Bolo Surpreza: Tomam-se os ovos necessários, põe-se em uma balança e

igual peso de açúcar, farinha de trigo e manteiga. Batem-se bem os ovos e ajunta-se a manteiga e, depois, a farinha do trigo e o açúcar. Depois de bem batida, tira-se um pouco da massa, mistura-se com duas colheres de chocolate, depois arruma-se na fôrma untada, uma camada de massa amarela outra de escura, até que nada mais haja.Leva-se ao fôrno quente.

Bolo Majestoso: Duas xícaras de açúcar, duas de farinha de trigo, uma de maizena, uma de leite, uma de manteiga, três ovos, dois com clara, uma colherinha das pequeninas de bicarbonato, uma de ácido tartárico. Batem-se a manteiga com o açúcar, depois juntam-se a farinha, o leite e a maizena. Batem-se os ovos a parte, botam-se na massa e por último vão os sais. Mexe-se bem, põe-se na fôrma untada. Fôrno quente.

Bolo de Ouros Três ovos, três xícaras de farinha de trigo, duas de açúcar, uma de leite, três colheres de manteiga· uma de pó royal. Batem-se primeiro os ovos, depois adiciona-se o açúcar. Estando bem batidos, botam-se a farinha, o leite, a manteiga e o pó. Fôrma untada e fôrno quente.

Bolinhos de Yayá: Batem-se quatro gemas e duas claras com três colheres de açúcar. Depois adicionam-se cinco colheres de farinha de trigo, uma de manteiga e leite de um côco. Depois de batida a massa, vai para as forminhas untadas. Fôrno brando.

Nota: Gilberto Freyre, (op. cit.) à pag. 156, traz uma receita com o mesmo nome: "Tomam-se cinco colheres de farinha de trigo· oito de açúcar, uma de manteiga, quatro ovos, sendo dois com claras e leite de um côco. Bota-se tudo numa vasilha e depois de bem batido, deita-se em forminhas untadas de manteiga e vai ao fôrno."

Bolo Bongout: Botam-se em uma vasilha quatro ovos, duas xícaras de açúcar, duas de fubá de arroz três colheres de manteiga, quatro de côco. Bate-se bem. Depois, bota-se mais uma clara, torna-se a bater, quando a massa estiver bem batida vai para a fôrma untada. Fôrno brando.

Bolo de Areia:Um pacotinho de fécula de batata, três ovos, quatro colheres de manteiga, oito de assucar, a metade de uma fava de baunilha, bem picadinha. Batem-se o açúcar com a manteiga e a baunilha. Depois, juntam-se os outros ingredientes os ovos batidos a parte. Estando a massa bem batida· vai para a fôrma. Fôrno brando ou regular.

Bolo Macaense: Meio quilo de farinha de trigo, quatrocentas gramas de açúcar refinado,uma garrafa de leite crú, uma colher de manteiga, um pouquinho de sal, erva doce, uma colherinha de bicarbonato, uma ácido tartárico. Botam-se em uma vasilha a farinha, o açúcar a manteiga, erva doce· o sal e o bicarbonato. Amassa-se mistura, adicionando-se um copo de leite contendo, o ácido, para que o mesmo talhe. Depois, bota-se o resto do leite. Forminhas untadas, fôrno quente.

Bolinho do Mato: Botam-se em uma vasilha um quilo de fubá bem fino, mimoso, um pouco de sal fino, erva doce· uma garrafa de leite fervendo; depois de bem mexido, botam-se uma colher cheia de banha, uma manteiga, açúcar quanto adoce e desmancha-se a massa com ovos, até se poder fazer os bolinhos nas mãos, passando nas mesmas fubá ou manteiga, para não pegar, arrumam-se no tabuleiro forrado com folhas de bananeiras· ou untado. Fôrno quente.

Pão de Ló Fofo: Quinze ovos batidos com uma libra de açúcar, adicionando-se depois uma libra de farinha de trigo. A massa vai para a fôrma untada. Fôrno regular.

Bolo de Natal: Uma libra de maizena, meia de açúcar, seis ovos bem batidos, meia libra de manteiga. A massa tem que ficar fina e fofa. Vai para a fôrma untada. Fôrno quente.

Bolo Petropolitano: Cinco ovos, duas xícaras de açúcar, uma e meia de fubá de arroz, uma cheia de farinha de trigo, uma de manteiga e uma de leite. Baten-se primeiro as gemas açúcar. Depois botam-se a farinha a manteiga, o fubá de arroz· o leite e bate-se tudo muito bem. As claras são batidas em separado, como neve. Fôrma untada e fôrno quente.

Espera meu bem: De quatro ovos, tiram-se as claras e batem-se com duas xícaras de chá cheias de açúcar, duas de farinha de trigo, uma de manteiga e uma de leite. A fôrma deve ser untada com manteiga.

Bolo Sincero: Seis ovos batidos como para pão de ló, meia libra de açúcar, duas colheres de manteiga, um côco ralado. Untam-se as fôrmas com manteiga.

Bolo Manhoso:Um copo de leite, meio quilo de açúcar, meio de farinha de trigo, seis ovos, sendo três com clara, duas colheres de manteiga, duas de banha, um colheirinha de bicarbonato de sódio, assim que toste, faz-se uma cruz com uma faca.

Levanta Velho:Dois pires de cará cozido passado em peneira, três pires de fubá de milho, duas colheres de manteiga, erva doce, açúcar quanto adoce, seis ovos, um pouco de leite. Põe-se a massa na fôrma, no fôrno quente.

Três Amôres: Três ovos batidos, um copo de açúcar, um de farinha de trigo, uma colher de manteiga. A massa vai ao fôrno em forminhas untadas com manteiga.

Bolo de Nozes: Doze ovos, sendo as claras batidas com meio quilo de açúcar, ajuntando-se depois as gemas, quatro colheres de farinha de trigo, um quilo de nozes pesadas com casca e depois bem pisadas. Bate-se bem e leva-se ao fôrno quente.

Visão:Um ovo batido com oito colheres de açúcar, doze de farinha de trigo, duas de manteiga, uma de pó royal, uma xícara e meia de leite. Leva-se ao fôrno em fôrma ou forminhas.

Bolo São Nicolau: Três ovos batidos com um copo de açúcar, de farinha de trigo, um de maizena, duas colheres de manteiga. Assa-se em forminhas. Fôrno regular.

Chico Ligeiro: Doze gemas e clara de dois ovos, batidos com um prato de açúcar, um de fubá de arroz e uma colher de manteiga.

Bolos de Comadre: Quatro pires de polvilho, um de batata doce ou inglêsa, duas colheres de banha, três ovos, mistura-se tudo e vai-se deitando leite fervendo até cozer a massa. Põe-se uma xícara de açúcar amassa-se bem fazem-se os bolinhos que vão ao fôrno em bandejas untadas.

Manuê: No precioso caderno de minha avó, encontrei duas receitas de manuê, ambos de côco, não tendo achado nenhum de manuê de milho, que ela também sabia fazer e, que é realmente a forma mais comum e mais encontradiça por êste Brasil canavieiro. Vejamos pois as duas receitas reportadas:

1º — Um côco ralado, uma colher das de sopa bem cheia de manteiga do reino, bem lavada, doze gemas de ovos. Depois de tudo bem mexido, deita-se calda fervendo em ponto de pasta forte, até ficar a massa bôa para ser posta em forminhas untadas com manteiga lavada. Leva-se ao fôrno, depois enfeita-se com cravo da India.

2º — Um côco ralado, um pires dos de café não muito cheio de mandioca puba, duas colheres de manteiga, três quartas de açúcar refinado, seis gemas, duas claras bem batidas. Mexe-se tudo muito bem e leva-se ao fôrno, em forminhas untadas com manteiga.

Notas: De Lima Duarte, cidade do sul mineiro, localizada na região onde por volta de 1800 se fêz a primeira experiência com a cana de açucar, na zona, (Fazenda Moinhos em São Lourenço do Jacutinga), chegou-me receita de manuê, que lá também atende pelo nome de Brôa de Fubá. — Um quilo de fubá grosso (de preferência moido no moinho de pedra), uma colheirinha de sal, meio quilo de açúcar, uma colher de sopa de manteiga, uma colher de sopa de de banha de porco, dois ovos, uma colheirinha de bicarbonato. Leite ao ponto de se fazer um mingau bem grosso. Despejar a massa no tabuleiro ou na caçarola. Assar no fôrno e depois picar os pedaços. Come-se acompanhado de café ou chá do mato.

José Faria de Barros, natural de Recife, Pe., hoje radicado em Vitória do Espírito Santo, onde é Fiscal do 17º Distrito Rodoviário, forneceu-me em têrmos suscintos uma receita de manuê de sua terra, onde também é conhecido, segundo êle, por angú doce: Milho, açucar, côco e sal. Depois da massa cozida vai ao fôrno para corar. Finalmente, cortam-se os pedaços.

Gilberto Freyre, (op. cit.) à pag. 173, dá também a sua receita de Manuê de Milho: "Leite de um côco, ½ libra de farinha de milho (250 gr.), sal, açúcar

a gôsto, uma colher de manteiga (50 gramas) derretida e uma colherinha de canela em pó; mexe-se tudo muito bem mexido, põe-se em forminhas untadas com manteiga e leva-se ao fôrno para assar."

PUDINS

Pudim de fôrma: Batem-se bem quatro gemas de ovos com açúcar e cascas de limão, põe-se xícara e meia de leite, deita-se numa tijela untada com manteiga do reino, polvilha-se o creme com canela e leva-se ao fôrno.

Pudim de tapioca: Leite de dois côcos, duas xícaras de farinha de tapioca, duas colheres de manteiga, das de sopa, bem cheias, meia libra de açúcar, dez gemas de ovos, bate-se tudo e põe-se em forminhas untadas com manteiga.

Nota: Gilberto Freyre (op. cit.) à pag. 181, dá conta de um Pudim de Tapioca, versão pernambucana: "Põe-se uma xícara de tapioca para amolecer em um pouco de água; assim que estiver desmanchada, junta-se uma garrafa de leite com meia fava de baunilha e açúcar que adoce e leva-se ao fogo para cozinhar, mexendo-se sempre; estando cozido, tira-se do fogo, deita-se uma colher de manteiga e quatro gemas. Leva-se de novo ao fogo para ferver. Põe-se numa fôrma e gela-se."

Pudim de queijo: Corta-se o pão em fatias, ensopam-se estas em leite, passando-as depois em ovos batidos. Arruma-se em fôrma untada com manteiga do reino, polvilha-se com açúcar e canela. Deitam-se por cima passas e manteiga do reino.

Sôbre esta camada, vai outra composta de fatias de queijo bem finas, passadas igualmente em ovos batidos, polvilhada com açúcar e canela, arrematada com passas e manteiga. E as camadas vão se superpondo até que a fôrma esteja cheia.

A última camada deve ser de pão. O leite que sobrar mistura-se com os ovos, deitando-se por cima do pudim. Finalmente vai ao fôrno.

Pudim de laranja: Seis ovos, uma lata de manteiga das de meio quilo, cheia de açúcar refinado, um copo de caldo de laranja, uma colher de farinha de trigo. A fôrma é untada com calda grossa e o pudim é assado em banho maria.

Pudim de amêndoas: Duas libras de açúcar em ponto de pasta, meia libra de amêndoas bem pisadas, vinte e quatro gemas batidas, mexe-se bem e deita-se em uma fôrma untada com manteiga.

Pudim delicado: Doze gemas, uma colher de manteiga, duas de farinha de trigo, leite de um côco, quatrocentas gramas de açúcar, feito calda. Batem-se as gemas até engrossar, depois junta-se a manteiga. Depois de tudo batido, juntam-se a farinha, o leite e por último a calda rala morna. Mistura-se tudo e vai em banho maria em fôrma untada com açúcar queimado.

Pudim Saboroso: Meio quilo de açúcar feito calda, em ponto de pasta, batem-se oito ovos, quatro com clara, depois de bem batidos, misturam-se na calda que deve estar morna e junta-se um prato raso de queijo ralado. Mexe-se bem, vai para a fôrma untada. Fogo brando.

Pudim de Côco: Um côco ralado, uma libra de açúcar refinado, seis gemas, duas claras bem batidas, uma colher de manteiga e outra de farinha de trigo. Ajunta-se tudo e vai ao fôrno.

Pudim de Maria Pia: Seis ovos batidos com uma libra de açúcar, depois uma dita de amêndoas, uma xícara de leite de côco, uma colher de manteira, depois de tudo bem batido, vai para a fôrma untada. Fôrno regular.

Pudim de Noiva: Quatrocentas gramas de açúcar feito calda grossa, um côco, três colheres de farinha de trigo, uma dita de manteiga, seis gemas e um pouco de baunilha. Bate-se bem. Vai para a fôrma untada, fôrno quente.

Pudim Dourado: Batem-se cinco gemas com cinco colheres de farinha de trigo, meia garrafa de leite, duas colheres de manteiga. Ferve-se tudo, mexendo-se continuadamente. Estando fervendo, juntam-se uma quarta de amêndoas raladas, uma quarta de açúcar, uma colher de água de flôr de laranja. Mistura-se bem, põe-se em fôrma untada. Fôrno quente.

Pudim de Abacaxí: Com o caldo de um abacaxí e uma latinha das de manteiga, com açúcar, faz-se uma calda em ponto de espelho. Mexem-se três claras

de ovos e doze gemas com a calda e uma colher de manteiga. Mistura-se tudo e cozinha-se em banho maria.

BISCOITOS, ROSCAS E BRÔAS

Rosquinhas: Um quilo de farinha de trigo, dois copos de leite, duas colheres de sopa de sal amoníaco, quatro de banha, duas de manteiga, sal de cozinha e um pouco de açúcar.

Mistérios: Dois pires de araruta, dois de farinha de trigo, três colheres de açúcar, uma de amoníaco, duas de banha e uma de manteiga. Amassa-se com água, estende-se a massa e cortam-se os biscoitos.

Pão da Roça (*brôa*): Um prato fundo de polvilho, um pires de aipim cosido, quatro ovos, sendo dois com clara, uma colher de manteiga, uma de banha, uma xícara das de chá de açúcar, uma de farinha de trigo. Amassa-se tudo muito bem e fazem-se os pãesinhos. Fôrno bem quente.

Biscoutos da Morena: Três pires de farinha de trigo, três de polvilho, três rasos de açucar, duas colheres de manteiga, uma de banha, duas colherinhas de carbonato de amoníaco, um pouco de erva doce. Amassa-se bem com três ovos, estende-se a massa e corta-se.

Biscouto Joanense (de São João da Barra, RJ.): Um quilo de polvilho, cinco ovos, sendo três sem clara, três pires rasos de açucar, duas colheres de manteiga, uma de banha, um pouco de erva doce e sal. Amassa-se bem e se a massa ficar seca, ajunta-se um pouquinho de leite. Fazem-se os biscoitos e levam-se ao fôrno em tabuleiros.

Biscoutos de Queijo: Um prato fundo de queijo ralado, dois de polvilho, duas colheres de manteiga, um pires pequeno de banha derretida, erva doce. Amassa-se com ovos até se enrolar. Quando se pretende o biscoito doce, adiciona-se açucar o quanto adoce.

Biscoutos de raminhos: Oito ovos bem batidos, uma libra de açucar refinado, duas libras de polvinho de araruta, duas libras de farinha de trigo, uma quarta de manteiga do reino, duas colheres de gordura.

Nota: Gilberto Freyre (op. cit.) à pág. 140 sob o título Raminhos, dá uma receita mais completa para a versão pernambucana do biscoito campista: "1/2 quilo de açucar, 9 gemas de ovos, cinquenta gramas de manteiga, leite de um côco, uma colher de chá de bicarbonato, 1 quilo de farinha de trigo. Junta-se tudo e amassa-se. Abre-se com o rôlo e corta-se em forma de palminhas com a carretilha. Leva-se a assar em folhas de flandres untadas com manteiga. Fôrno regular."

Biscoutos da Glória: Uma libra de polvilho de araruta, uma xícara de farinha de trigo, duas de açucar, três ovos, canela e erva doce.

Rosca Econômica: Um quilo de farinha de trigo, dois copos de leite, duas colheres cheias de carbonato de amônia em pó, duas colheres de manteiga, quatro de banha, (banha e manteiga derretidas), três colheres de açucar, uma colheirinha de sal refinado. Dissolvem-se no leite a amônia, o sal e o açucar. Depois bota-se a farinha, amassa-se bem, adicionando-se em seguida a manteiga e a banha. Sova-se bem e deixa-se a massa repousar por espaço de uma ou duas horas. Fazem-se então as rosquinhas, que vão para o fôrno quente e depois torrar no calor..

Biscouto Delicado: Meio quilo de amêndoas pesadas com casca e depois raladas, meio quilo de farinha de trigo, duzentas gramas de manteiga, duzentas e cinquenta de açucar e dos ovos. Depois de bem amassado, espicha-se, corta-se com as marquinhas e os biscoitos vão para o tabuleiro. Fôrno quente.

Biscoutinhos de Colher: Um côco grande ralado, um prato de açucar, um ovo, uma colher de manteiga e um prato de polvilho. Amassa-se bem, até ficar em ponto de se botar com uma colher quente.

Biscouto da Saudade: Cozinham-se seis ovos bem duros, descascam-se, tiram-se as gemas, enquanto estão quentes, amassa-se bem até ficar tudo bem ligado, depois, botam-se duzentas e cinquenta gramas de manteiga, trezentas de farinha de trigo, duzentas de polvilho, cento e cinquenta de açucar. Estando bem amassado, bota-se uma colher cheia

de vinho do Porto fino ou Cognac, amassa-se bem, fazem-se os biscoitos do feitio de S, vão para os tabuleiro untados e depois dêles arrumados, passa-se clara por cima e finalmente açucar com canela. Fôrno quente.

Lacinhos de Amôr: Dois pratos de polvilho azêdo, meio de fubá mimoso, seis ovos, meio prato de banha, um pouco de leite de côco, junta-se o leite em uma panela, deixa-se ferver, depois juntam-se o fubá e a banha, a fim de se fazer um mingau.

Em seguida põe-se a papa numa vasilha, adicionando-se o polvilho e os ovos. Amassa-se bem e depois fazem-se os biscoitos como laços. Fôrno quente.

Nota: Gilberto Freyre, (op. cit.) à pag. 165, dá uma receita com o mesmo nome e praticamente com os mesmos dizeres. Vejamos: "Toma-se prato de polvilho sêco, junto com um prato de farinha de milho, passada em peneira de seda, 1 dúzia de ovos e 1 prato de gordura.

Põe-se ao fogo um pouco de leite de côco. Logo que ferva, junta-se a farinha de milho e a gordura até ficar uma papa bem grossa. Passa-se para uma vasilha maior e deitando-se polvilho, vai-se mexendo pouco a pouco até ficar tudo bem amassado. Em seguida juntam-se os ovos e depois o leite. Preparada assim a massa, fazem-se os biscoitos em forma de laços, que se levam a um fôrno bem quente.

Biscouto de Côco: Um quilo de polvilho, meio de açucar refinado, duzentas e cinquenta gramas de manteiga, um copo de leite de côco, duas claras, tudo bem amassado, para depois descansar por algumas horas. Depois estende-se a massa com o rôlo, corta-se com as marquinhas e vai ao fôrno em bandejas untadas.

Biscoutos de Marquinhas: Bate-se nove ovos com uma libra de açucar, depois de bem batidos, deitam-se uma quarta de manteiga, uma colher de banha, uma colherinha de sal amoníaco, duas libras de polvilho, uma de farinha de trigo, cravo, canela erva doce e agua de flôr. Estende-se a massa e corta-se com marquinhas.

Biscoutos Zé Pereira: Um quilo de farinha de trigo, meio de açucar, um copo de leite, uma colher de manteiga, uma colher de banha e duas, das de chá, de bicarbonato.

DOCES EM GERAL

Toucinhos do Céu: Duas libras de açúcar em ponto de pasta, um quilo de amêndoas, trinta e seis gemas de ovos, duas claras batidas, duas colheres das de sopa de farinha de trigo e duas de manteiga, que deve ser lavada. Ajuntam-se as amêndoas à calda e lava-se ao fogo. Quando começar a ferver, retira-se juntando então o resto dos preparos. Leva-se novamente ao fogo e, quando começar a despregar do tacho, retira-se e põe-se agua de flôr de laranja Vai ao fôrno brando em forminhas apropriadas, untadas de manteiga lavada e polvilhadas com farinha de trigo. A cobertura é açucar refinado.

Nota: Gilberto Freyre, (op. cit.), à pag. 182, consigna uma receita de Toucinho pernambucano, em que as amêndoas são substituidas por castanhas. "2 libras (1 quilo) de açucar com o ponto bem grosso, de modo que levantando a calda com a colher, faça pasta. 1/2 libra (250 gramas) de manteiga lavada, 6 claras e 6 gemas. 1/2 libra de castanhas pisadas e ½ libra de farinha de trigo. Mistura-se tudo e vai cozinhar em fogo brando. Deixa-se esfriar e corta-se em fatias."

Nozes: Pilam-se meio quilo de amêndoas e meio de nozes. Depois de piladas, ajuntam-se meio quilo de açucar, seis gemas de ovos e seis colheres de chocolate. Leva-se ao fogo brando até formar u'a massa ligada. Retira-se do fogo, fazem-se as Nozes com a mão ou em fôrmas próprias e arrumam-se os pratos. Cumpre notar que as amêndoas e as nozes são pesadas com as cascas e o açucar deve ser refinado.

Fôfos de Amêndoas: Meia libra de amêndoas, duas claras de ovos, duas libras de açucar refinado, que seja bem sêco; amassa-se bem, põe-se no banco para abrir com flecha e feito isto, corta-se com fôrmas em formato de hóstia. Depois vão os fôfos ao fôrno.

Bom Bocados: Limpam-se duas libras de açucar, põe-se em ponto de pasta, dei-

xa-se esfriar e ajuntam-se onze gemas de ovos, três claras, uma xícara de queijo ralado e uma de farinha de trigo. Bate-se bem batido, põe-se em forminhas untadas com manteiga do reino e leva-se ao fôrno.

Mãe Benta: Uma libra de pó de arroz, uma de açucar meia de manteiga do reino e doze gemas de ovos. Amassa-se bem leva-se ao fôrno em forminhas.

Sonhos de araruta: Duas xícaras de araruta, duas de leite e gemas quantas sejam precisas.

Fatias Celestes: Três libras de açucar em ponto de bala, uma libra de amêndoas, quarenta e oito gemas e oito claras. Deixa-se cozinhar até mostrar o fundo do tacho. Ajunta-se uma colher de manteiga. Deita-se em uma táboa e leva-se ao fôrno brando. Depois de esfriar, cortam-se as fatias.

Queijada de côco: Quatro libras de açucar em ponto de pasta, dois côcos ralados, bem espremidos, vinte e quatro gemas bem batidas, agua de flôr quanto basta. Mistura-se tudo e leva-se ao fogo para engrossar.

Notas: A Quejada de Côco em Campos, também é conhecida por Queijadinha e Tigelinha. Tigelinha porque a massa é colocada em pequenos recipientes, lembrando pequenas tigelas, que primitivamente eram de barro.

O Quindim de Sinhá, cuja receita também foi encontrada no caderno de minha avó, e que segue adeante, é a mesma Queijada de côco, tendo no entanto dosagens diferentes; para os chamados preparos. Vejamos: Doze ovos, seis com clara batida com uma libra de açucar. Aúunta-se depois um côco, uma colher de manteiga. Depois de tudo bem batido vai para as forminhas (tigelinhas) untadas com manteiga. Fôrno quente.

Gilberto Freyre, (op. cit.) à pag. 179, fala dos Quindins de Yayá, que nada mais são que os Quindins de Sinhá ou Queijadas de Côco da terra goitacá. "1 libra de açucar, (500 gramas) i quarta de manteiga (120 gramas), 16 gemas, sendo 3 com claras, 1 côco ralado, cravo, canela, agua de flôr de laranja. Bate-se tudo, bota-se meia libra de farinha de trigo, torna-se a bater. Depois de pronto, bota-se em forminhas untadas de manteiga e leva-se ao fôrno."

Em Salvador, Bahia, as baianas costumam vender em seus tabuleiros o que chamam de Queijada, mas esta não obedece às receitas acima, sendo feitas de amendoim com rapadura derretida, o que corresponde ao pé de moleque Campista. Interessante notar que na Bahia, Pé de Moleque é um bolo de cariman. Como são apaixonantes êstes contatos de cultura açucareira!

Balas de Ovos:Deitam-se quatro gemas em uma panela e ajunta-se uma xícara de calda grossa. Leva-se ao fogo para engrossar até que possa fazer as balinhas, que depois são cobertas com calda em ponto de bala.

Bem Casados: Uma libra de açucar feito calda grossa, meia garrafa de leite, cento e vinte e cinco gramas de fubá mimoso branco ou de arroz, meio côco e cento e vinte gramas de manteiga. Bate-se tudo bem e depois põe-se no fogo para se fazer um angú. Depois de frio, juntam-se quatro ovos, dois com claras. A massa é posta em forminhas untadas, que vão ao fôrno.

Fatias de Amôr: Três xícaras de fubá mimoso, três de amendoim torrado e em pó, duas de leite, três colheres de manteiga, oito gemas batidas com uma xícara de açucar., um pouquinho de canela. Bate-se tudo bem batido e vai para o forno brando. Depois de assado, cortam-se as fatias, que são servidas com ou sem canela em pó.

Balas de Mel: Dois copos de leite, três de açucar, duas colheres de mel de abelha, duas de manteiga, três xícaras das de chá de chocolate. Põe-se no fogo, vai-se mexendo sempre, até chegar ao ponto de bala.

Suspiros de Zizinha: Três xícaras de leite de côco, seis de polvilho de araruta, seis de polvilho de mandioca, quatro xícaras de açúcar, uma gema, três colheres de manteiga e duas de gordura.

Pé de Moleque: Põe-se uma rapadura no fôgo para derreter. Depois de derretida espalha-se sôbre uma superfície lisa, e jogam-se sôbre a massa pedaços de amendoim. Depois que a massa toma novamente consistência, cortam-se os

pedaços, que assim estarão prontos para serem servidos.

Notas: José Faria de Barros, pernambucano de Recife, já citado em páginas anteriores, forneceu-me a seguinte receita de Pé de Moleque de sua terra: Massa de mandioca mole, côco, açúcar e cravo. Assam-se os pedaços embrulhados em folhas de bananeira.

Gilberto Freyre, (op. cit), à pag. 138, dá a receita do Pé de Molèque À Moda de Pernambuco: "4 ovos, 6 xícaras de massa de mandioca, 1/2 quilo de açucar de segunda, uma xícara de castanhas de cajú pisadas, 1 côco, três colheres de sôpa de manteiga, erva doce, cravo e sal. Espreme-se a massa, passa-se numa peneira, depois junta-se com o leite de côco tirado com pouco dàgua. Em seguida, os ovos, a manteiga, o açucar, as castanhas pisadas, uma colherinha de sal e outra de cravo e erva doce pisados. Leva-se ao fôrno numa fôrma untada e põe-se em cima algumas castanhas de cajú inteiras.

Canjica: Cozinha-se o milho branco, próprio para canjica em agua. Quando o milho estiver ficando macio, junta-se o leite de vaca, um pouco de açucar, uma pitada de sal e canela em pau. A mistura continua em fogo brando até que o milho esteja completamente macio e o caldo grosso.

Notas: Em Lima Duarte e Rio Preto, sul de Minas, o povo usa fazer, principalmente na Semana Santa, o que chama de Canjica Grossa. A receita é a seguinte: Cozinha-se o milho branco de canjica em agua. Depois de cosido e sêco, (escorrida a água, mistura-se o milho já numa panela no fogo, com o leite. Adicionam-se ainda pedaços de rapadura e trezentas gramas de amendoim moido.

Em Vitória do Espírito Santo, registrei a seguinte receita de Canjica: Dois côcos, um litro de leite de vaca, meio quilo de milho de canjica, um quilo de açucar, canela, cravo e cinquenta gramas de manteiga. Os côcos são cortados em pedacinhos.

José Faria de Barros, o recifense já aqui por duas vêzes, bem informante, falou-me do munguzá de sua terra, que equivale à Canjica de Minas, Estado do Rio e Espírito Santo. Relembrou com saudades de sua meninice, quando de manhãsinha, serviam nas ruas de Paulista, PE., o munguzá com pão doce, munguzá êste que lá também é conhecido por chá de burro. Deu-me a receita: Leite de dois côcos, quatro litros de agua, um quilo e meio de açucar, canela cravo e um quilo de milho desolhado. O pão doce era picado sôbre o mingau e êste era em geral servido em copos e, certamente ainda o é, pois êste costume registrei eu em certas regiões do Estado de Pernambuco e também na Bahia.

Gilberto Freyre, (op. cit.) à pag. 162, fala também do Munguzá de Engenho: "Toma-se o milho próprio para munguzá (inteiro, sem os olhos) e deixase em agua fria durante a noite. No dia seguinte lava-se e vai ao fogo para cozinhar em agua. Quando o milho está tenro, põe-se o leite de côco, sal e açúcar. Deixa-se ferver um pouco. O leite de côco poderá ser substituido por leite de vaca.

CHUVISCO: Para o fim, ficou propositalmente o hoje famoso chuvisco, glória da doçaria campista, cartão de visitas das mais afamadas doceiras (Marieta Laranjeira, Mulata Teixeira para citar as ainda vivas), doce dificil de se fazer, privilégio das mãos de yayá. Minha avó foi chivisqueira de primeira grandeza e dizia mesmo, que a receita era facil de dar mas o fazer não era para qualquer uma. Vejamos a receita que deixou consignada em seu caderninho:

"Trinta e seis gemas de ovos bem mexidas, cento e vinte e cinco gramas de farinha de trigo e duas claras bem batidas. Três quilos de açucar, feito calda grossa. Separa-se depois um pouco dessa calda a qual deve ser mais rala, para ficarem de môlho os chuviscos depois de prontos. Na que deve ser em ponto de pasta e, esta fervendo bastante, fazem-se os chuviscos com uma colherinha.

COMPANHIA USINAS NACIONAIS

Dirigindo-se aos Acionistas, Diretores, Funcionários e Operários da Companhia Usinas Nacionais, o Sr. José Pessoa da Silva, Presidente em exercício daquela entidade, apresentou o relatório que transcrevemos, a seguir na íntegra:

Ao completar o primeiro mês de minha gestão, como Presidente em exercício, à frente dos destinos desta Emprêsa, pareceu-me oportuno focalizar alguns aspectos fundamentais da orientação que tenho procurado imprimir à sua administração, em função dos complexos problemas que a assoberbam e das medidas julgadas indispensáveis à sua solução.

2. Preliminarmente, é de meu dever assinalar que, muito embora as grandes dificuldades que se opõem à execução dessa tarefa, decorrentes não só das condições infra-estruturais da Emprêsa, como também da atual conjuntura açucareira e de circunstâncias que afetam os seus objetivos estatutários, tenho contado com a compreensão e apoio das áreas governamentais a ela mais diretamente vinculadas, dos seus acionistas e dos estabelecimentos bancários com os quais operamos, sem falar na parte administrativa e fabril, nas quais me desvanece o alto espírito de colaboração de seus Chefes de Serviço, funcionários e operários de tôdas as categorias.

3. A fim de habilitar-me a traçar normas, objetivando imprimir rumos adequados aos seus diversos setores de atividade, tornou-se indispensável, de imediato, conhecer mais ìntimamente, através do depoimento de seus respectivos encarregados, os problemas específicos de cada uma, com o que me seria possível obter uma visão de conjunto da situação real da Emprêsa. Procurei investigar, assim, através de questionários e elemetos informativos, solicitados a todos os órgãos executivos, técnicos e de planejamento da Companhia, as suas necessidades mais prementes, para coordenar as linhas fundamentais do meu programa de ação.

4. Essa solicitação foi prontamente atendida por todos os setores de trabalho, com a elaboração de relatórios, focalizando aspectos gerais e particulares dos problemas pertinentes a cada um dêles, o que possibilitou, embora sem maior profundidade, o conhecimento de sua situação geral, de seu funcionamento, distorções e deficiências, como também das medidas capazes de suprir ou atenuar, de imediato, ou em prazo adequado, as dificuldades do seu complexo industrial. Assim é que se mobilizaram todos os departamentos consultados, oferecendo subsídios valiosos e sugestões apropriadas, com base na experiência e contato mais direto com as suas peculiaridades. Devo salientar, mesmo, por elementar espírito de justiça, que muito me impressionaram vários dêsses trabalhos, executados com capricho e técnica esmerada e que em nada ficariam a dever aos melhores padrões no seu gênero, sen-

do muitos dêles ilustrados com gráficos, mapas e diagramas que revelam o alto índice de capacidade técnica e de seus elaboradores.

5. É de assinalar, aliás, por oportuno, que a adoção de tal medida inicial, qual seja a de consulta generalizada a todos os departamentos da Emprêsa, com a finalidade de auscultar mais diretamente as suas deficiências e necessidades, a par da captação de sugestões apropriadas, para seu imediato atendimento, no que dependam precìpuamente do ânimo de torná-las realidade, condicionadas, apenas, às contingências que permitam a sua mais rápida efetivação. despertou em todos os responsáveis pelos respectivos órgãos setoriais a mais franca receptividade, provocando-lhes manifestações entusiásticas, a par de um inusitado estímulo, pela confiança que demonstram de que seus trabalhos, já agora, serão examinados com o máximo interêsse.

6. Certo é que procurei, nessa pesquisa preliminar, conscientizá-los de que as suas sugestões, com base no conhecimento mais profundo e familiarizado de suas respectivas atribuições, constituíram — em contraposição ao acentuado descrédito que a todos dominava, pelo fracasso de anteriores tentativas nesse sentido — o ponto de partida para a grande reforma que procuramos encetar, revolucionando métodos arcaicos e superados, renovando hábitos que vêm entravando o desenvolvimento da Emprêsa, lutando, enfim, contra a rotina, no que esta representa de estagnação e desestímulo à implantação de modernas técnicas operacionais.

7. Conclamei a todos para essa campanha, como um desafio à nossa capacidade de trabalho e organização, ainda que outros fatôres, de relevante importância, não possam ser esquecidos ou subestimados, em tarefa de tal envergadura. E em todos, confesso que encontrei receptividade, em proporção superior ao que dêles me seria dado esperar. Do que observei nessa etapa inicial de minhas atividades, nessa fase de "sondagem psicológica", e dada a reciprocidade de tratamento e vantagens a imperar nas relações entre empregadores e empregados, é de inteira justiça assegurar a êstes últimos uma participação efetiva nos resultados práticos dessa campanha de mobilização geral, motivada por nova mentalidade empresarial, na proporção do esfôrço e produtividade de cada um, através do reconhecimento oportuno, em bases realísticas, de suas justas reivindicações e de suas necessidades mais prementes. Tal compromisso, condicionado, tão sòmente, à comprovação de efetiva rentabilidade da Emprêsa, expressa em resultados positivos de suas atividades operacionais, constituirá, por certo, um incentivo permanente, capitalizável por cada um de seus trabalhadores, pondo-se, assim, em prática a tão almejada justiça social.

8. É bem verdade que tais premissas constituem postulados a serem testados na prática, porque, embora ajustadas às normas de doutrina consagrada nas encíclicas que propugnam por um tratamento mais justo e humano ao trabalhador — doutrina a que nos filiamos — têm a sua aplicabilidade condicionada a contingências da economia capitalista, nem sempre sensível aos ditames da filosofia cristã, inspirada no mais puro e louvável humanismo. Mas, de qualquer maneira, uma pergunta se impõe, fundamentada em razões de ordem pragmática, oriunda do princípio da reciprocidade: não constituíria um protocolo de intenções — com o lastreamento ético que é de exigir-se em tôdas as relações humanas — elemento por si só suficiente para tornar o empregado cuja integração à emprêsa o credencie a melhores condições de vida, beneficiário daquela participação nos lucros há tantos anos preconizada em nossa Carta Magna? Não poderia, com efeito, a adoção de tal método experimental, embora sem formalismos ou normas rígidas, à base de autodeterminação consensual, de fundo predominantemente ético, constituir excelente instrumento, capaz de estimular o empregado, no aperfeiçoamento de suas tarefas, assegurando, assim, a melhoria da produtividade e conseqüente crescimento dos lucros e vantagens da Emprêsa? Sei que muitos hão de considerar tal enunciado uma tese lírica, senão bisantina, mas não seria despropósito lembrar que algumas em-

prêsas privadas, no Brasil, têm se antecipado nessa iniciativa, de indiscutível alcance social, dentre as quais é de justiça salientar o caso da VARIG, de cujo capital participam os seus empregados com um percentual de 50%, através da Fundação dos Funcionários da VARIG, obra de pioneirismo que se constituiu campo propício para experiências úteis no caminho da democratização dos órgãos administrativos.

9. O princípio, aliás, da autogestão, defendido por alguns ou o da participação consentida nos proventos da emprêsa, preconizado por outros, se apresenta mais lógico e justo, em função do mérito, pois não beneficiaria, no mesmo plano de igualdade, empregados diligentes e desidiosos, eficientes e incapazes, produtivos e ociosos. É que nos parece mais fácil aplicar o critério ponderado do merecimento, em decorrência de preceitos éticos, sob forma livremente pactuada e de acôrdo com as características de cada situação específica, do que com a rigidez de normas jurídicas compulsórias, susceptíveis de resistência subreptícia ou quase sempre sujeitas ao artifício e à fraude. Creio, **data venia**, que o problema é mais do campo da moral, associada à doutrina pragmática, do que do direito-positivo. Com efeito, só consensualmente se poderá obter os melhores resultados do princípio de que, além de justo, é mais proveitoso e rentável dar ao trabalhador, em recompensa ao seu esfôrço e produtividade, parte dos resultados da emprêsa, quando o empresário a êle atribui, convictamente, colaboração efetiva no êxito do empreendimento. Para êsse fim, é indispensável fazer dêsse enunciado uma filosofia empresarial e projetá-la em todos os recantos do país, através de ampla campanha, de natureza educativa.

10. Com fundamento em tais premissas, parece-me lícito tentar fazer, ainda que em caráter experimental e com as cautelas e precauções que o bom senso recomenda, aquilo que muitos ainda combateriam, ou por um arraigado sentimento reacionário ou por simples vaidade intelectual, ao atribuírem aos mais avançados ou pioneiros o que consideram soluções utópicas ou meros devaneios à Sancho Pança!... Sei — e estou bem consciente disso — das dificuldades que têm de enfrentar os homens que lutam por modificar hábitos arraigados, por violentar a inércia e, assim, construir algo de positivo. Mas, em contraposição — aos que se apegam a um egoismo condenável, e são simplesmente do contra ou se ajustam a um estado de espírito acomadatício, e nada fazem, hão de colocar-se os que têm a coragem de tentar alguma cousa, quando conscientes de que o fazem correta e honestamente, ainda que enfrentando o desafio da incompreensão. Tal raciocínio é tanto mais válido, no caso de emprêsas sujeitas à interferência direta ou indireta do Estado, para aquêles que não têm qualquer apêgo aos cargos que exercem, senão na medida em que os utilizam para promover o bem-estar da coletividade a que servem.

11. Em consonância com êsses propósitos e a firme determinação de tudo fazer para a consecução de tais objetivos, inspirados no mais puro e incontestável idealismo, serei, sem dúvida, na execução de meus deveres, extremamente exigente, quanto ao rigoroso cumprimento das tarefas de cada um, desde o mais modesto operário, ao funcionário mais altamente categorizado. Para atingir tal **desideratum**, não medirei esforços, de minha parte, propiciando-lhes, em contraprestação, o estímulo de minha compreensão às soluções adequadas às suas dificuldades e reivindicações. Não transigirei, contudo, na obediência a essa disciplina, que institucionaliza uma **nova ordem**, à qual se pode creditar o mérito de haver despertado o mais vivo entusiasmo, não só entre os operários, já de si ordeiros e compreensivos, como na equipe de administradores da Companhia, constituída, felizmente, de funcionários que honram o seu quadro de servidores.

12. É sábido que, em virtude de deficiências e limitações de muito conhecidas, essa tarefa se apresenta extremamente difícil e penosa. Nem teria eu, que venho de ser distinguido com o encargo de ser considerado capaz de superar tais dificuldades, o dom mágico de transformar em soluções miraculosas

problemas que se vêm agravando com o tempo ou já se tornaram crônicos, por falta de providências adequadas, no momento oportuno. Não será porisso, contudo, que o desânimo ou a falta de iniciativa haverão de condicionar o nosso esfôrço, limitar o nosso entusiasmo ou impedir o nosso obstinado desejo de superar a resistência passiva dos hábitos arraigados ou as dificuldades que a muitos parecem insuperáveis.

13. Para isso, entretanto, terei de contar com a colaboração e o entusiasmo de todos, desde o mais humilde operário, que muito merece de nossa particular atenção, por sua qualificação humana, muitas vêzes exercendo seu trabalho em condições adversas, esquecido e desestimulado, até os escalões intermediários dos Chefes de Serviço e de Departamento, culminando, enfim, com os elementos de cúpula, integrantes da Diretoria da Emprêsa. Sim, porque jamais teria eu a veleidade de superestimar a importância de minha contribuição pessoal, nessa obra de ressurgimento, sabido como é tornar-se bastante relativo o valor dos homens, se considerados isoladamente. Tenho confiança de que contarei com a colaboração de todos e o que de melhor pudermos fazer em prol da Companhia não terá resultado apenas de minha experiência e do meu entusiasmo, e sim do redobrado esfôrço de cada um, coadjuvado pelo trabalho de equipe, a que se somarão, no seu conjunto, — assim o espero — todos os leais e dedicados servidores desta Emprêsa. Com tais propósitos, é de crer no soerguimento da Companhia e como resultado final dêsse trabalho de integração e colaboração mútua, não constituirá surprêsa aos homens de negócio, mais lúcidos e experientes, a expectativa de que possa ela projetar-se a dimensões jamais alcançadas.

I — Das providências iniciais

14. Como que a desafiar a argúcia e a capacidade de orientação dos administradores da Companhia Usinas Nacionais, projetam-se, em plano de profundidade, problemas sérios nos setores da contabilidade, vendas, cobranças, transportes, pessoal, técnico-industrial, departamento jurídico e tantos outros em que se subdivide a área de ação de cada um dêles. Se difícil seria fixar um critério prioritário para atacá-los, em ação isolada, fácil é compreender-se quanto complexo se torna oferecer providências adequadas e eficientes, de imediato, se considerados no seu conjunto.

15. Mas, graças à elogiável cooperação de todos os responsáveis por cada um dêsses setores específicos, já iniciamos o trabalho de sua melhoria e recuperação gradativa, numa ação conjunta e coordenada. Assim, com o estímulo da Diretoria e o seu decidido apoio ao que chamaríamos "as grandes metas", já demos início à mobilização de valôres, para essa importante tarefa, partindo do estudo de infra-estrutura dêsses Departamentos, procurando corrigir-lhes as distorções e deficiências, nalguns casos, e, em outros, imprimindo-lhes normas modernas de racionalização de serviços, objetivando maior eficiência e rentabilidade.

II — Do Departamento de Contabilidade

16. Assim é que já se acham em pleno andamento os trabalhos para adaptação da contabilidade da Companhia ao moderno sistema de processamento de dados, operáveis através de computador eletrônico. Para isso, utilizaremos, em caráter permanente, parte da capacidade ociosa do "cérebro eletrônico" de que dispõe o Instituto do Açúcar e do Álcool, programa êsse que só nos é dado levar a cabo graças ao dedicado apoio e estímulo que nos vem proporcionando o seu ilustre Presidente, Dr. Francisco Elias da Rosa Oiticica, homem voltado para os problemas de profundidade da agroindústria canavieira e, que, por feliz coincidência, honra o quadro de advogados desta Emprêsa, como um dos seus mais ilustres integrantes.

17. Como é sabido, os trabalhos da contabilidade da Companhia, ainda executados por métodos e processos rotineiros e de pouca eficiência dificultam sensìvelmente o contrôle das operações contábeis, não só das fábricas localiza-

das nesta Capital, como do movimento das unidades sediadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Realizando uma média de 1.500 a 2.00 lançamentos diários, sòmente nesta Capital, e atingindo o seu faturamento mensal a cêrca de .... NCr$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros novos), pode-se imaginar como se tornaria difícil dinamizar os demais setores da Emprêsa, para efeito de melhorar as suas condições de produção e vendas, se não modernizarmos o seu sistema contábil, possibilitando o conhecimento mais rápido e eficiente de suas operações. Todos sabem da dificuldade de conduzir uma Emprêsa dêsse porte, sobretudo em se pretendendo ampliar as suas possibilidades de produção e comercialização, a par da melhoria técnica aliada à produtividade, se não contarmos com o valioso subsídio dos elementos contábeis, a tempo e a hora, pois sòmente assim se poderá assegurar um contrôle rigoroso da evolução dos negócios e dos resultados que devem ser conhecidos, em tempo hábil, não só para mantê-los em níveis satisfatórios, como para corrigir-lhes, imediatamente, as deficiências, sempre que os números computados acusem qualquer fenômeno que deva ter pronto corretivo. Como vem operando presentemente a Companhia no seu setor de Contabilidade com sensível atraso na confecção de seus balancetes, por deficiência de sua organização e método de trabalho, não seria possível chegar-se fàcilmente à correção de distorções que dependem precipuamente da análise permanente e atualizada dos boletins emitidos por êsse Departamento.

18. É certo que a Companhia já se vinha aparelhando, por fôrça dessas circunstâncias, com a aquisição de máquinas semieletrônicas, mas, mesmo assim, em nível muito abaixo de suas reais necessidades, apresentando ainda hoje um sistema híbrido, de relativo rendimento. Além do mais, as providências até então adotadas, com a implantação de apenas três máquinas NCR, modêlo 31-A e duas modêlo 395, na Administração Central e Refinaria Rio, não só deixam muito a desejar, pela inexistência de um plano integrado, de sistematização adequada, como exigiria bastante, para a sua satisfatória complementação, quer do respectivo equipamento mecânico, quer da formação de técnicos operadores para tais unidades, pois a Companhia apresenta, de modo geral, grande **deficit** de funcionários qualificados, em relação ao seu volume de negócios e possibilidades de sua ampliação. Êsse equipamento semi-eletrônico, já em operação, a ser reforçado de 5 novas unidades, modêlo NCR 31-A, recentemente importadas e ainda não instaladas, será utilizado, já agora, em função da maior ou menor descentralização da contabilidade da Emprêsa, como instrumental de base, que muito facilitará a tarefa do processamento geral de dados, a cargo do computador eletrônico do I.A.A., cujos serviços vamos utilizar.

19. Daí, o têrmos adotado providências imediatas, no sentido da implantação de um sistema de maior envergadura, qual seja o oferecido pelo computador eletrônico IBM-360, modêlo 20, instalado no I.A.A., que atenderá plenamente às nossas necessidades totais, com o aproveitamento de parte da capacidade ociosa do seu equipamento, calculada presentemente em 50%, sem falar nas vantagens decorrentes da extraordinária eficiência e celeridade de tais serviços.

20. Enquanto isso, em reunião da Diretoria, realizada em 5 do corrente (a segunda por mim convocada no período de apenas 15 dias) já aprovamos a criação do Departamento de Processamento de Dados e, inicialmente, o quadro de Programadores, que realizarão os trabalhos de preparação dos elementos a serem entregues ao computador eletrônico. Já estamos preparando, igualmente, a constituição de equipes especializadas nesses serviços, como seja a de operadores, indispensáveis aos trabalhos do nôvo sistema de equipamento, os quais serão orientados, inicialmente, por técnicos do Instituto, sob a forma de convênio que firmaremos dentro em breve, com aquela autarquia.

21. Os trabalhos iniciais de planejamento das diversas etapas da implantação total já se acham pràticamente con-

cluídos, estando sendo submetidos a exame, em função do nôvo plano, todos os documentos manipulados pela Companhia, no seu Departamento de Contabilidade, trabalho êsse que será estendido, progressivamente, aos demais setores a serem racionalizados eletrônicamente, como sejam, os de pessoal, vendas, almoxarifado, etc.

22. A celeridade com que tais trabalhos vêm sendo executados nos deixa bastante otimistas, quanto à mais rápida adaptação de tôda a nossa contabilidade e demais serviços mecanizáveis ao contrôle do computador eletrônico em funcionamento no I.A.A. e o êxito obtido nessa tarefa inicial devêmo-lo, principalmente, à efetiva colaboração e apoio do Chefe do Serviço de Mecanização daquela autarquia, Sr. Fernando do Prado Abdon, liderando uma equipe de técnicos constituída dos Srs. Nestor do Amaral Nunes, Francisco Robert Torres e muitos outros cujos nomes seria longo enumerar, assessorados, por sua vez, pelos funcionários da CUN, Walmir Bernardo do Nascimento, Assistente Administrativo e Ito Barroso Magno, êste último com diploma oficial de Programador, expedido pela IBM, os quais têm sido de invulgar dedicação na realização dêsse projeto.

23. Assim é que, dentro de mais alguns dias, teremos o organograma definitivo dos novos serviços, já em função da programação projetada, para o ajustamento e adaptação de todo o movimento contábil da Companhia ao sistema de processamento de dados do computador eletrônico IBM-360, modêlo 20, dos mais modernos instalados no país.

24. Por oportuno, convém salientar que o ilustre Chefe do Gabinete do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, Dr. Alberto Tângari, a quem demos conhecimento dêsse projeto, manifestando-se entusiasmado com as providências adotadas, pelo que elas representam de expectativa para a mais rápida normalização da vida contábil da Companhia, prontificou-se a colaborar conosco, junto ao Ministério das Comunicações, para a implantação do serviço auxiliar de telex nos nossos órgãos regionais, se tal providência vier a ser julgada aconselhável, no desdobramento dos trabalhos de adaptação da contabilidade ao computador eletrônico, em fase de estudos acelerados, como já anteriormente exposto.

25. Quanto às despesas com que deveremos arcar, não só de início, como após a plena implantação do sistema, com vistas à sua continuidade, serão plenamente compensadas, não só pela eficiência, segurança e rapidez dos resultados a serem obtidos com tôdas as vantagens decorrentes, como pela possibilidade de liberação de mão-de-obra, que onera, presentemente, de forma sensível, o Departamento de Contabilidade da Emprêsa, sendo de esperar que em futuro próximo, com a economia a verificar-se nas rubricas de pessoal e material, possamos ter apreciável redução dos custos de tais serviços, que se refletirão no custo final dos produtos fabricados pela CUN. Com isso, teremos dado um largo passo, no sentido da racionalização planejada, com extraordinários benefícios para todos os setores da organização.

III — Do Departamento de Transportes

26. No setor de transportes — uma das mais graves deficiências com que se vê a braços a Companhia — tambem iniciamos, imediatamente, um profundo estudo de diagnóstico, compreendendo itens importantíssimos para a racionalização dos respectivos serviços, como sejam os de uniformização da frota, exame de custos de manutenção, oficinas, almoxarifado, etc. O estudo abrange, igualmente, levantamento dos custos operacionais, em função das áreas servidas pelos nossos veículos, compreendendo não só o custo por quilometragem, como a racionalização dos percursos operados, em razão das distâncias, das vias de acesso, da natureza e peculiaridades das entregas dos nossos produtos e da rapidez do seu processamento.

27. Como é sabido, o sistema de transporte é considerado de natureza infra-estrutural, além de condicionar, por sua

natureza e pela dependência em que coloca outros setores da Emprêsa, o desenvolvimento harmônico de diversas Seções do complexo industrial. Assim é que a produção tem relação direta com o movimento de vendas, de modo que se devem desenvolver sintonizados, mas, ambos dependem do sistema de transportes e de sua eficiência, para que os resultados finais da comercialização dos produtos se apresentem em têrmos satisfatórios. Com efeito, de que valeria aumentar-se a produção (se tal fôr a hipótese aconselhável), para o que necessário seria ampliar as vendas na correspondência dêsse aumento, se não fôr possível assegurar o abastecimento em perfeitas condições? Para isso, o sistema só funcionaria harmônicamente se o transporte das mercadorias fôr assegurado no organograma estabelecido em função daqueles dois itens referidos.

28. Daí, a importância que dispensamos ao assunto, ainda mais grave, no nosso caso, por saber-se que a Companhia dispõe de uma frota antiquíssima, com veículos de diversas marcas, o que encarece sensìvelmente a sua manutenção, com pesadas despesas de reparações e consertos, obrigando a Emprêsa a manter um almoxarifado por demais oneroso, dada a diversidade e quantidade de peças de reposição. Tudo isso representa empate de capital, a sangrar o deficiente capital de giro da Emprêsa, aumentando o seu custo financeiro, já excessivamente alto e responsável, em grande parte, pelos resultados negativos revelados nos últimos balanços. Além dêsses aspectos, é de atentar-se para os prejuízos decorrentes do retardamento na entrega das mercadorias, em virtude do mau estado dos veículos e de suas condições de tráfego, acarretando graves conseqüências para o abastecimento.

29. Por tôdas essas razões se deu ênfase especial ao problema dos transportes da Companhia, que deve ser atacado com especial atenção e absoluta prioridade. Os trabalhos que ora vêm de ser iniciados, para o levantamento total da situação dêsse importante setor, estão a cargo de uma equipe de técnicos, altamente especializados, servindo tais estudos de base às decisões a serem tomadas oportunamente e com a brevidade que se faz mister, pela alta Administração da Emprêsa.

30. Não é de desprezar-se, igualmente, a hipótese de que resulte de tais estudos a convicção de ser mais conveniente para a Companhia passar a operar com veículos de terceiros, a exemplo do que já vem ocorrendo com outras grandes emprêsas desta Capital, se as condições e peculiaridades de nossos negócios aconselharam a opção por êsse sistema. Para êsse fim, tal item foi pôsto em destaque na agenda dos estudos de diagnóstico que estão sendo processados. Em qualquer hipótese, a decisão final a adotar-se terá resultado de estudos profundos, cuja elaboração constituiu uma de minhas primeiras preocupações, no curto prazo em que me acho no exercício da Presidência da Companhia.

IV — Do Departamento do Pessoal

31. O Departamento do Pessoal, por sua vez, já mereceu diversas providencias, no sentido de melhorar essencialmente as condições de seleção para os novos integrantes dos quadros da Companhia, combatendo-se de forma sistemática o fenômeno do "empreguismo", por sua total incompatibilidade com a natureza de uma emprêsa privada. Dêsse modo, o hábito das soluções políticas ou de favoritismo, no preenchimento das vagas existentes, será substituído pelo critério da seletividade de mérito, apurável através dos melhores padrões, tendo em vista a perfeita adaptabilidade do candidato a emprêgo às funções respectivas e sua comprovada capacidade para o seu exercício.

32. Face à necessidade de reorganizar todos os setores da Companhia, recompondo ou mantendo as atuais Chefias de Serviço com elementos que estejam, realmente, à altura das grandes responsabilidades de que cada um será investido, para o mais rigoroso cumprimento do programa administrativo que pretendemos executar, já se sente no Departamento do Pessoal o efeito dessa nova orientação, cabendo a êsse Departamento importante tarefa de colaboração

com a Alta Administração da Emprêsa, na consecução dêsse objetivo. Com efeito, já sendo de todos conhecidos os propósitos de renovação de valôres, de aproveitamento dos elementos realmente capazes, sem qualquer preocupação de ordem pessoal ou política, é de se creditar à atual Administração o ânimo de erradicar definitivamente dos hábitos da Emprêsa a permanência em cargos ou funções de responsabilidade de servidores que não se achem plenamente capacitados, instituindo-se, assim, também, nesse particular, o critério do merecimento para a ocupação de chefias ou quaisquer outros cargos de categoria administrativa ou técnica.

33. É certo que o Departamento do Pessoal se acha desaparelhado, com deficiência de material humano, em quantidade e qualidade, para o exercício pleno das novas e importantes responsabilidades que vêm de lhe ser cometidas, mas a Administração da Emprêsa, em obediência a êsse critério, lhe proporcionará os meios indispensáveis à melhor exercitação de suas tarefas, respeitados êsses postulados básicos.

34. Desejo assinalar, apenas, em breve parêntesis, que ainda à esfera do Departamento do Pessoal se vincula o problema da preparação ou, pelo menos, da coordenação e orientação de uma política de formação de técnicos e administradores, em número suficiente às necessidades da Companhia, não só em relação à atual situação, em que se observa sensível **deficit** de elementos categorizados ao exercício de determinadas funções, como, sobretudo, em relação aos planos futuros, segundo os quais é nosso desejo projetar a Emprêsa em todos os sentidos, impregnando na consciência de todos os seus servidores a imagem de uma **nova** Companhia Usinas Nacionais, dinâmica e eficiente.

35. Quanto ao funcionamento atual do Departamento do Pessoal e melhoria do seu aparelhamento, notadamente, numa de suas funções mais importantes, qual seja a do contrôle do pagamento do funcionalismo, pretendemos racionalizar o seu sistema, modernizando-o, através da simplificação do processo ora adotado, para isso utilizando os serviços do computador eletrônico, o que acarretará, além de melhor eficiência e rapidez dêsses serviços, apreciável economia de material e mão-de-obra, a exemplo que irá ocorrer em outros setores importantes da Emprêsa, já anteriormente referidos.

36. Voltando, entretanto, a abordar o assunto da preparação de elementos categorizados, para o exercício das mais relevantes funções nos quadros administrativos da CUN, não só das atualmente existentes, como das que se projetam para o futuro, trabalho, aliás, em que já se integrou com louvável empenho o eficiente Chefe do Departamento do Pessoal, Sr. João Justo de Freitas, parece-me indeclinável o dever de salientar que, muito embora disponha de excelente material humano, para a perfeita execução de suas tarefas, dentro das normas recomendáveis a uma emprêsa privada-modêlo, ressente-se a Companhia, já por falta de iniciativa, já por desestímulo de seus melhores valôres individuais, da formação de elementos capacitados ao exercício das funções de maior responsabilidade, e, sobretudo, de elementos-reserva, para essas mesmas funções, por fôrça das naturais mutações a que estão sujeitas as organizações dessa natureza.

37. Não se havia feito, até agora, uma escola de administradores e técnicos, capazes de propiciar aos elementos mais jovem ou que possam ser preparados para assumir os postos de responsabilidade a assimilação dos conhecimentos especializados necessários e o adestramento indispensável, capaz de torná-los aptos ao exercício de tais funções, quando para isso convocados. Para eliminar tais deficiências, iniciamos imediatamente contatos nas três mais categorizadas entidades do ramo, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), Pontifícia Universidade Católica (PUC) e Serviço Nacional de Assistência à Indústria (SENAI), já estando programados os primeiros cursos de seletividade, como sejam, os de gerência, administração, vendas, transporte, etc., em obediência a um critério de prioridade rigorosamente fixado, com a inscrição dos primeiros candidatos habilitados. A reali-

zação de tais cursos, especialmente os que serão ministrados pelo SENAI, visa a melhoria do nível técnico e profissional dos operários da Emprêsa, a cuja eficiência dedicamos, por igual, particular atenção. Segundo estamos programando, êsses cursos serão administrados, tanto quanto possível, na própria Emprêsa, por professôres especializados daquelas entidades, para maior comodidade dos seus freqüentadores e a fim de evitar solução de continuidade na execução de suas tarefas profissionais. Nesse sentido, o amplo auditório da Companhia, há muitos anos sem qualquer utilização, será aproveitado para a realização das aulas e palestras educativas, exibição de filmes, "slides" e demais programas instrutivos, a serem ministrados. É com satisfação que assinalacos já se terem efetivado os principais contatos e palestras preparatórias para a execução dêsse programa de caráter educacional, que considero dos melhores e mais rentáveis investimentos a realizar, pelos resultados positivos que nos poderão proporcionar e só obteníveis através do estudo ou do aperfeiçoamento profissional devidamente orientado.

38. Não me seria lícito, a esta altura, omitir o nome do Professor Alcyr Cavalcanti, antigo e dedicado funcionário da Companhia, elemento de comprovada experiência e tirocínio, em assuntos pedagógicos e de preparação profissional, que nos proporcionou inestimável contribuição no processamento de todos os contatos e elaboração de relatório sôbre a criação e manutenção dos cursos, de tão promissoras perspectivas para a vida da Companhia.

39. Em conclusão, pois, sôbre as principais atividades do Departamento ora assinalado, fica explícito — que o nosso lema básico, em matéria de pessoal, é reduzir os quantitativos atuais ao mínimo rigorosamente necessário, atentos à qualidade de seus integrantes, para remunerá-los ao máximo possível, na correspondência de seus valôres individuais, capacidade de trabalho, eficiência, produtividade e dedicação à Emprêsa. Na consecução dêsse objetivo, os cursos ora instituídos serão de relevante importância.

V — Da Inspetoria Geral de Vendas

40. No setor de vendas, um dos mais importantes da Companhia, também conseguimos, com a destacada atuação do seu Chefe, Danúbio Barbosa Lima, promover um levantamento completo das condições em que vinha operando, para sua total reformulação, eis que tal tipo de atividade nas emprêsas modernas vem sendo objeto de inovações verdadeiramente revolucionárias, já no que tange à sua estrutura interna, às suas condições peculiares de trabalho, visando sua melhor produtividade, já no que depende do trabalho externo dos seus elementos integrantes e do dinamismo e eficiência que devem imprimir às suas tarefas específicas. Tudo está sendo cuidadosamente examinado, para ajustá-lo a condições ideais de rendimento, em sintonia com os demais setores que lhe são afins, como o da produção, transportes, cobrança, etc. etc.

41. Assim é que procederemos a uma revisão geral do material humano de que dispomos, com minucioso exame, em cada caso particular, do atual quadro de vendedores, a fim de daptá-lo a um sistema mais dinâmico e eficiente, compatível com as modernas normas de vendas, do que resultará, òbviamente, o deslocamento dos inadaptáveis a essa nova sistemática, quer por inadequação a êsse tipo de trabalho de características especiais, quer por condições de saúde ou idade, além de outras circunstâncias que aconselhem um remanejamento nos seus efetivos. Tudo se fará, contudo, dentro do mais rigoroso senso de justiça e dos superiores interêsses da Emprêsa, sempre em função de critérios científicos, tendo em vista os aspectos de produtividade, relacionados com as atuais condições de trabalho, corretivos adequados etc. etc. Enquanto isso, serão examinados, concomitantemente, os problemas que se relacionam com a melhor forma de remuneração dos vendedores, novas modalidades de estímulo, funcionalidade do sistema e outras providências tendentes a obter resultados de plena eficiência dêsse setor, já que a comercialização do produto constitui fundamentalmente o ponto nevrálgico de todo o sistema empresarial.

42. Em complementação a tais medidas, já em princípio equacionadas, estamos cogitando da possível criação de um Quadro de Monitores ou Inspetores Seccionais, objetivando descentralizar a atual estrutura, como o que se obteria melhor funcionalidade, a par do exercício do mais eficiente contrôle das diversas áreas de abastecimento em que se divide o mercado consumidor. Integrando tal estrutura, examina-se, igualmente, para imediata criação, se fôr o caso, a hipótese de instituição de uma Comissão Central ou Coordenadora de Vendas, integrada de elementos com grande experiência nesse setor e de reconhecida competência, para supervisionar, em forma de colegiado, a política geral de vendas da Companhia, acompanhando **pari passu** o seu desenvolvimento e sugerindo à Alta Administração as providências tendentes à melhoria sempre crescente dos métodos de trabalho e das tarefas executivas dos integrantes do Quadro de Vendedores, para que dêles se possa obter o máximo rendimento. As suas atribuições seriam de caráter normativo, cabendo-lhe a supervisão de todo o setor e a fiscalização do processamento das vendas.

43. Para imediato estudo e exame da viabilidade e conveniência de por em prática tais providências, determinei a elaboração de um projeto de Regulamento de Vendas, no qual tôdas essas importantes sugestões serão devidamente focalizadas, em função do sistema integrado que se pretende implantar nesse setor de atividades da Companhia. À base dêsse projeto e dos dados já sob exame desta Presidência, será programada a orientação definitiva a imprimir-se à Inspetoria Geral de Vendas, que também ficará com os seus serviços racionalizados, com a extensão aos mesmos do processamento de dados, através do computador eletrônico.

4. Como medida de ordem prática e de urgência já foi determinado àquela Inspetoria a atualização do cadastro nominal dos compradores de nossos produtos, para efeito da elaboração de um plano de expansão de vendas, a ser estabelecido em conexão com os demais setores, dos quais poderá depender a maior ou menor elasticidade do abastecimento, já em decorrência da nova estrutura a ser adotada e dos novos rumos que estamos imprimindo em todos os serviços da Emprêsa.

45. Outra norma a ser imediatamente estabelecida é a de realização de reuniões periódicas dos vendedores da Companhia com a sua Alta Administração, não só pela conveniência de um contato mais direto com êsses auxiliares, como, sobretudo, para que se façam conhecer, com maior rapidez e sem trâmites burocráticos, através da troca direta de impressões entre êles e a Diretoria, os problemas que afetam o setor, possibilitando, assim, a adoção de medidas que assegurem a máxima eficiência de suas atividades, em caráter contínuo e permanente.

VI — Da Inspetoria Geral de Cobranças

46. A Inspetoria Geral de Cobranças é dos principais órgãos de que dispõe a Alta Administração da Companhia, para o melhor desempenho de suas atividades. Por sua importância, e a fim assegurar-se-lhe maior mobilidade em suas atividades específicas, aspecto já observado anteriormente à nossa gestão, foi a atual Inspetoria desmembrada da antiga Inspetoria Geral de Vendas, cuja nomenclatura compunha até então, como Seção de Contrôle de Cobranças.

47. É fácil imaginar a sua importância, sabendo-se, como se sabe, que é o órgão responsável pelo contrôle e policiamento da cobrança dos títulos de emissão da Companhia, cujo funcionamento em muito depende da presteza e eficiência do seu trabalho, proporcionando-lhe, como é de sua atribuição específica, maior ou menor fluxo de capital de giro, para atendimento das necessidades gerais da Emprêsa.

48. Com a autonomia da Inspetoria Geral de Cobranças, foi implantado um sistema próprio, sob sua vigilância imediata, que oferece maiores e melhores condições de fiscalização e segurança, por cliente, sistema êsse intimamente vinculado ao faturamento, cujo contrôle central foi, então, estabelecido.

49. É bem verdade que, em face das dificuldades encontradas para o recrutamento e seleção de pessoal habilitado, os seus serviços foram implantados deficientemente, apresentando, ainda hoje, sérias distorções que urge corrigir, para que atinja plenamente os seus objetivos. Assim é que, embora orgânicamente separada da Inspetoria Geral de Vendas, não dispõe o serviço de cobranças, quanto à exercitação dessa tarefa, de quadro próprio, sendo muitas de suas atribuições exercidas pelos vendedores, aspecto que merecerá nossa especial atenção, quer no sentido de aperfeiçoá-lo e dinamizá-lo, se fôr o caso, quer adotando-se nova sistemática, que nos pareça mais apropriada e eficiente. Também quanto ao equipamento mecânico e condições locais de trabalho, não se acha devidamente aparelhada a Inspetoria Geral de Cobranças, deficiências essas que serão prontamente corrigidas, sobretudo face à necessidade de atender convenientemente ao processamento de dados para o computador eletrônico, que abrangerá, igualmente, a área de atuação dêsse importante Departamento.

50. A Inspetoria Geral de Cobranças sofre, como os demais Departamentos da Emprêsa, dos reflexos resultantes da baixa remuneração de salário de seus servidores, problema crucial e dos mais importantes, e que influi diretamente na qualidade e eficiência dos respectivos trabalhos. Constitui uma das mais sérias preocupações da atual Administração, que empenhará todos os seus esforços, no sentido de melhorar seus níveis, dentro das condições em que possa fazê-lo.

VII — Do Departamento Técnico-Industrial

51. O Departamento Técnico Industrial, com a autonomia de que hoje desfruta no organograma geral da Emprêsa, a cuja Diretoria se acha diretamente ligado, foi criado em janeiro de 1965, muito embora as atividades e funções que lhe são próprias venham sendo exercidas por diversos órgãos assemelhados, desde 1938.

52. Será desnecessário enfatizar a importância e responsabilidade de órgão dessa natureza em emprêsa com as características da Companhias Usinas Nacionais. O elenco de suas atribuições ressalta, por si mesmo, o alto nível dêsse Departamento e as extraordinárias qualidades de competência, atributos profissionais e idoneidade técnica exigíveis no titular responsável por sua Chefia.

53. Assim é que se inserem, em breve sinopse, dentre as principais atribuições do Departamento Técnico-Industrial, as de pesquisa sôbre novos sistemas operacionais, planejamento, projeto e fiscalização da constrçuão e contrôle dos aparelhos e instalações técnicas do complexo industrial da Emprêsa, execução de estudos de expansão industrial, cooperação com o laboratório no Setor de Processos, participando da elaboração de experiências-pilôto e transformando em dimensão real os seus resultados positivos, além das importantes funções de assessoramento das gerências regionais sôbre reposição de equipos e obras nas respectivas refinarias, bem como da fiscalização dos setores técnicos regionais da Emprêsa, para efeito da elaboração dos seus boletins analíticos de contrôle industrial, culminando tantas das mais importantes atribuições dêsse Departamento com a execução de tôdas as tarefas da Engenharia Química, inclusive perícias e estimos internos, relativo à especialidade.

54. Cumpre-me salientar, nesta oportunidade, que dispenso a êsse setor técnico-industrial da Emprêsa e pelo que êle representa de importância no seu conjunto a melhor atenção, constituindo êle atividade de permanente observação, de parte da atual Administração, no sentido de dotar-lhe de tôdas as condições, para sua plena eficiência, como vem ocorrendo até hoje, muito embora as dificuldades que o têm afetado. A par disso, é meu pensamento, se as condições gerais o permitirem, levar a cabo qual se possa aferir, em profundidade, as condições de trabalho dêsse setor e modernizar tôda a parte técnico-industrial da emprêsa, tarefa cujo êxito estaria plenamente assegurado pela confiança absoluta que depositamos no seu titular, Dr. Vitório Pôrto, a cuja super-

visão serão deferidos tais estudos e a implantação dos projetos que dêles resultarem.

55. Aliás, em se falando no Departamento Técnico-Industrial da Companhia Usinas Nacionais, constituiria grave injustiça deixar de salientar, com o destaque devido, a atuação do Engenheiro Vitório Pôrto, por sua excepcionais qualidades de honestidade profissional, eficiência e dedicação à Emprêsa, de cujo patrimônio se constitui parte integrante, merecendo, pois, esta manifestação de reconhecimento. Nenhum condutor melhor qualificado, para a execução de programa de tal envergadura.

VIII — Comissão de Produtividade

56. Ainda visando o objetivo de assegurar à Companhia Usinas Nacionais condições de funcionalidade e eficiência capazes de propiciar-lhe situação de Emprêsa próspera e progressista, é meu propósito reorganizar a Comissão de Produtividade, cujo funcionamento foi tentado anteriormente, embora sem êxito, por motivos que não vem a pêlo perquirir, nesta oportunidade.

57. Trata-se de órgão de assessoramento da Diretoria, incumbido do estudo de assuntos e problemas de maior profundidade, o que possibilitará à Administração a prática de normas e procedimentos que muito contribuirão para a melhoria dos padrões técnicos e econômico-financeiros da Companhia.

58. Tal assistência é tanto mais necessária quanto é sabido que a emprêsa moderna tem uma função econômico-social ampla e complexa, devendo propiciar resultados que lhe assegurem meios para novos investimentos, remuneração e estímulos aos seus servidores e pagamento de dividendos e outras vantagens aos seus acionistas. E isso sòmente será possível obter com o aperfeiçoamento de seus padrões tecnológicos e operacionais, melhor integrando sua estrutura de direção e de seus serviços, em todos os escalões, de modo a capacitá-la a produzir e comercializar sempre com a indispensável eficiência, em seu sentido mais amplo e abrangedor.

59. No caso específico da Companhia, por se tratar de emprêsa cujos produtos se acham submetidos a rígido contrôle de preços, impõe-se à sua Administração redobrada vigilância, no sentido de conduzir as suas operações industriais e comerciais, com o máximo de aproveitamento dos fatôres de produção e produtividade. Torna-se, por isso mesmo, indispensável a observância do mais completo entrosamento de todos os fatôres de trabalho, em têrmos de pessoal e de recursos técnicos e econômico-financeiro.

60. Daí, a imperiosa necessidade de contar a Diretoria da Emprêsa com a colaboração permanente de um núcleo de assessoramento, constituído de economistas e técnicos de reconhecida competência e idoneidade e, assim, capacitados à execução de um trabalho integrado que vise identificar a situação da Emprêsa, através de levantamentos e análises, considerados os subsídios referentes à sua constituição e desenvolvimento, à organização e administração do pessoal, ao exame das instalações e métodos de trabalho, aos níveis dos custos dos seus produtos e do sistema de produção e venda.

61. Anima-me, sobretudo, na firme disposição de tudo fazer para o êxito dessa iniciativa a valiosa e eficiente colaboração do ilustre Consultor Jurídico da Companhia, Dr. Nelson Coutinho, a quem devo, aliás, os delineamentos gerais dêsse programa de ação. A êle, que tem sido não apenas um incentivador dessa iniciativa, mas que se constitui, sobretudo, num fator de segurança para o seu êxito, é de creditar-se a persistência nesse objetivo, a que tem dispensado o melhor de seu esfôrço e reconhecida dedicação.

CONCLUSÃO

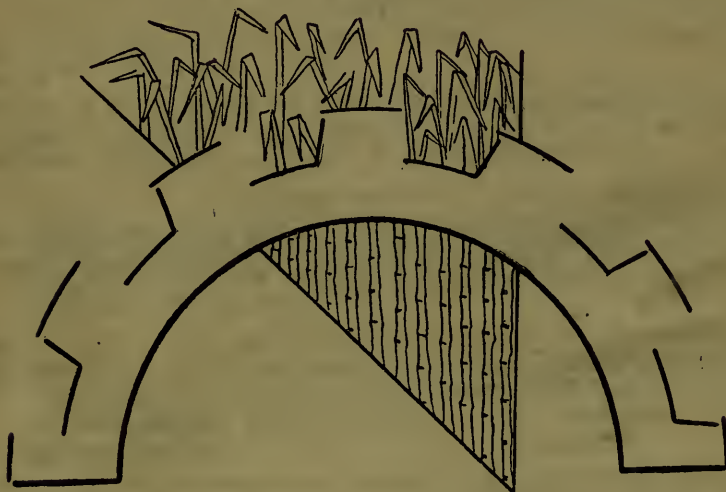
62. Creio ter focalizado no presente Relatório as linhas mestras de minha orientação, na condução dos negócios da Companhia Usinas Nacionais, bem como da filosofia que inspira o meu comportamento, dos meus métodos de trabalho e, principalmente, das medidas práticas já adotadas, sobretudo no ata-

que aos problemas fundamentais, de natureza estrutural da Emprêsa.

63. É certo que muitas outras providências já igualmente em curso, notadamente no que tange à orientação das unidades regionais, das refinarias situadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, bem como da fábrica de bebidas localizada nesta Capital, não foram aqui focalizadas, já porque pretendo dar maior dimensão aos problemas específicos dessas unidades, já pela prolixidade da presente exposição, que se limita, como visto, aos assuntos de base dessa grande organização.

64. Estruturada a Emprêsa em novos moldes, iniciada a arrancada para uma fase de organicidade indispensável à segurança de seu desenvolvimento, daremos maior assistência aos seus órgãos regionais, integrantes que são do seu complexo industrial.

65. Aí estão, para o julgamento dos mais argutos, um programa de ação, uma filosofia em que se mesclam problemas da mais pura pragmática e conceitos sociológicos, em que até caberia, muito embora paradoxal, aquela frase profunda do famoso Adam Smith, no seu "Teoria dos Sentimentos Morais": "Para que fim servem tôda a labuta e pressa dêste mundo? Qual o fim da avareza e ambição, da caça à riqueza, do poder e da precedência?" A resposta está com os "experts".

JOSÉ PESSOA DA SILVA
Presidente, em exercício

PRODUÇÃO DE ÁLCOOL

RESOLUÇÃO — N.º 2032, de vinte dois de agôsto de 1969.

ASSUNTO — Aprova o Plano de Defesa da Produção de Álcool, na safra de 1969/70.

O Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:

CAPÍTULO I

Da Produção

Art. 1.º — Na safra alcooleira de 1969/70, iniciada em 16 de junho nas destilarias da Região Centro-Sul, e em 1.º de setembro de 1969, nas destilarias situadas na Região Norte-Nordeste, o IAA procurará assegurar a defesa da produção nacional do álcool, estimada em cêrca de 460.000.000 de litros, sendo:

	Litros
Álcool Anidro	86.600.000
Álcool Hidratado	373.400.000
TOTAL	460.000.000

Parágrafo Único — Para garantia do abastecimento de álcool às indústrias do País, o escoamento da produção referida neste artigo deverá ser feito da seguinte forma:

		Litros
Para fins carburantes		61.600.000
Para fins industriais:		
Anidro	25.000.000	
Hidratado	373.400.000	398.400.000
TOTAL		460.000.000

Art. 2.º — Será considerada como obtida diretamente de cana ou mel rico a produção de álcool das destilarias anexas às usinas, que ultrapassar de sete (7) litros por saco de açúcar fabricado.

Parágrafo Único — Para efeito dêste artigo não será computado o álcool resultante da matéria-prima adquirida a quaisquer terceiros.

Art. 3.º — De acôrdo com a comunicação feita ao Conselho Nacional do Petróleo, a estimativa de até 61.600.000 litros de álcool anidro carburante a entregar às Companhias distribuidoras de gasolina, na

safra 1969/70, será repartida entre as destilarias dos seguintes Estados, onde as misturas carburantes se fazem econômicamente, sendo:

	Litros
Minas Gerais	1.200.000
Espírito Santo	1.800.000
Rio de Janeiro	17.000.000
São Paulo	30.000.000
Alagoas	2.600.000
Pernambuco	8.000.000
Paraíba	1.000.000
TOTAL	61.600.000

§ 1.º — Conforme o comportamento da safra e uma vez assegurado o suprimento de álcool para o consumo industrial, poderão ser aumentados, na proporção que se fizer necessária, os volumes de produção de que trata êste artigo, a critério do IAA.

§ 2.º — Dentro da quantidade estimada neste artigo, cabe ao Serviço do Álcool disciplinar a produção de álcool anidro carburante, podendo fixar cotas de produção para as destilarias de cada Estado, de conformidade com a estimativa de produção de cada unidade produtora.

§ 3.º — As parcelas e produção e entrega das usinas cooperadas serão controladas e distribuídas pelas Cooperativas de Usineiros que comercializarem os respectivos produtos, e as das não cooperadas pela Delegacia Regional do IAA.

§ 4.º — Poderá ser determinada, a qualquer momento, a suspensão de produção e recebimento pelo Instituto, de álcool anidro para fins carburantes, em qualquer Estado da Federação.

§ 5.º — As eventuais parcelas de produção estimadas para cada Estado, na forma dêste artigo, não realizadas por falta de matéria-prima ou por insuficiência da capacidade instalada, serão redistribuídas pelas destilarias dos demais Estados produtores que tenham condições para sua fabricação.

§ 6.º — Os volumes de álcool a entregar deverão obedecer às cotas mensais, a fim de que sejam mantidas proporções uniformes de mistura e não haja interrupção no fornecimento de álcool às Companhias distribuidoras de gasolina, durante a safra, ressalvada a hipótese do parágrafo anterior.

§ 7.º — As destilarias anidreiras que, eventualmente, não tenham condições técnicas para produzir álcool anidro carburante, em face de verificação prévia do órgão especializado do IAA, poderão, mediante acôrdo prèviamente homologado pelas Delegacias Regionais respectivas, permutar com outras destilarias a produção dos contingentes estabelecidos neste artigo.

Art. 4.º — A fim de assegurar a produção de álcool suficiente ao abastecimento do consumo do país, ficam as usinas que possuem destilarias anexas obrigadas a lotar a sua capacidade máxima de produção, em período correspondente à moagem para fabricação de açúcar acrescido de 30 (trinta) dias de destilação.

CAPÍTULO II

Dos Preços

Art. 5.º — Os preços de venda do álcool de qualquer tipo e graduação destinado ao consumo industrial serão aquêles que forem estabelecidos pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), e que figurarão em ATO a ser baixado pela Presidência do IAA, oportunamente.

Parágrafo Único — Aos preços do álcool de que trata êste artigo, será acrescida, para efeito de faturamento, a contribuição de NCr$ 0,01 (hum centavo de cruzeiros nôvo) por litro, criada pelo Decreto-Lei n.º 308, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 6.º — Nas operações de compra e venda de álcool de todos os tipos, aplicam-se a tabela e as normas aprovadas pela Portaria n.º 174, do Ministério da Indústria e do Comércio, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 1966, para o efeito da determinação das massas específicas e outras características das misturas álcool-água.

Parágrafo Único — O IAA, no prazo de noventa (90) dias, baixará ATO regulamentando os dispositivos da Portaria citada neste artigo.

Art. 7.º — O preço de venda do álcool anidro entregue pelo IAA às Companhias distribuidoras de gasolina e destinado à mistura carburante será de NCr$ 0,32.5 (trinta e dois centavos e cinco milésimos de cruzeiro nôvo) por litro, tendo em vista a que prescreve o artigo 1.º do Decreto n.º 59.190, de 8 de setembro de 1966, e considerando que êsse preço foi homologado pelo Conselho Nacional do Petróleo em .... 28-5-69, conforme comunicação feita ao IAA pelo ofício número 2.878, já se encontrando em vigor.

§ 1.º — Por conta do preço acima, pagarão as Companhias recebedoras de álcool diretamente ao IAA, valor idêntico ao preço da gasolina pôsto depósitos respectivos em cada região recebedora do álcool, fixado pelo Conselho Nacional do Petróleo em NCr$ 0,28.40.53.2 para o Estado de São Paulo e em NCr$ 0,28.23 por litro para os demais centros de entrega de álcool. O pagamento das diferenças para NCr$ 0,32.5 por litro ficará na dependência do adicional acrescido para êsse fim ao preço de venda da gasolina, fixado de comum acôrdo entre o IAA e o CNP.

§ 2.º — Do preço de venda fixado neste artigo, serão deduzidas tôdas as despesas operacionais de compra e venda do álcool anidro carburante, efetuadas pelo IAA, como sejam:

a) custo do transporte de álcool anidro das destilarias para o centro de mistura e as despesas de sua distribuição;

b) custo do transporte de melaço destinado às Destilarias Centrais do IAA, até o limite de NCr$ 2,50 (dois cruzeiros novos e cinqüenta centavos) por toneladas do produto;

c) custo da conservação dos vagões-tanque de propriedade do IAA à razão de NCr$ 0,001 (hum milésimo de cruzeiro nôvo) por litro de álcool anidro carburante e por quilo de melaço transportado;

d) custo da conservação dos caminhões-tanque de propriedade do IAA à razão de NCr$ 0,001 (hum milésimo de cruzeiro nôvo) por litro de álcool anidro carburante e por quilo de melaço transportado;

e) custo da conservação dos Entrepostos de Álcool do IAA à razão de NCr$ 0,001 (hum milésimo de cruzeiro nôvo) por litro de álcool estocado.

Art. 8.º — O IAA assegurará ao produtor os seguintes preços por litro de álcool anidro que lhe fôr entregue para fins carburantes dentro da estimativa indicada ao Conselho Nacional do Petróleo:

ÁLCOOL CARBURANTE	PREÇO INICIAL (NCr$)	PREÇO COMPLEMENTAR (NCr$)	TOTAL (NCr$)
Das destilarias de São Paulo	0,27.23	0,04.27	0,31.50
Idem do Rio de Janeiro	0,25.93	0,04.27	0,30.20
Idem do Espírito Santo	0,25.63	0,04.27	0,29.90
Idem de Minas Gerais	0,25.33	0,04.27	0,29.60
Idem dos Estados do Nordeste ..	0,24.46	0,04.27	0,28.73

§ 1.º — Os complementos de preço indicados neste artigo, sòmente serão concedidos desde que seja mantido pelo Conselho Nacional do Petróleo o preço de venda previsto no artigo anterior.

§2.º — Os produtores poderão emitir as Notas Fiscais correspondentes ao álcool anidro entregue ao IAA, delas fazendo constar o preço inicial e, em separado, na mesma Nota, também o valor do complementar, observado o disposto no § 1.º.

Art. 9.º — Os pagamentos do preço inicial do álcool anidro entregue pelo IAA para mistura carburante e da parcela complementar de que trata o artigo anterior, serão feitos, respectivamente, nos prazos máximos de 45 e 60 dias, contados da data da entrega do álcool.

Parágrafo Único — Os preços de álcool de que trata êste artigo vigorarão a partir de 1.º de janeiro de 1969, data da entrada em vigor dos novos preços dos derivados do petróleo.

Art. 10 — A contribuição de que trata o parágrafo unico do artigo 5.º, será recolhida aos órgãos arrecadadores do IAA ou da União, ao Banco do Brasil S/A, ou a outros estabelecimentos oficiais de crédito autorizados pelo IAA, até o último dia do mês subseqüente àquêle em que se verificar a saída do álcool por efeito de venda, empréstimo, permuta, doação ou destinação como matéria-prima para uso próprio ou de terceiros, observado, no que couber, o disposto no artigo 6.º, do Decreto-lei n.º 308, de 28 de fevereiro de 1967 e no artigo 1.º e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 56, de 18 de novembro de 1966.

§ 1.º — A falta de recolhimento da contribuição, na data em que se tornar exigível, sujeitará o infrator à multa de 50% (cinqüenta por cento) do respectivo valor, sem prejuízo do recolhimento das importâncias devidas.

§ 2.º — O infrator que, expontâneamente, antes de qualquer procedimento fiscal, recolher as importâncias devidas, incorrerá, tão sòmente, na multa de 10% (dez por cento).

§ 3.º — Sendo reincidente o infrator, a multa a que se refere o parágrafo 1.º dêste artigo, será imposta em dôbro.

CAPÍTULO III

Da Industrialização do Melaço

Art. 11 — O IAA, através de suas Destilarias Centrais, poderá adquirir, tendo em vista as respectivas capacidades de produção, mel residual das usinas, de conformidade com as especificações e preços da seguinte tabela, calculada com base no valor da parcela dedutiva daquela matéria-prima, constante da estrutura de preço do açúcar cristal, estabelecido na forma da decisão do Conselho Monetário Nacional, em sua reunião de 27 de maio de 1969:

Açúcares Redutores Totais (%)	Álcool obtido de uma tonelada de melaço (Litros)	Valor do Faturamento de melaço por tonelada (NCr$ 0,86 p/23,650 kg/sc, de mel de 55% de ART) (NCr$)
50	268	32,92
51	274	33,66
52	279	34,28
53	285	35,01
54	290	35,63
55	296	36,36
56	301	36,98
57	307	37,72
58	312	38,33
59	318	39,07
60	323	39,68
61	329	40,42
62	334	41,03
63	340	41,77
64	345	42 38
65	351	43,12
66	356	43,74
67	362	44,47
68	367	45,09
69	373	45,82
70	378	46,44

§ 1.º — Os preços estabelecidos na tabela constante dêste artigo serão pagos na condição PVU (pôsto vagão ou veículo na usina) correndo por conta do produtor o impôsto de circulação de mercadoria (ICM).

§ 2.º — Tendo em vista que, até o limite de NCr$ 2,50 (dois cruzeiros novos e cinqüenta centavos) por tonelada de melaço, a despesa de frete corre por conta da estrutura do preço do álcool anidro carburante, de acôrdo com o artigo 7.º, parágrafo 2.º item "b", desta Resolução, o excedente dêsse limite será debitado às Destilarias Centrais do IAA.

§ 3.º — O pagamento do melaço fornecido às Destilarias Centrais do IAA será feito contra a entrega do produto.

§ 4.º — Tôdas as vêzes em que a parcela dedutiva do mel residual fôr reajustada para valor diferente daquele constante da estrutura do

preço do açúcar cristal mencionado na Resolução n.º 2.028/69 o fornecedor de cana participará do seu reajustamento na mesma proporção.

Art. 12 — Os volumes de melaço considerados como os mínimos indispensáveis à industrialização nas Destilarias Centrais, para aquisição pelo IAA, são os seguintes:

ESTADOS	(toneladas)
Pernambuco	80.000
Alagoas	55.000
Rio de Janeiro	30.000
Minas Gerais	15.000
TOTAL	180.000

Parágrafo Único — Para cumprimento do disposto neste artigo poderão as Destilarias Centrais, em colaboração com as Delegacias Regionais do IAA, nos respectivos Estados, submeter ao Serviço do Álcool (SEAAI) proposta das usinas para a venda de melaço, mediante contrato, de acôrdo com as normas estabelecidas na Resolução n.º 2.030/69, de 13 de agôsto de 1969.

Art. 13 — O preço do álcool a ser fornecido à Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO) pelas Destilarias Centrais do IAA será, provisòriamente, o mesmo da safra anterior (NCr$ 0,21 exclusive impostos), devendo dentro de 30 (trinta) dias ser estabelecido o exato valor do preço de custo das referidas Destilarias, para o efeito de, se fôr o caso, se proceder à sua revisão.

§ 1.º — Ocorrendo a hipótese de redução no recebimento mensal por parte da COPERBO, será descontada do volume a produzir a parcela não recebida e, desde logo, liberada para produção de álcool anidro carburante ou exportação o respectivo melaço.

§ 2.º — Os eventuais deficits oriundos da industrialização de melaço nas Destilarias Centrais do IAA da região norte-nordeste, face aos compromissos de fornecimentos de álcool à COPERBO a preço de custo, correrão por conta da receita da contribuição de NCr$ 0,01 (hum centavo de cruzeiro nôvo), devida sôbre o álcool saído para fins industriais.

Art. 14 — O contingente de álcool a ser produzido pelas Destilarias Centrais da região Centro-Sul deverá ser de álcool anidro para a mistura carburante.

Parágrafo Único — Na hipótese de eventual necessidade da produção de anidro ou hidratado, para fins industriais, no interêsse do abastecimento do mercado, o álcool será vendido aos preços oficiais estabelecidos nesta Resolução.

CAPÍTULO IV

Das Exportações de Álcool e Mel Residual

Art. 15 — Sòmente será permitida aos produtores a exportação do contingente de álcool ou de mel residual que excederem às necessidades do consumo interno, tanto do álcool carburante, do álcool industrial, como do mel residual para suprimento das indústrias em funcionamento que utilizam essa matéria-prima, e após prévia autorizações das autoridades competentes, em cada caso concreto.

Art. 16 — Para a região Norte-Nordeste, na safra 1969/70, os contingentes de mel residual para exportação serão os abaixo discriminados, considerados como excedentes do consumo interno, sem prejuízo dos reajustamentos que venham a ser efetuados no curso daquela safra, se comprovada a existência de maiores ou menores disponibilidades:

	(toneladas métricas)
Alagoas	60.000
Pernambuco	50.000
TOTAL	110.000

§ 1.º — Os contingentes referidos neste artigo só poderão ser negociados para embarques em parcelas mensais, a partir de janeiro de 1970, ressalvada a hipótese de existência de excedentes, observada a norma do parágrafo seguinte.

§ 2.º — Cada embarque sòmente poderá ser autorizado desde que exista em estoque nas Destilarias Centrais do IAA mel residual suficiente para garantir o trabalho das fábricas em um mês de funcionamento normal.

Art. 17 — Os pedidos de licença para exportação de álcool ou mel residual serão normalmente submetidos à Carteira de Comércio Exterior (CACEX), do Banco do Brasil S/A, acompanhados de comprovação da venda, para o efeito de verificação pelo IAA de que se trata de exportação de excedentes das necessidades do consumo interno, na forma do artigo anterior e seus parágrafos.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 18 — A circulação e a distribuição do álcool, para fins industriais, disciplinadas pelo Decreto-lei n.º 5.998, de 18 de novembro de 1943, e revigoradas pelos Decretos-leis ns. 16, de 10 de agôsto de 1966, e 56, de 18 de novembro de 1966, serão reguladas pelas normas estabelecidas pela Resolução n.º 1993, de 3 de agôsto de 1967.

Parágrafo Único — Para efeito do disposto neste artigo, os saldos das Ordens de Entrega ficarão cancelados ao iniciar-se a nova safra, e os estoques de álcool remanescentes serão considerados disponibilidades desta última, sujeita sua saída à emissão de novas Ordens, observada, porém, a safra de origem, a fim de resguardar os efeitos estatísticos.

Art. 19 — O IAA e o Conselho Nacional do Petróleo estabelecerão, em convênio, os volumes de álcool a serem destinados à mistura carburante, visando a assegurar a utilização do parque alcooleiro do País.

Art. 20 — O IAA, na forma do artigo 7.º, do Decreto 25.174-A, de 3 de julho de 1948, fará as devidas comunicações ao Conselho Nacional do Petróleo, indicando as estimativas dos volumes de álcool a serem empregados, nesta safra, em mistura carburante.

Art. 21 — Continua dependente de autorização expressa do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Álcool, o fabrico de aguardente nas Destilarias de álcool.

Art. 22 — Os produtores de álcool ficam obrigados a comunicar prèviamente ao IAA tôdas as aquisições de açúcar, melaço e álcool para utilização na indústria do álcool.

§ 1.º — As usinas de açúcar produtoras de álcool deverão estocar em depósitos diferentes os méis adquiridos para a fabricação do álcool e os destinados a outros fins.

§ 2.º — A utilização de melaço em fins diversos da produção de álcool, deverá ser precedida de aviso ao fiscal da zona de jurisdição da usina, a fim de que êste possa promover as verificações necessárias.

Art. 23 — As Usinas que fabricam álcool com matéria-prima própria ou adquirida a terceiros, não poderão receber ou estocar melaço que não seja para seu uso próprio.

Art. 24 — Para verificação pelo SEAAI do cumprimento do disposto no art. 4.º, a Divisão de Arrecadação e Fiscalização providenciará levantamentos mensais das vendas de melaço realizadas pelas Usinas do País.

Art. 25 — A distribuição dos vagões-tanques de propriedade do IAA, a serem empregados no transporte de álcool anidro ou hidratado, será feita, exclusivamente, pelos órgãos do IAA, tendo sempre preferência o transporte do álcool produzido ou adquirido pelo IAA, na proporção da produção de cada destilaria.

§ 1.º — Sôbre o álcool industrial transportado nos vagões-tanques do IAA, será cobrada a quantia de NCr$ 0,002 (dois milésimos de cruzeiro nôvo) por litro, destinada às despesas de seguro e conservação dos mencionados vagões, a ser acrescida ao valor do frete.

§ 2.º — A estadia do vagão na Destilaria ou estação de descarga excedente de 48 (quarenta e oito) horas, será cobrada pelo IAA à razão de NCr$ 0,20 (vinte centavos de cruzeiro nôvo) por tonelada/tara e por dia indivisível.

Art. 26 — As infrações ao disposto nesta Resolução serão apuradas mediante processo fiscal, que terá por base o Auto de Infração, na forma da legislação em vigor.

Art. 27 — Para a observância dos prazos de pagamento a que se refere o artigo 9.º e o § 3.º do artigo 11, a Divisão de Controle e Finanças proverá de recursos as Delegacias Regionais respectivas.

Art. 28 — As usinas que não observarem qualquer das disposições desta Resolução, não se beneficiarão das medidas de defesa estabelecidas na Resolução 2.205/69, de 30 de abril de 1969, inclusive o de warrantagem de açúcar.

Art. 29 — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos vinte e dois dias do mês de agôsto do ano de mil novecentos e sessenta e nove.

Francisco Elias da Rosa Oiticica
Presidente

ENSAIOS SÔBRE MÉTODOS DE DOSAGEM DA POL DA CANA-DE-AÇÚCAR

O. VALSECHI (*)
E. R. DE OLIVEIRA (*)
M. A. A. CESAR (*)
H. DE CAMPOS (**)

1. INTRODUÇÃO

A utilização de métodos suficientemente precisos e de rápida execução, para uso em laboratórios industriais e de pesquisas tem sido uma das constantes preocupações dos técnicos.

A necessidade do uso de tais métodos, notadamente numa indústria, é óbvia, visto que, a correção das irregularidades operacionais depende, por via de regra, da obtenção rápida dos resultados analíticos.

Evidentemente, esta assertiva é também válida para as usinas de açúcar, porisso, os autores pretendem, neste trabalho, contribuir com a apresentação dos resultados obtidos para a dosagem da pol da cana, comparando métodos de extração da sacarose a quente e a frio.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Amostras de cana-de-açúcar das variedades Co 419 e CB 41-76 foram desintegradas em um desfibrador "Mausa" e homogeneizadas segundo a técnica adotada por ALMEIDA (1952), efetuando-se 44 repetições de cada um dos seguintes métodos.

(a) Método de NORRIS (H.S.T., 1955) aqui chamado Método **I**:

— pesar 100 g de cana desintegrada no recipiente próprio do digestor de NORRIS, prèviamente tarado (seja **T** a tara);

— adicionar 500 ml de água destilada e 5 ml de solução de Na_2CO_3 a 5%;

— colocar o conjunto no vaso do aparelho, que funciona como um banho-maria, contendo água aquecida à ebulição, mantendo-o nesta condição por 1 h;

— resfriar o extrato, enxugar o recipiente exteriormente e pesar o conjunto (seja **P**);

— transferir, aproximadamente, 200 ml de extrato coado à um bequer de 500 ml:

(*) Professôres do Departamento de Tecnologia Rural, E.S.A. — "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo.
(**) Professor do Departamento de Matemática e Estatística, da mesma Escola.

— clarificar o extrato pela adição de suficiente quantidade de sal de Horne — Pb $(CH_3COO)_2$ 2PbO — homogeneizar;

— flitrar, desprezando os primeiros 25 ml de filtrado; com o restante, encher um tubo polarimétrico de 400 mm e efetuar a leitura no sacarímetro;

— determinar, à parte, o teor de fibra (F) do material em análise, segundo o procedimento australiano (MEADE, 1964).

O cálculo é feito pela fórmula:

Pol da cana = 0,0013 × L × (600 — F)

(b) Método de ZAMARON (LEME JR. & BORGES, 1965), aqui denominado Método **II**:

— pesar em um saquinho de algodão, adaptado ao cêsto perfurado do digestor de ZAMARON, 50 g de cana desintegrada;

— adaptar o cêsto ao vaso do digestor; juntar 200 ml de água destilada e 1 ml de solução da $Ba(OH)_2$ a 5%;

— aquecer o conjunto, deixando o líquido em ebulição por 5 min;

— transferir o extrato à um balão de 1000 ml contendo 5 ml da solução de Pb $(CH_3COO)_2 . 3H_2O$ a 54,3° Brix, comprimindo o material com o êmbolo, de modo a retirar o maior volume possível de extrato;

— repetir as operações anteriores por mais 4 vêzes, juntando-se, porém, 150 ml de água e O,5 ml de solução de bário, de cada vez;

— esfriar o extrato obtido, adicionar 2 ml da mistura em partes iguais de Na_2HPO_4 a 7% e $K_2C_2O_4 . H_2O$ a 3%, completar o volume com água destilada e homogeneizar;

— flitrar, rejeitando os primeiros 25 ml de filtrado; encher um tubo polarimétrico de 400 mm e efetuar a leitura no sacarímetro (seja **L**).

O cálculo é feito pela fórmula seguinte:

Pol da cana = 2,6 × L

(c) Método III, segundo o procedimento seguinte (*)

— pesar 100 g de cana desintegrada no corpo metálico de um liquificador, tipo doméstico e adicionar 500 ml de água destilada;

— adaptar o copo do aparelho e acioná-lo por 10 min.;

— após a extração, transferir, aproximadamente, 200 ml de extrato coado e resfriado, à um béquer, juntando, em seguida, uma quantidade suficiente de sal de Horne — Pb $(CH_3COO)_2$. PbO para a sua clarificação; homogeneizar;

— filtrar, desprezando os primeiros 25 ml; com o filtrado restante, encher um tubo polarimétrico de 200 mm e efetuar a leitura (seja **L**);

— determinar, paralelamente, o teor de umidade (U) da amostra, pela secagem de 100 g da mesma em uma estufa aquecida a 100° C até pêso constante.

O cálculo é feito pela fórmula:

Pol da cana = 0,0026 L (500 + U)

(d) Método IV. A marcha analítica é semelhante a do método anterior, com a diferença que o pêso de extrato, necessário ao cálculo final, é determinado em função do teor de fibra (F) da amostra em análise, motivo pelo qual êste componente deve ser dosado a parte, pelo método australiano (MEADE, 1964) ou equivalente.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

Pol da cana = 0,0026 L (600 — F)

(*) Êste método adota o mesmo princípio de extração da sacarose a frio, utilizado por BUCHANAN (1966).

3. RESULTADOS OBTIDOS

Quadro I — Resultados obtidos para os 4 métodos ensaiados

Os resultados obtidos acham-se inseridos no Quadro I.

N.º	Mét. I	Mét. II	Mét. III	Mét. IV	N.º	Mét. I	Mét. II	Mét. III	Mét. IV
1	15,03	14,82	14,89	15,23	23	16,35	15,86	16,27	16,70
2	14,07	13,78	13,80	14,11	24	15,31	15,08	15,16	15,50
3	16,12	15,60	16,02	16,37	25	13,06	12,48	13,71	13,94
4	15,85	13,50	13,87	16,19	26	13,47	13,78	12,94	13,18
5	10,54	11,70	11,02	11,21	27	11,31	10,66	10,59	10,74
6	12,02	10,40	12,08	12,29	28	11,61	11,18	10,90	11,06
7	14,18	13,78	14,86	15,20	29	13,86	13,52	14,17	14,44
8	13,92	13,78	13,94	14,27	30	13,00	12,74	13,14	13,35
9	15,71	15,08	16,05	16,39	31	10,41	10,66	10,57	10,77
10	16,09	15,34	16,34	16,73	32	9.16	10,14	9,08	9,24
11	16,19	15,86	16,11	16,52	33	12,17	11,70	11,41	11,64
12	16,04	15,86	15,70	16,06	34	12,08	11,70	11,75	11,97
13	13,67	13,78	14,19	14,59	35	12,69	13,78	14,13	14,40
14	12,95	13,26	13,85	14,12	36	14,42	14,82	15,31	15,61
15	15,63	16,38	17,03	17,49	37	17,36	17,16	17,28	17,75
16	15,96	15,60	15,88	16,16	38	12,55	12,22	13,08	13,36
17	16,04	15,86	16,00	16,32	39	12,71	11,96	12,18	12,44
18	15,77	16,12	16,42	16,82	40	17,96	16,90	17,56	18,06
19	15,69	15,08	15,87	16,22	41	13,26	13,00	13,09	13,35
20	15,21	14,30	14,84	15,14	42	14,05	13,26	13,36	14,74
21	15,35	15,08	14,74	15,14	43	13,04	12,22	12,49	12,72
22	15,21	14,30	14,66	15,00	44	13,52	12,74	12,84	12,98

4. ANÁLISE ESTATÍSTICA E DISCUSSÃO

A análise estatística foi efetuada segundo o esquema de "Blocos Casualizados", considerando-se cada amostra como um bloco.

O componente "Métodos" foi significativo ao nível de 1% de probabilidade, sugerindo o desdobramento dos seus graus de liberdade para um melhor discernimento dos mesmos, o que pode ser visto em seqüência (Quadro II).

Quadro II. Análise da variância com desdobramento dos graus de liberdade para "Métodos"

Causa de variação	GL	F
Blocos	43	
Mét II vs (I + III + IV)	1	35,14++
Mét. (I + III vs IV	1	22,86++
Mét. I vs III	1	0,14 n. s.
(Métodos)	(3)	
Resíduo	129	
Total	175	

Pelos resultados do teste F pode-se observar que o Método II difere significativamente, ao nível de 1% de probabilidade, dos demais.

Os métodos I e III, também, diferem do método IV a 1% de probabilidade, enquanto que, entre os métodos I e III não se observou diferença estatística.

O coeficiente de variação do ensaio foi de 2,85%.

As médias de cada método, tôdas com um êrro padrão de 0,061%, foram as seguintes:

Método I 14,10%;
Método II 13,79%;
Método III 14,07%;
Método IV .... 14,44%.

A diferença mínima significativa, calculada pelo teste de Tukey foi de 0,23%, à 5% de probabilidade, conduzindo aos seguintes resultados (Quadro III).

Quadro III — Diferenças e significâncias entre os contrastes, pelo teste de Tukey à 5% de probabilidade

Constraste	Diferença	Significância
Método I × II	0,31	X
Método I × III	0,03	n.s.
Método I × IV	0,34	X
Método II × III	0,28	X
Método II × IV	0.65	X
Método III × IV	0,37	X

Como se vê, com exceção do contraste Método I × III, em todos os demais, diferenças estatísticas foram observadas. A maior diferença numérica coube ao contraste Método II × IV.

Sob o ponto de vista da eficiência da extração e, portanto, da precisão, o método IV foi o melhor, vindo em seguida os métodos I e III, iguais entre si.

O clássico método de ZAMARON (Método II) apesar de ainda ser usado em nosso meio, foi abandonado, há muito tempo, em outros centros açucareiros, por ser um método mais trabalhoso e menos preciso. A única vantagem, aliás não desprezível, é a de dispensar a determinação da umidade ou da fibra da amostra, para o cálculo final da pol. Todavia, esta vantagem é válida quando se visa sòmente a dosagem da pol, mas como a umidade da cana é de fácil e rápida determinação e a fibra da cana é um dado normalmente obtido nos laboratórios açucareiros, aquela vantagem fica bastante minimizada.

5. RESUMO E CONCLUSÕES

O objetivo do ensaio foi o de comparar 4 métodos para a dosagem da pol da cana. Dois dêles, o de NORRIS e o de ZAMARON, efetuam a extração da sacarose a quente, enquanto os restantes, utilizam o princípio da extração a frio, por meio de um liquidificador tipo doméstico com copo metálico.

As principais conclusões inferidas, dentro das condições experimentais do ensaio, foram as seguintes:

(a) O método de extração a frio que utiliza o teor de fibra da amostra (Método IV) para o cálculo da pol foi o mais preciso;

(b) O método de NORRIS (Método I) e o método de extração a frio que utiliza o teor de umidade da amostra para o cálculo da pol (Método III) mostraram uma precisão intermediária;

(c) As diferenças percentuais entre os Métodos I e III em relação ao Método IV foram de 2.36 e 2,56, respectivamente;

(d) O método menos perciso foi o de ZAMARON (Método II), com uma diferença percentual, em relação ao Método IV, da ordem de 4,5%;

(e) O tempo necessário para a extração da sacarose foi menor para os Métodos III e IV;

(f) Os métodos III e IV devem ser recomendados devido ao tempo de execução, à precisão e ao custo.

6. SUMMARY

Four Methods of cane pol determinations have been compared. Forty four replications of each one of the following treatments were made:

(a) Method I or NORRIS' Method (H.S.T., 1955);

(b) Method II or ZAMARON'S Method (LEME JR. & BORGES, 1965);

(c) Method III or Cold Extration Method, using the domestic blendor, according to the following technique;

— Weigh 100 g of the disintegrated sample in the container of the blendor, add 500 mil of water and mix for 10 minutes;

— Strain ca. 200 ml of the extract, add sufficient Horne's dry lead and shake well;

— Filter, discarding the first 25 ml. Cover the funnel with a wath glass while filtering;

— Make a saccharimetre reading in a 200 mm tube, first rinsing the tube with a portion of the filtrate;

— Determine also, the moisture % cane.

Calculations:

Pol % cane = 0,0026 Saccahrimeter reading (500 + moisture % cane).

(d) Method IV or Cold Extraction Method using the sametechnique of the previous method bus using the fiber % cane for the calculations.

Calcuations:

Pol % cane = 0,0026 Saccharimeter reading (600 — fiber % cane).

The results are summarized in Table I.

The statistical analysis of the data showed that:

(a) Method I Vis the most accurate;

(b) Treatment differences for Method I and II were not significants;

(c) Operation times were shorter for Methods II and IV;

(d) Methods III and IV showed lower cost.

7. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, *J. R., O. Valsechi, E. P. Gomes, F. P. Gomes, E. M. Cardoso, e N. Camolesi, 1952 — El florescimento en la variedad de caña Co 421. Mem. Conf. An., Asoc. de Tec. Azuc. de Cuba.*

BUCHANAN, *E. J., 1966 — Direct sampling and analysis of individual canc consignments. S. African Sug. J., 50 (11) : 1049 - 1059.*

HAWAIIAN SUGAR TECHNOLOGISTS, *1955 — Official Methods of Cane Sugar Factories. Honolulu : 58.*

LEME *JR., J. & J. M. Borges, 1965 — Açúcar de Cana. Imp. Univ., U.R.E.MG., Viçosa : 261 - 262.*

MEADE, *G. P., 1964 — Cane Sugar Handbook, 9.ª ed., John Wiley & Sons Inc., Nova York : 542.*

MERCADO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

INFORMAÇÃO DE M. GOLODETZ

De Nova York, reproduzimos a correspondência de 13 de outubro sôbre o movimento açucareiro internacional na quinzena anterior àquela data. A mais recente alteração no mercado oscilante foi uma elevação de aproximadamente vinte pontos em Nova York e uma equivalente em Londres. Confirmando essa recuperação, estêve o pedido de fornecimento de Saigon, onde oito carregamentos, — quatro refinados e quatro do produto bruto, — foram aparentemente adquiridos. Segundo vários relatos, êsses carregamentos incluiram um finlandês, um holandês e talvez um turco, relativamente aos refinados, e quanto ao produto bruto, os fornecedores foram a Argentina, o Brasil e Moçambique. Os preços quase nada significam neste caso particular, entretanto refletiram um valor para o produto bruto do hemisfério ocidental de cêrca de US$ .... 0.3,00/3,10 F.O.B. estivado e de cêrca de $ 80/82 F.O.B. estivado para os refinados em causa.

Um mercado elevado e sustentado, entretanto, parece improvável. Há muitos fatôres baixistas. Em primeiro lugar, a safra européia que foi estimada em quantidade ligeiramente superior à de 1968/69. Em segundo lugar, o Japão, que parece estar confortável com um grande excedente (cêrca de 500.000 toneladas) de açúcar bruto para 1970. Como resultado disso, as compras japonêsas para o primeiro semestre de 1970 podem ser menores do que as dêste ano e certamente não há pressão sôbre os refinadores, pois o excedente, mais a produção das ilhas Ryuku cobrem as necessidades até a primavera. Conseqüentemente, vimos as negociações com Cuba se interromperem quando êsse país pediu o preço diário londrino mais 30/ — e depois, relutantemente, abriu mão de um xelim, encontrando assim mesmo os refinadores retraídos. Talvez tenha que ocorrer um período de resfriamento antes que se consume qualquer transação. Cuba parece desejosa de fornecer qualquer quantidade que os japoneses desejam, e depois dela, prontas e em expectativas, estão a Austrália e a África do Sul. Formosa não exercerá pressão de venda pois sua safra sofreu danos com os recentes tufões, esperando-se que desça cêrca de 100.000 toneladas do nível anteriormente previsto, de 750 a 800.000 toneladas. Não obstante, alguns açúcares de Formosa serão encaminhados ao Japão. Em terceiro lugar, o Acôrdo Internacional do Açúcar talvez tenha menos habilidade para reduzir os fornecimentos em 1970 do que a teve em 1969. Em quarto lugar, a safra cubana se antecipa grande e finalmente a escassêz de açúcar bruto de cana do hemisfério ocidental cessará em breve, tão logo os açúcares de 1970 se tornem disponíveis.

O recente encontro do Comité Executivo da Organização Internacional do Açúcar nada produziu digno de nota. Foi convocada uma reunião plenária do Conselho da Organização para 17 de novembro, quando, entre outras matérias, deverá ser fixada a quota inicial básica para 1970. Espera-se que atinja 90% das toneladas básicas (a menos que o mercado por essa época seja muito diferente do que é hoje).

A Suécia informou o desejo de adquirir em breve 60.000 toneladas do produto refinado para estocagem. A safra sueca parece ser bem pobre, sendo estimada em 225.000 toneladas.

O Mercado Comum Europeu deverá começar a garantir subsídios para a exportação de açúcar. Pormenores, contudo, quanto

ao procedimento não foram ainda revelados — até à data desta correspondência. As disponibilidades são previstas entre 300.000 e 600.000 toneladas.

Dois carregamentos de açúcar bruto colombiano para embarque ainda em 1969 foram vendidos a intermediários a cêrca de US$0.2,90, F.O.B., estivado. O Ceilão adquiriu um carregamento de açúcar refinado tcheco para embarque em fevereiro a £ 36.10.0, pagamento por acôrdo de compensação. Um ou dois carregamentos do produto refinado, da Alemanha Ocidental, foram vendidos, um declaradamente para o Reino Unido a £ 28.10.0 C.I.F. Um carregamento de açúcar bruto polonês foi vendido a um intermediário londrino a cêrca de £ 27.0.0. F.O.B., estivado. O Uruguai deveria em breve anunciar o pedido de fornecimento de -10 a 20.000 toneladas do produto bruto, para entrega em 1970. A safra uruguaia não parece ser boa. O mercado norte-americano tem-se mantido firme, com o preço se. elevando para US$0.7,88.

Em carta de Londres, datada de 23 de setembro, dá-nos a firma M. Golodetz suas informações e observações sôbre o mercado açucareiro mundial, as quais a seguir reproduzimos.

No começo de setembro a Organização Internacional do Açúcar anunciou que a maioria dos fatôres responsáveis pela recente queda nos preços do açúcar não deverá influência permanente sôbre o mercado. Os cortes para 1969 deverão ser da ordem de 700.000 toneladas, não podem ser redistribuídos e assim, portanto, deverão ser considerados como retirados do mercado. O anúncio foi desapontador para o mercado, tanto mais que os cortes há longo tempo vinham sendo descontados.

Os países signatários e não-signatários continuam reduzindo os preços dos açúcares refinados estabelecidos pela Organização Internacional. Cuba afirma ter já vendido tudo para entrega prevista em 1969. A República Dominicana retirou-se do mercado devido aos baixos preços mundiais e a África Oriental pode pedir à Organização Internacional que lhe deixe vender sua quota de 1969 em 1970 para evitar ter de vender seu produto neste ano a preços abaixo do preço-chão indicado pela Organização Internacional.

Cifras das ilhas Maurício: produção total do ano-safra 1968: 587.155 toneladas longas; 1969 (estimativa revista): 650.000 94.980 toneladas longas; da safra de 1969: 686.000 idem. Total de fornecimentos exportáveis: 714.890 toneladas longas. Exportadas até o fim de agôsto de 1969: toneladas longas; fornecimentos exportáveis (ano civil de 1969) — da safra de 1968: 239.010 toneladas longas. Restante de fornecimentos exportáveis: 475.880 toneladas longas.

A despeito dos danos causados pelas enchentes, a produção indiana de açúcar neste ano excederá 3.550.000 toneladas, segundo o Conselho de Desenvolvimento da Indústria Açucareira Indiana. Êste nível record supera tôdas as expectativas anteriores.

A colheita européia começou agora. As opiniões variam quanto ao resultado, mas até o momento não há indicações de alterações que escapem muito da média. A opinião popular de que Cuba não produzirá mais do que seis e meio milhões de toneladas continua a prevalecer. O consumo mundial continua a crescer mais do que dois por cento ao ano. Parece agora que os dias de excesso do produto são coisa do passado e 1970 será um ano de preços melhores. Talvez a queda dos valôres tenha sido exagerada e em breve poderemos ver, possìvelmente, uma reação. Entrementes, açúcar refinado barato europeu continua a ser transacionado e a ser oferecido, deprimindo assim qualquer avanço no preço do produto disponível.

No começo dêste mês, Israel adquiriu 20 mil toneladas de açúcar cristal a $ 63,50 a tonelada métrica F.O.B. portos Mediterrâneo. O Marrocos comprou 30.000 tonecêrca de $ 65,00 a tonelada métrica, custo e frete; e o Ceilão 40.000 toneladas de açúcar da Polônia e da Alemanha Oriental para pagamento a £ 10s 10d a tonelada métrica, custo e frete.

Na semana anterior a esta correspondência houve pouca transação de açúcar disponível. Dois fatos dignos de nota foram a venda de um carregamento de açúcar refinado polonês, a £ 25 12s 6d a tonelada métrica a granel, segundo se informou, para entrega em outumro/novembro, e uma partida de cristais da Alemanha Oriental a uma refinaria britânica a £ 27 11s 6d a tonelada longa C.I.F.

Em 8 de outubro Saigon iria solicitar o fornecimento de 40.000 toneladas do produto refinado e 30.000 de açúcar bruto para recebimento na capital sul-vietnamita durante os meses de novembro e dezembro.

BIBLIOGRAFIA

AÇÚCAR - COMÉRCIO

AHLFELD, — Desenvolvimento do mercado açucareiro mundial. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 40 (1): 73-5, Jun. 1952.

AHLFELD, Hugo — Existências mundiales en las paises exportados. *La Indusria azucareira,* Buenos Aires, 72 (880): 79-82, Mar. 1967.

AHLFELD, Hugo — Indican las estadísticas que la situación del azúcar no es tan mala como se temía. *La Industria azucarera,* Buenos Aires, 72 (879): 39-40, Feb. 1967.

AHLFELD, Hugo — The situation of the world sugar indutry at the beginnig new international negotiations. *F.O. Licht's sugar international service.* Hamburg; 82 (6): 1-3, Jun. 1950.

AHLFELD, Hugo — The statistical position of the free world sugar marketin 1961. *F. O. Licht's internetional sugar report. Hamburg,* 92 (10): 91-100, Oct. 1960.

AHLFELD, Hugo — The statistical situation of the world free market. *F. O. Licht's information service,* Hamburg, 84 (1): 1-3, Jan. 1952.

AHLFELD, Hugo — La tendencia de los precios mundiales continúa supeditado a la reducción de las disponibilidades. *La Industria azucarera,* Buenos Aires, 71 (862): 315-16. Sept. 1965.

ANDRADE, Antônio Calos Ribeiro de — Considerações candidas, e imparciaes sôbre a natureza e importância comparativa das ilhas britânicas, francesas das Indias Ocidentais, nas quais se estabelece o valor, e conseqüências das ílhas de Santa Lucia, e Granada... Lisbôa, Of. da Casa Literária do Arco do Cego, 1800. 210 p. il. 22 cm.

ASCHER, Geraldo — The sugar trader. *Sugar Journal,* New Orleans, 29 (30-8): 35, Jan. 1968.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José — O açúcar e o mercado internacional. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 25 (4): 316-17, Abr. 1945.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José — O comércio internacional do açúcar. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 24 (4): 341-42, Out. 1944.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José — Cuba e o mercado de açúcar. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 27 (3): 245-46, Mar. 1946.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José — Mato-Grosso e o açúcar. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 27 (4): 343-44, Abr. 1946.

BETETA, Arturo — A grande importação de açúcar cubano pelo México. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 19 (6): 602-4, Jun. 1942.

BOLÍVIA, Ministério de Economia Nacional — La produccion nacional y las importaciones. In: *La indústria azucarera en 1963.* La Paz, 1964. Cap. 3, p. 37-41.

LA BOLSA de azucar y café de Nueva York celebra su 50.º aniversário. *Sugar y Azucar,* New York, 61 (12): 51, Dec. 1966.

BOUCHARDET, Mário — O IAA industrial, comerciante e beneficente. In: ——*Em derredor do Instituto do Açúcar e do Ácool.* Rio Branco, João

Ferreira Brito, 1942. Cap. 10, p. 196-298.
BRASIL. Instituto do Açúcar e do Ácool — Grande mercado interno. In: —— *A economia açucareira do Brasil; síntese informativa*. Rio de Janeiro, 1967. p. 13-17.
BRASIL. Instituto do Açúcar e do Álcool. Assessoria Econômica da Presidência — Mercado externo. In: ——*A conjuntura açucareira; análise do comportamento da safra de 1962-63 e das prespectivas para a próxima 1963-64*. R. de Janeiro, 1963, p. 11-16.
COSTA FILHO, Miguel — Os Estados Unidos e o nosso comércio de açúcar. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, 19 (4): 397-400, Abr. 1942.
COSTO, precio y consumo. *La Indústria azucarera*, Buenos Aires, 73 (889): 355, Dic. 1967.
CONSELHO Internacional do Açúcar, Londres — World sugar trade B. organisation of world sugar markets. *Ins* —— *The world sugar economy struture and policies*. London, Internacional sugar council, 1963. Pat. 3, v. 2, p. 16é-351.
COUTINHO, Nelson — Condições particulares do mercado açucareiro internacional e suas possibilidades. In: —— *Economia açucareira nacional*. Rio de Janeiro, I.A.A., 1948. Cap. 7 p. 93-115.
COUTINHO, Nelson — Contigentamento da produção açucareira e a expansão do consumo de açúcar no Brasil, exportações, para os mercados externos. In: —— *Aspectos históricos, técnicos e econômicos da economia agro-industrial canavieira*. Recife, I.A.A., 1958. Cap. 5, p. 30-42.
CUNHA, Vasco Leitão da — O Brasil no mercado de açúcar. *Digesto econômico*, São Paulo, 23 (198): 26-30, nov./dez. 1967.
CZARNIKOW, C. — A situação do mercado açucareiro ante a guerra. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, 14 (5): 27, nov. 1939.
DAY, Alec H. — A guerra e o comércio açucareiro na Inglaterrra. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, 15 (4): 336-38, abr. 1940.
DILLNER, Gunther — Um estudo particularizado sôbre a regulação dos mercados, *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, 18 (4): 273-80, out. 1941; 19 (-): 74-8, jan. 1942; 19 (2): 161-66, fev. 1942; 19 (4): 405-17, abr. 1942.
D.O.C. Emprêsas Consorciadas Ltda., Rio de Janrieo — Mercado e produção. In: —— *Terminal açucareiro do Recife; estudo de viabilidade*. Rio de Janeiro, 1968. Cap. 2.
DUBRUNFAUT, M. — Le sucre; dans ses rapports avec la science, l'agriculture, l'industrie, le commerce, l'économie publique et administrative, etc. ou études faites depuis 1866 sur la question des sucres. Paris, Gauthier-Villars, 1873-1878. 2v. 22 cm.
ESTIMASE que al 31 de agôsto habría un excedente mundial "record" de 20.270.000 toneladas métricas. *La Indústria azucarera*, buenos Aires, 72 (873): 227, Ago. 1966.
FINAL sugar price, 1965. *The Austrian Sugar Journal*, Brisbane, 58 (2): 139, May, 1966.
FISCHER, Evan — Que importância tiene el mercado mundial de azucar. *Sugar y Azucar*, New York, 62 (1): 51, Jan. 1967.
FÔLHA da manhã, Recife — A indústria açucareira em face da esperada guerra européia. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, 13 (4): 37, jun. 1939.
GOLODETZ, M. — Desde Londres; adiós al optismo en 1968.*La Indústria azucareira*, Buenos Aires, 74 (896): 166, Jul. 1968.
GOLODETZ, M. — Dificuldades en Genebra para conciliar los intereses de importadores y exportadores. Dase por segura la merma, de la produción de Cuba, Puerto Rico, Perú y Colombia. *La Industria Azucarera*, Buenos Aires, 73 (893): 89, Abr. 68.
GOLODETZ, M. Mercado internacional do açúcar. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, 71 (5): 107-8, maio. 1968.
GROTKASS, R. — Alemanha, primeiro mercado açucareiro do mundo. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, 17 (3): 286, mar. 1941.
GUERRA Y SANCHE, Ramiro — La indústria azucarera de Cuba su importancia nacional, su organización, sus mercados, su situación actual. Habana, Cultural, 1940. 301 p. 22 cm.

GUTIERREZ VALIADON, Viriato — El sistema de unificacion de las ventas, como medio de lograr las vantajas del tratajas del tratado de reciprocidade comercial entre Cuba Y los Estados Unidos de America. In: —— *El problema mundial del azucar, 2. ed.* Madrid, Galle Oficios, 1952. Cap. 5. p. 119-24.

KHAITAN, Matadin — Sugar distrition. *India Sugar,* Calcutta, 15 (5): BFT, Aug. 1965.

KRAUS, Hany — Para mejorar el mercado mundial del azucar es necessário nivelar la producción com el consumo. *La Indústria azucarera,* Buenos Aires, 71 (868): 67 Mar. 1966.

LAMBORN & Company inc. — Lamborn sugar-market report. *Lamborn sugar market report,* New York, 57 (31): 121-24, Jul. 1968.

LEON DE LA BARRA, Antonio; Cuota americana. *Boletin azucarero mexicano,* México, (203): 11, May, 1966.

MARINO PÉREZ, Luiz — Los mercados azucareros. *Cubazucar,* Habana, 5 (6-7-8): 5-9, Ago. 1960.

MATTOS, Aníbal Ramos de — Defesa da produção e distribuição comercial. In: —— *Açúcar e álcool no Brasil.* São Paulo, etc. — Companhia Editôra Nacional, 1942. Cap. 5, p. 175-221.

MEHJA, J. S. — Sugar production reaches new peak: need for greater incentives. Indian Sugar. Calcutta, 15 (9): 593-7, Dec. 1965.

MIGNOLET, F. — La organización del mercado del azucar en la comunidad económica europea. *Boletin del Información del Sindicato Nacional del Azucar.* Madrid, 17 (184): 34-9, Abr.-May.-Jun., 1964.

MONT'ALEGRE, Omer — Açúcar, economia caprichosa (análise das modificações na infraestrutura do mercado e seus reflexos na tendência e médio e longo prazo). Rio de Janeiro, I.A.A., 1964. 63 p. 26 cm.

MONT'ALEGRE, Omer — Política internacional do açúcar. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 46 (3): 376-83; Set. 1955; 46 (4): 481-91, Out. 1955.

MORRISON, E. — The 1967-1968 sugar season. *The South African Sugar Jornal,* Durban, 52 (4): 295-301. Apr. 1968.

MUIR, Alexander C. Perspectiva azucarera para 1967. *Sugar y Azugar,* New York, 62 (1): 49-50, Jan. 1967.

NAÇÕES Unidas. Comissão econômica para a América Latina — O açúcar no comércio intra-regional da zona sul da América Latina, *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 43 (3): 257-67, mar. 1954.

PEREZ, Luiz Marino — Fuentes de informacion sôbre los mercados azucareros. Habana, Cardenas y Compania, 1960. 16 p. 25 cm.

POR la ausencia de compradores y por la existencia de grandes quantidades de azucar hácese dificil precedir una alza de precios. *La Indústria azucarera,* Buenos Aires, 60 (855): 41 feb. 1965.

POR el momento no se prevé una importante reacción en los precios — Cuba podriá halhar dificuldades para cumprir todos sus compromisso de exportación. *La Indústria azucarera,* Buenos Aires, 73 (883): 177, jun. 67.

RAMIREZ, José — Antecedentes generales sôbre la produccion y mercado mundial, In: —— *La tierra, lo humano y el azucar,* México |s.ed.| 1967. p. 296-306.

REYNIER, Maurice — Les échanges internationaux, conditions genérales du commerce international des sucres. Paris, Les Editions Domat-Montchrestien, 1936. Cap. 4. p. 57-101.

ROGGE, Karl — United nations conference adjourned. *F. O. Licht's; International Sugar Report,* Ratzburg, 88 (6): 1-4, Jun. 1956.

ROLDÁN, Manuel — Las negociaciones del azucar. *Boletin azucarero mexicano,* México: 10-13, may. 1967.

SUGAR, News, — Perspectivas do mercado açucareiro em face da guerra. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 16 (4): 271, out. 1940.

TRUDA, Leonardo — Por que se torna imprescindível a limitação, a desorganização do comércio mundial de açucar In: —— *A defesa da produção açucareira (um ensaio de organização na economia brasileira). 2. ed.* Rio de Janeiro, I.A.A., 1940, p. 59-77.

TURNER, Jack T. — Marketing of sugar. Illinois, Richard D. Irwin. 1955. 302

p. 23 cm. (Indiana. University Schol of Business study n.º 38).

VITON, Albert — África — novos horizontes para o açúcar. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, 69 (5): 27-32, maio. 1967.

VITON, Albert & PIGNALOSA, R. — Tendances et facteurs de la consommation mondiale de sucre. Rome, FAO, 1961. 95 p. 24 cm. (FAO. Monographies de produits n.º 32).

VITOR, A. — New markets for sugar. *Seker*, Ankara, 62 (6): 41-4, Jan. 67.

— DIVERSOS —

BRASIL. — *Atualidades Pernambucanas*, ns. 174/5; *Aratu*, n.º21; *Agente*, n.º12;*Agricultura e Pecuária*, n.º 537; *Agricultura em São Paulo, ano* 15, ns. 1/4; Banco do Brasil S.A., Relatório de 1968;*Boletim Agro-Pecuário Bayer*, ns. 78/9; *Bibliografia Brasileira Mensal*, vol. 2, ns. 4/6; *Boletim do Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos*, n.º 15; *Boletim Informativo Copersucar*, ano 8, ns. 2/3; *Banas Informa*, n.º 792; *Boletim do Campo*, n.º228; *Boletim da Biblioteca SUDENE*, vol. 7, n.º 3; *Cadernos Germano-Brasileiros*, ns. 5, 6/69; *Coopercotia*, ns. 236/8; Capes, Boletim n.º 98; DNEF, n.º 10; *Experientica*, vol. 8, n.º 6, vol. 9, ns. 1/2; *Extensão Rural*, ns. 38/41; *Guanabara Industrial*, ns. 75/7; *Indústria e Produtividade*, ns. 11/12; *Informativo Valmet*, ns. 53/6; *Mundo Econômico*, ns. 4/6; *Paraná Econômico*, ns. 194/5; *Química e Derivados*, n.º 44; *Revista Ceres*, ns. 87/8; *Revista SENAI*, n.º 94; *Revista do IRB*, n.º 175; *Revista de Química Industrial*, ns. 444/46; *Revista Brasileira de Folclore*, n.º 23; *Revista do Serviço Público*, vol. 99, ns. 1/4. vol. 100, ns. 1/2, vol. 101, ns. 3/4; SENAI, Departamento Nacional, Relatório 1968; *Seleções Agrárias*, ns. 3/6; Técnica e Desenvolvimento, n.º 2.

ESTRANGEIRO: — Situación de la Industria Azucarera Nacional, México, 1968; Aspectos da Finlândia; Asociación de Técnicos Azucareros de Cuba, Boletim n.º 3; *L'Agronomie Tropicale*, 1969, ns. 3/5; *El Agricultor Venezolano*, n.º 244; *Boletim Azucarero Mexicano*, ns. 229/30; Banco Central de la República Argentina, Boletim Estadistico, ns. 2/4; *BIES*, ns. 73/7; *Bibliography of Agriculture*, n.º 4; *Corresponsal Internacional Agricola*, ns. 2/3 vol. 10, Camara de Comércio Argentino-Brasileña, *Revista Mensual* ns. 642-3; *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*, ns. 11/12; *Extraits des Publications etrangères reçues au BIES, ns.* 63/7; Estación Experimental de Ocidente, *Agricola de Holanda*, ns. 1, 3/69; *The Hispanic American Historical Review*, vol. 49, n.º 2; *Ingenieria Civil*, Cuba, 1968, ns. 6/11; International Sugar Organisation, *Statistical Bulletin*, ns. 4/6; *La Indústria Azucarera*, ns. 903/4; The International Sugar Journal, ns. 844/47;*Lamborn Sugar-Market Report*, ns. 19/31; *Livros de Portugal*, ns. 121/3; *Listy Cukrovarnické*, ns. 4/5; *News for Farmers Cooperatives*, vol. 36, ns. 1/3; *Notícias da índia*, n.º 289; Proceedings of The Queensland Society of Sugar Cane Technologista, 36th Conference; *Revue Internationale des Industries Agricoles*, ns. 2º5; *Reseña de la Literatura Azucarera*, vol. 2, n.º 1; *Sugar Reports*, n.º 203; *Sugar Journal*, vol. 31, ns. 9/12, vol. 32, n.º 1; *La Sucrerie Belge*, ns. 5/8; *Sugar*, ns. 4/6; *Taiwam Sugar*, vol. 14, ns. 1/2; U.S. Dept. of Agriculture, Bimonthly List of Publications and Motion Pictures, março 1969; as publicações acima relacionadas encontram-se à disposição dos interessados na Biblioteca do I.A.A.

DESTAQUE

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO BIBLIOTECA DO I.A.A.

LIVROS :

HAHN, Peter A. — *Chemicals from fermentation*. New York, Doubleday & Company, inc. 1968. 112 p. il. 17,5 cm.

HUMBERT, Roger — *The growing of sugar cane*. Amsterdam; London; New York, Elsevier publishing company, 1968. 779 p. il. 23 cm.

ROSE, A. H. — *Microbiología química; versión espanõla de Dimas Fernández-Galiano*. Madrid; Buenos Aires; México, Ed. Alhambra, 1969. 369 p. il. 19,5 cm.

TRESSLER, Donald & JOSLYN, Maynard — *Fruit ande vegetable juice; processing technology* |London| Westport, connecticut, the Avi pub. co., inc., 1961 1028 p. 11. 23 cm.

WINKLE, Mattew van — *Distillation*. New York |etc.| McGraw-Hill Book Company .c.1967| 684 p. il. 22,5 cm.

FOLHETOS :

AZZI, Gilberto Miller — *Medidas de precaução recomendadas para a introdução de novas variedades de canas em uma zona produtora* — Rio de Janeiro, I.A.A., Divisão de Assistência à Produção, 1967. 17 p. 28 cm.

BANCO do Nordeste do Brasil S.A., Fortaleza —*O desenvolvimento regional no Brasil e no mundo*. Fortaleza, 1969. 38 p. 20 cm.

BLOQUE de Unidad Canñera, México — *Informe nacionalizacion del azucar*. México, C.N.C., |1969| 6 p. 27 cm.

BRASIL. Grupo Executivo de Estatística, Análises e Estudos Econômicos — *Preservação de alimentos ionizantes*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1968. 81 p. 27 cm.

FRANÇA. Institut Technique de la Betterave Industrialle — *Guide pratique de la lutte chimique contre les mauvaises herbes*. París, 1969. 15 p. il. 26,5 cm. |Suplément au Betteravier Français n.º 197 de Ferrier, 1969|.

GONZALES, Ventura — *Produccion e introduccion de variedades de caña de azucar; informe anual 1967*. Yaritagua, Estacion experimental de Occidente, 1968. 41p. 22,5 cm. (Yaritagua. Estacion experimental de Occidete. Boletin n.º 83).

MELLO, José Antônio Gonsalves de — *Casa grande*. Recife, Museu do Açúcar, 1967. 11 p. il. 22 cm.

ROJAS GOMES, Eybar — *Pruebas de variedades de caña de azucar realizadas por la Estacion experimental de Ocidente durante el período 1962-67*. Maracay, Estacion experimental de Ocidente, 1967. 19 p. 21,5 cm. (Yaritagua. Estacion experimental de Occidente. Boletin n.º 81).

ARTIGOS ESPECIALIZADOS

CANA-DE-AÇÚCAR

ALEXANDRE, Alex. G. — El uso de productos químicos para el control de sacarosa en la caña -de-azucar. *Sugar y Azucar*, New York, 64 (2): 48-54, Feb. 1969.

ARGENTINA. Leis decretos etc. — Dispuso el gobierno de la Nacción la expropriación y la posterior inteven-ción del Ingenio Las Palmas, del Chaco. *La Indústria azucarera*, Buenos Aires, 74 (903): 49-51, Feb. 1969. |Lei n.º 18.172/69. Texto da mensagem propondo a Lei Dec. 1669/69; mensagem e Lei 18.113/69. Dec. 1670/69.|

FLORES CACERES, Silvério — Plagas y enfermidades de la caña. *Boletin azucarero mexicano*, México. (229): 43-5. Ene. 1969.

GONZALEZ GALLARDO, Alfonso — Mesa redonda sôbre el cultivo de la caña de azucar. *Boletin azucarero mexicano*, México, D.F. (229): 12-20 Ene. 1969.

GOVEA MARTINEZ, Joel — El servicio de extension agricola del IMPA como auxiliar y promotor de métodos técnicos en el cultivo de la caña.*Boletin azucarero mexicano*, México, D.F. (229): 54-5, Ene. 1969.

JAGGI, S. C. — Weighed mixed juice simple, automatic sampler. *Indian sugar*, Calcutta. 18 (11): 887-90, Mar. 1969.

JARDIM, W. R. — Emprêgo de pontas de cana como forragem. *Boletim informativo Copersugar. Ribeirão Prêto*, 8 (1): 10-11, jan. 1969.

LEFFINGWELL, Roy J. — Mecanizacion del campo. *Sugar y Azucar*, New York. 64 (2): 58, Feb. 1969.

MATHUR, B. C. & SINGH, Awdhesh — Studies on the utility of mature and immature seed of sugarcane in Eastern Uttar Pradesh. *Indian Sugar*. Calcutta. 18 (11): 893-7. Mar. 1969.

ORTIZ-VILLANEVA, B. — La fertilizacion de la caña de azucar. *Boletin azucarero mexicano*, México, D.R. (229): 22-3, Ene. 1969.

RÁO, V. P. — Biological control on stalk moth borers in the old world — Part. II. *Indian Sugar*, Calcutta. 18 (11): 899-920, Mar. 1969.

RISK, Tawakol & NORMAND, W. C. — Acción de la invertasa en el deterioro de la caña como conseqüência de la quemazón y almacenaje, segunda parte. *La Indústria azucarera*, Buenos Aires, 74 (903): 57-9, Feb. 1969. |Anéxo tabelas.|

SALDAÑA, Rodolfo — Control de cortes de la caña de azucar en los ingenios. *Boletin azucarero mexicano*, México. D.F. (229): 46-8, Ene. 1969.

EL SUELOS, mal drenados la caña se ahoga. *La Indústria azucarera*, Buenos Aires. 74 (904): 90-1, Mar. 1969. |Da Agricultura de las Americas.|

AÇÚCAR

EL AZUCAR en la cocina y en la reposteria.*Indústria azucarera*, Buenos Aires. 74 (904): 95, Mar. 1969.

EL AZUCAR mejora el sobor del asado a la parrilla y ajuda a preparar exelentes "coctele". *La Indústria azucarera*. Buenos Aires. 74 (903): 67, Feb. 1969 |Trad. The South African Sugar gar Journal.|

BADINAND, B. — Informations economiques; l'économie sucrière africaine bilans et perspectives. *L'Agronomie Tropicale*, París. 24 (1): 74-89, ja. 1969.

CHEN, Tsung-han — Some facts about symposium on sugar industry, diversification at 13th ISSCT Congress. *Taian Sugar*, Taipei. 14 (1): 16-9, Jan. 1969.

SUGAR act: por y como. *La Indústria azucarera*, Buenos Aires, 74 (904): 93-4, Mar. 1969.

TAVEIRA, Alípio A. — Tecnologia açucareira. *Boletim informativo Copersugar*. Ribeirão Prêto, 8 (1): 5-8, jan.

YANG, P. T. — A brief study of the relatioship between Taiwan Sugar industry and its growers; continued. *Taiwan Sugar*, Taipei. 14 (1): 24-8, Jan.-Feb. 1969.

YEN, Yu-Chun — Highlisghts of symposium diffusion at 13th ISSCT Congress. *Taiwan Sugar*. Taipei. 14 (1): 12-16. Jan.-Feb. 1969.

COMÉRCIO DO AÇÚCAR

ANALIZÓ le Comité europeo de fabricantes de azucar la indidencia de los

sintéticos en los mercados internos. *La Indústria azucarera,* Buenos Aires, 74 (904): 97-9, mar. 1969.

ARGENTINA. Direción Nacional del azucar — En mayo los consumo 65.000 toneladas de azucar blanco. *La Indústria azucarera,* Buenos Aires. 74 (903): 47, Feb. 1969.

AUMENTASE en 50.000 ton. lo producción de "crudo". *La Indústria azucarera.* Buenos Aires. 74 (904): 83-4, Mar. 1969 |Anexo íntegra do Decreto n.º 2.989/69 do presidente da Argentina|.

CON el prorrateo del "deficit" de Puerto Rico la cuoto argentina subió a 66.845 ton. métricas. *La Industria azucarera,* Buenos Aires. 74 (904): 79, Mar. 1969.

LA OFERTA está fijando condiciones a la demanda. *La Indústria azucarera.* Buenos Aires. 74 (903): 38, Feb. 1969.

M. GOLODETZ & Co. — Reacción favorable en el mercado mundial; han mermado las ofertas. *La Indústria azucarera,* Buenos Aires. 74 (903): 37, Feb. 1969.

PRODUCCIÓN mundial: 1.126.000 toneladas más. *La Indústria azucarera.* Buenos Aires. 74 (903): 41-2, Feb. 1969.

SOBREPASÓ los 3.50 el precio mínimo del acuerdo. *La Indústria azucarera.* Buenos Aires. 74 (904): 75, Mar. 69.

ARTIGOS DIVERSOS

ANGEL FUENTES, Miguel — Organizacion de campo. *Boletin azucarero mexicano,* México D.F. (229): 49-53, Ene. 1969.

CHOU, J. C. — Molasses viscosity its limiting effects on low grade massecuite treatment. *Taiwan Sugar,* Taipei. 14 (1): 7-11, Jan.-Feb. 1969.

COUTINHO, Nelson — Da publicidade dos atos das sociedades anônimas. *Jurídica,* Rio de Janeiro. 15 (105): 19-23, jun. 1969.

LUJÁN CÓRDOVA, Salvador — Combate de çalas yerbas con cultivos durante las secas y con yerbicidas en la epoca de illuvias. *Boletin azucarero mexicano,* México. (229): 34-8, Ene. 1969.

MEDIDAS precaucionales en EE.UU. sôbre el consumo de bebidas y alimentos endulzados con sintéticos. *La Indústria azucarera,* Buenos Aires. 74 (903): 61, Feb.1969.

MIGNOME, Carlos Ferdinando — Cadastro agrário. *Jurídica,* Rio de Janeiro. 15 (105): 54-72. Jun. 1969.

PONTES, Aloysio Lopes — Depósito bancário, interpretação do Art. 45 da Lei n.º 4.728, de 14-1-65. *Jurídica,* Rio de Janeiro, 15 (105): 73-9, jun. 1969.

ROSTON, P. J. — sôbre regulagem das adubadeiras. *Boletim Informativo Copersugar,* Ribeirão Prêto. 8 (1): 13-14, jan. 1969.

Composto e impresso pela Sociedade Gráfica Vida Doméstica Ltda. - Frei Caneca, 383 - Rio

BRASIL AÇUCAREIRO

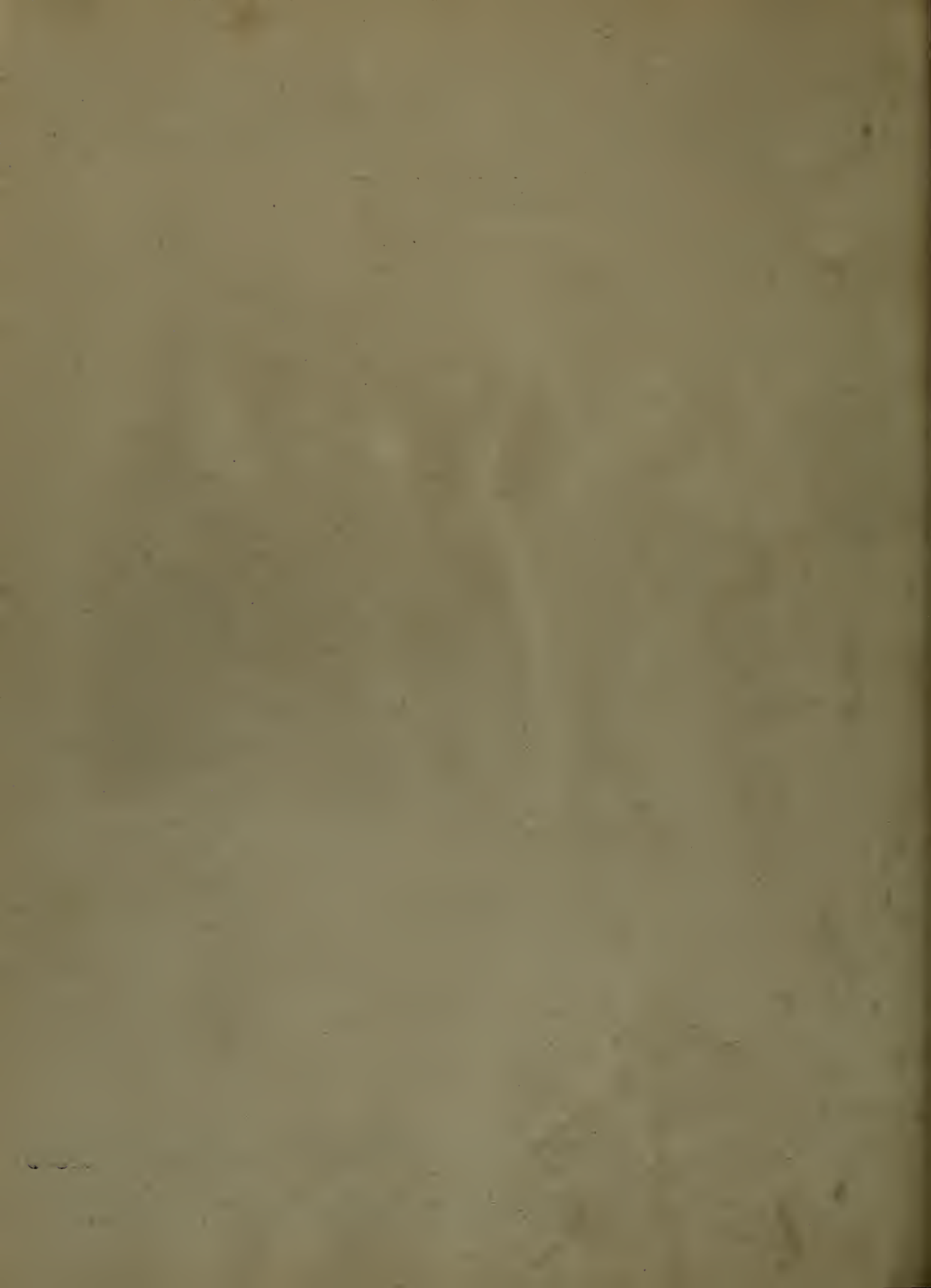
SUPLEMENTO

ÍNDICE REMISSIVO, ALFABÉTICO, ONOMÁSTICO E FOTOGRÁFICO

Ano XXXVII — Vol. LXXIII — Janeiro a Junho de 1969

Ano XXXVII — Vol. LXXIV — Julho a Dezembro de 1969

Ministério da Indústria e do Comércio

Instituto do Açúcar e do Álcool

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão Oficial do Instituto do Açúcar e do Álcool

(Registrado sob o n.º 7.626 em 17-10-34, no 3.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos).

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Rua 1.º de Março, n.º 6 - 1.º Andar
Fone 231-2469 — Caixa Postal 420

ASSINATURA ANUAL:

Brasil	NCr$ 12 00
Exterior	US$ 5,00
Via aérea	US$ 6,00
N.º avulso	NCr$ 2,00

Diretor
Claribalte Passos

Editor
Sylvio Pélico Filho

Circulação
Nício de Lima Barbosa

Agente de Publicidade
Durval de Azevedo Silva

Expediente
Darcyra de Azevedo Lima

Revisão
Neline Rodrigues Mochel
José Silveira Machado

COLABORADORES: *Wilson Carneiro, Nelson Coutinho, J. Motta Maia, Omer Mont'Alegre, Paulo de Oliveira Lima, Oswaldo Gonçalves de Lima, Frederico Veiga, Dalmyro Almeida, Gilberto Freyre, Mauro Mota, Franz O. Brieger, Elmo Barros, Bento Dantas, Herval de Souza, M. Coutinho dos Santos, Nertan Macêdo, Georges Rousselet, Bernard Enders; Tobias Pinheiro, Théo Brandão, Fernando da Cruz Gouvêa, Lycurgo P. Velloso, Octávio Valsechi.*

As remessas de cheques, devem ser feitas à ordem de BRASIL AÇUCAREIRO e contra banco na cidade do Rio de Janeiro — Guanabara.

Pede-se permuta.
On dêmande l'échange.
We ask for exchange.
Pidese permuta.
Si richiede lo scambio.
Man bittet um Austausch.
Intershangho dezirata.

SUPLEMENTO

ÍNDICE REMISSIVO, ALFABÉTICO, ONOMÁSTICO E FOTOGRÁFICO

Ano XXXVII — Vol. LXXIII — Janeiro a Junho de 1969

Ano XXXVII — Vol. LXXIV — Julho a Dezembro de 1969

Êste trabalho foi coligido e organizado por
Neline Rodrigues Mochel

ÍNDICE REMISSIVO, ALFABÉTICO, ONOMÁSTICO E FOTOGRÁFICO

Ano XXXVII — Vol. LXXIII — Janeiro a Junho de 1969

A

D

E

N

O

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

2.ª PARTE

ÍNDICE REMISSIVO, ALFABÉTICO, ONOMÁSTICO E FOTOGRÁFICO

Ano XXXVII — Vol. LXXIV — Julho a Dezembro de 1969

A

B

C

ÍNDICE ONOSMÁTICO

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Composto e Impresso pela Cia. Editôra Americana — R. Visc. Maranguape, 15 — Rio de Janeiro — GB.